



# PDi

Plano de Desenvolvimento  
**Institucional**  
**2016 2025**





---

***Universidade Federal do Pará***

---

Reitoria	Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-Reitoria	Gilmar Pereira da Silva

---

***Secretarias***

---

Secretaria Geral	Marcelo Quintino Galvão Baptista
Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores	Soraya Maria Bitar de Lima Souza

---

***Pró-Reitorias***

---

Pró-Reitoria de Administração	João Cauby de Almeida Junior
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal	Karla Andreza D. Pinheiro de Miranda
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Edmar Tavares da Costa
Pró-Reitoria de Extensão	Nelson Jose de Souza Junior
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Rômulo Simões Angélica
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Raquel Trindade Borges
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Horácio Schneider

---

***Assessorias***

---

Assessoria de Comunicação Institucional	Luiz Cezar Silva dos Santos
Assessoria de Educação a Distância	José Miguel Martins Veloso

---

***Outros assessoramentos***

---

Auditoria Interna	Ângela Maria Rodrigues Santos
Ouvidoria Geral	Jefferson Wagner e Silva Galvão
Prefeitura	Adriano Sales dos Santos Silva
Procuradoria Geral	Fernanda Ribeiro Monte Santo Andrade

---

***Comissões***

---

Comissão Permanente de Pessoal Docente	Armando Brito Chermont
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar	José Guilherme Barbosa Dergan
Comissão Própria de Avaliação	Maria Lúcia Harada

---

***Órgãos Suplementares***

---

Agência de Inovação Tecnológica	Gonzalo Enrique Vásquez Enríquez
Arquivo Central	Maria Suely Matias Palheta
Biblioteca	Célia Pereira Ribeiro
Centro de Memória da Amazônia	Aldrin Moura de Figueiredo
Centro de Processos Seletivos	Sanclayton Geraldo Carneiro Moreira
Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos	Julieta Cristina Andrade Jataí
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação	Marco Aurélio Capela
Editora	Simone Maria Neno Silva

---

Gráfica	Manoel do Carmo Silva
Museu	Jussara da Silveira Derenji

### ***Campus Universitários***

<i>Campus</i> Universitário de Abaetetuba	Eliomar Azevedo do Carmo
<i>Campus</i> Universitário de Altamira	Maria Ivonete Coutinho da Silva
<i>Campus</i> Universitário de Ananindeua	Francivaldo Alves Nunes
<i>Campus</i> Universitário de Bragança	Sebastião Rodrigues da Silva
<i>Campus</i> Universitário de Capanema	Rosa Helena Sousa de Oliveira
<i>Campus</i> Universitário de Castanhal	João Batista Santiago Ramos
<i>Campus</i> Universitário do Marajó-Breves	Raimundo Sócrates de Castro Carvalho
<i>Campus</i> Universitário do Marajó-Soure	Gyanne do Socorro Pereira de Lima
<i>Campus</i> Universitário de Salinópolis	Adilson Oliveira do Espírito Santo
<i>Campus</i> Universitário do Tocantins-Cametá	Doriedson do Socorro Rodrigues
<i>Campus</i> Universitário de Tucuruí	Marcelo Rassy Teixeira

### ***Institutos***

Instituto de Ciências Biológicas	Rita de Cássia Mousinho Ribeiro
Instituto de Ciências da Arte	Adriana Valente Azulay
Instituto de Ciências da Educação	Eliana da Silva Felipe
Instituto de Ciências da Saúde	Mauro de Amorim Acatauassú Nunes
Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Fátima Nazaré Baraúna Magno
Instituto de Ciências Jurídicas	José Heder Benatti
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Carlos Alberto Barbosa Maciel
Instituto de Educação Matemática e Científica	Isabel Cristina Rodrigues de Lucena
Instituto de Estudos Costeiros	Pedro Andrés Chira Oliva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Andrea Bittencourt Pires Chaves
Instituto de Geociências	João Batista Miranda Ribeiro
Instituto de Letras e Comunicação Social	Otacílio Amaral Filho
Instituto de Medicina Veterinária	Gustavo Góes Cavalcante
Instituto de Tecnologia	Alcebíades Negrão Macedo

### ***Núcleos***

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	Durbens Martins Nascimento
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural	Flávio Bezerra Barros
Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia	Aarão Ferreira Lima Netto
Núcleo de Medicina Tropical	Luísa Carício Martins
Núcleo de Meio Ambiente	Sérgio Cardoso de Moraes
Núcleo de Pesquisas em Oncologia	Sidney Emanuel Batista dos Santos
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento	Romariz da Silva Barros

### ***Escola de Aplicação***

Escola de Aplicação	Walter Silva Júnior
---------------------	---------------------

---

***Hospitais Universitários***

---

Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza

Francisco Xavier Palheta Neto

---

Hospital Universitário João de Barros Barreto

Paulo Roberto Amorim

---

**COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO**  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional**  
*Raquel Trindade Borges*

**DIRETORIAS:**

**Diretoria de Planejamento**  
*Raimundo da Costa Almeida*

**Diretoria de Informações Institucionais**  
*Jaciane do Carmo Ribeiro*

**Diretoria de Avaliação**  
*Maria Lúcia Harada*

---

**Organização e elaboração**  
*Raquel Trindade Borges (Coordenação)*

**Equipe Técnica**

*Adriano Andrade Silva*  
*Carlos Max Miranda de Andrade*  
*Cristiane de Araújo Teixeira*  
*Cristina Kazumi Nakata Yoshino*  
*Francisco de Paulo Coelho Júnior*  
*Hudson Alexandre Souza de Melo*  
*Paulo Roberto Araújo Barbosa Pinheiro*  
*Thelma Maria Reis Silva*  
*Thiago Borges Lobato Gonçalves*

## APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento da educação superior pública no Brasil alcançou, na última década, resultados notáveis no que concerne à expansão da oferta e à consolidação da atividade de pesquisa, com avanços na qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação. Apesar disso, as instituições brasileiras têm ainda um longo caminho a percorrer, de modo a responder com a abrangência e a qualidade requeridas às necessidades da sociedade contemporânea. Planejar, nesse cenário, o desenvolvimento de uma universidade multicampi como a Universidade Federal do Pará, visando um novo salto de qualidade, requer um grande esforço de aperfeiçoamento dos processos acadêmicos e de gestão.

O PDI 2016-2025 da Universidade Federal do Pará sintetiza as referências para o planejamento da instituição ao longo da próxima década. O documento parte do reconhecimento de que, no mundo contemporâneo, produzir conhecimento de ponta e formar recursos humanos de excelente nível são atribuições das instituições universitárias, às quais é necessário integrar um grande esforço de transferência de conhecimento para a sociedade, de contribuição para a resolução dos grandes problemas com os quais lidam no dia a dia. Esses problemas são, via de regra, de uma complexidade nova, acessível apenas com abordagens que transcendem os tradicionais limites disciplinares. Portanto, a universidade a ser construída ao longo dos próximos anos é uma instituição voltada à formação para o trabalho interdisciplinar, para a interação criativa e responsável com as demandas mais fundamentais da sociedade, em que a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e a extensão desenvolvem-se de modo integrado, tendo a inovação como um objetivo presente e a interação com os setores não acadêmicos da sociedade como prática cotidiana.

O ambiente amazônico em que a Universidade Federal do Pará se desenvolve adiciona dinâmicas que também condicionam a sua atuação de modo importante. A baixa oferta de oportunidades de formação para um enorme contingente de jovens obriga a que se mantenha a expansão da oferta como objetivo, na expectativa de que políticas públicas nessa direção possibilitem a sua realização. O esgotamento de um ciclo de desenvolvimento econômico baseado na exploração não sustentável de recursos naturais impõe uma agenda de pesquisa que possa dar o suporte a um projeto de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Produzir conhecimento básico sobre os recursos naturais da Amazônia e desenvolver tecnologias para explorá-los de modo sustentável, garantindo riqueza e renda para a população, é parte da agenda necessária para a maior universidade da região e um requisito para a superação da desigualdade e da pobreza no estado do Pará.

A realidade social da Amazônia também confere ao caráter multicampi da Universidade Federal do Pará uma dimensão única. Aonde a universidade chega, avançam a preocupação com a conservação ambiental, a cultura do conhecimento, o uso da ciência no enfrentamento dos problemas locais e a mobilidade social. Esse projeto, que iniciou com o nobre propósito de formar os docentes para a educação básica em cursos de licenciatura, hoje representa muito mais conquistas para os municípios sede dos campi e seus entornos. Na última década, além da diversificação da oferta com bacharelados nas áreas mais relevantes para o desenvolvimento de cada microrregião, a pesquisa se enraizou, dando origem a programas de pós-graduação em sete campi do interior (Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Cametá, Castanhal e Tucuruí), além da capital. Um novo horizonte de formação e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento foi aberto com essas realizações e precisará ser consolidado ao longo da próxima década, com o fortalecimento da atividade de pesquisa e com a verticalização da pós-graduação por meio da abertura de cursos de doutorado.

A evolução da qualidade acadêmica e científica da Universidade Federal do Pará e o avanço do suporte que oferece à sociedade para a promoção do seu desenvolvimento com inclusão são os objetivos centrais do planejamento ao qual este Plano de Desenvolvimento Institucional busca servir. Tais objetivos, longe de serem triviais, requerem - e daí a elaboração deste Plano - uma compreensão abrangente e aprofundada do ambiente em que a instituição se desenvolve, das transformações contemporâneas na sociedade, do papel por ela destinado às instituições universitárias e das ações estratégicas necessárias ao cumprimento de sua missão.

A Universidade Federal do Pará, que em 2017 completará sessenta anos, certamente viverá uma nova etapa de grandes realizações, nesta que se anuncia, pelas circunstâncias políticas, econômicas e sociais, uma década especialmente desafiadora para as universidades públicas brasileiras. Sua história, seu papel no desenvolvimento econômico e social do estado do Pará e sua capacidade de renovação para oferecer à sociedade serviços de excelência atestam o seu preparo para, alicerçada no Plano de Desenvolvimento Institucional aqui consolidado, corresponder às melhores expectativas.

Belém, 05 de dezembro de 2016.

Emmanuel Zagury Tourinho  
Reitor da UFPA

## LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AESIS - Assessoria de Assistência e Inclusão Social  
AEDI - Assessoria de Educação a Distância  
AEG - Alunos Equivalentes de Graduação  
AGU - Advocacia Geral da União  
ASCOM - Assessoria de Comunicação Institucional  
AUDIN - Auditoria Interna  
BABEL - Building Academic Bonds between Europe and Latin America  
BC - Biblioteca Central  
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde  
BRAFITEC - BRASIL/FRANÇA INGÈNIVEUR TECHNOLOGIE  
BVS - Biblioteca Virtual em Saúde  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAS - Coordenação de Administração Superior  
CBBU - Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias  
CCN - Catálogo Coletivo Nacional  
CEG - Casa de Estudos Germânicos  
CEPS - Centro de Processos Seletivos  
CES - Câmara de Ensino Superior  
CEUS - Casa de Estudantes Universitários  
CIAC - Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos  
CIPAV - Fundación Centro para la Investigación en Sistemas Sustentables de Producción Agropecuária  
CMA - Centro de Memória da Amazônia  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COMUT - Comutação Bibliográfica  
CPA - Comissão Própria de Avaliação  
CPGA - Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação  
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente  
CPPAD - Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar  
CRDE - Centro de Recursos Didáticos de Espanhol  
CTIC - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação  
DIESF - Diretoria de Espaço Físico  
EACEA - Education, Audiovisual and Culture Executive Agency  
EAD - Educação a Distância  
EBW - Euro Brazilian Windows  
EGD - Estratégia de Governança Digital  
EMUFPA - Escola de Música da UFPA  
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
EPAC - Estação de Pesquisas Acadêmicas  
ETDUFPA - Escola de Teatro e Dança da UFPA  
EUBRANEX - European-Brazilian Network for Academic Exchange  
FADESP - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa  
FAPESPA - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará  
FBN - Fundação Biblioteca Nacional  
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos  
FIPSE - Fund for the Improvement of Post Secondary Education

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira  
HUBFS - Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza  
HUJBB - Hospital Universitário João de Barros Barreto  
IAC- Índice de Alcance da Capacitação  
IBE - Instituto Brasil Europa  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICA - Instituto de Ciências da Arte  
ICB - Instituto de Ciências Biológicas  
ICED - Instituto de Ciências da Educação  
ICEN - Instituto de Ciências Exatas e Naturais  
ICETEX - Instituto Colombiano de Crédito y Estudios Técnicos em El Exterior  
ICS - Instituto de Ciências da Saúde  
ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
IE - Infraestrutura  
IES - Instituições de Ensino Superior  
IECOS - Instituto de Estudos Costeiros  
IEMCI - Instituto de Educação Matemática e Científica  
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior  
IG - Instituto de Geociências  
IGC- Índice Geral de cursos  
ILC - Instituto de Letras e Comunicação  
IMV - Instituto de Medicina Veterinária  
IN - Nota dos Ingressantes  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo  
IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente  
ISAC - Improving Skills Across Continents  
ITEC - Instituto de Tecnologia  
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MEC - Ministério da Educação  
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia  
MPOG - Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão  
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
NAIS - Núcleos de Assistência e Integração Estudantil  
NCADR - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural  
NDAE - Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia  
NMT - Núcleo de Medicina Tropical  
NPO - Núcleo de Pesquisas em Oncologia  
NTPC - Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento  
NUMA - Núcleo de Meio Ambiente  
OCC - Outros Custeios e Capital  
PACI - Programa de Apoio à Cooperação Interinstitucional  
PAPIM - Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica  
PARFOR - Plano Nacional de Formação Docente  
PBP/MEC - Programa de Bolsa Permanência do Ministério de Educação  
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação  
PCCU- Ações Preventivas Contra o Câncer em Discentes Universitárias

PcD - Pessoas com Deficiência  
PCNA - Projeto de Curso de Nivelamento da Aprendizagem  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia de Informação  
PDU - Plano de Desenvolvimento da Unidade  
PES - Programa Estudante Saudável  
PET - Programa de Educação Tutorial  
PIBEX - Programas Institucional de Bolsa de Extensão  
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PIBID - Programa de Iniciação à Docência  
PIEBT - Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica  
PLS - Plano de Logística Sustentável  
PGO - Plano de Gestão Orçamentária  
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PPA - Plano Plurianual  
PPCS - Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação  
PPI - Projeto Pedagógico Institucional  
PROAD - Pró-Reitoria de Administração  
PROAF - Programa de Ação Afirmativa  
PROAIS - Programa de Assistência e Integração Estudantil  
PROAP - Programa de Apoio Pedagógico  
PROBPET - Programa de Apoio às Bolsas de Pesquisas Extensão e Técnicas  
PROCEUS - Programa Casa de Estudantes Universitários  
PROCOMUNICA - Programa de Comunicação, Informação e Divulgação das Ações de Assistência Estudantil  
PROCULT - Programa de Apoio às Ações Culturais Universitárias  
PRODIGITAL - Projeto de Inclusão e Autonomia Digital  
PROEG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
PROEL - Programa de Esporte e Lazer Universitário  
PROENT - Programa de Apoio às Entidades Estudantis  
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão  
PROGEP - Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal  
PROINT - Programa Integrado de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão  
PROINTER - Pró-Reitoria de Relações Internacionais  
PROPESP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional  
PRORU - Programa de Alimentação Estudantil  
PUCRCE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos  
RAE- Reunião de Avaliação Estratégica  
REBAP - Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia  
REUNI - Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa  
RT- Retribuição por Titulação  
RU - Restaurante Universitário  
SAPS - Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes  
SEDUC - Secretaria de Educação  
SEGE - Secretaria-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior  
SEGEP - Secretaria de Gestão Pública  
SEMEC - Secretaria Municipal de Educação  
SIASS - Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor  
SIB - Sistema de Bibliotecas

SIE - Sistema de Informação para Ensino  
SIG - Sistema de Informações Gerenciais  
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades  
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SOF - Secretaria de Orçamento Federal  
SQV - Saúde e Qualidade de Vida  
SRH - Secretaria de Recursos Humanos  
STI - Secretaria de Tecnologia da Informação  
TAE - Técnicos Administrativos em Educação  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TI - Tecnologia da Informação  
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação  
UBC - Unidade Básica de Custo  
UCLV - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villa  
UE - União Europeia  
UEPA - Universidade Estadual do Pará  
UFAM - Universidade Federal do Amazonas  
UFAT - Universidade Federal da Amazônia Tocantina  
UFNEPA - Universidade Federal do Nordeste do Pará  
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará  
UFPA - Universidade Federal do Pará  
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFX - Universidade Federal do Xingú  
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
UNIVERSITEC - Agência de Inovação Tecnológica da UFPA

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação da produção industrial no Brasil por estado .....	26
Tabela 2 - Experiência do Corpo Docente do Ensino Superior - 2015 .....	101
Tabela 3 - Experiência do Corpo Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 2015 .....	102
Tabela 4 - Cronograma de expansão do corpo docente da carreira do Magistério Superior– 2016 a 2025 .....	108
Tabela 5 - Quantitativo e percentual de técnico-administrativos por nível de classificação (2015). .....	111
Tabela 6 - Quantitativo de técnico-administrativos por nível de classificação (2015). .....	112
Tabela 7 - Cronograma de expansão do corpo técnico/administrativo – 2016 a 2025 .....	112
Tabela 8 - Infraestrutura física (Projeção acumulada em %) .....	137
Tabela 9 - Acervo atual e previsão de expansão .....	145
Tabela 10 - Laboratórios de ensino e pesquisa - 2015 .....	150
Tabela 11- Evolução dos Conceitos das Avaliações <i>in loco</i> dos Cursos de Graduação .....	159
Tabela 12 - Previsão orçamentária e cronograma de execução para os anos de 2016 a 2025. ....	165
Tabela 13 - Demonstrativo da previsão anual de despesas para os exercícios de 2016 a 2025. ....	166

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva resultados institucionais.....	36
Quadro 2 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva processos internos .....	36
Quadro 3 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva pessoas .....	37
Quadro 4 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva infraestrutura e tecnologia .....	37
Quadro 5 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva Orçamentária-Financeira .....	38
Quadro 6 - Painel de medição de desempenho da UFPA .....	39
Quadro 7 - Iniciativas estratégicas da UFPA .....	42
Quadro 8 - Responsáveis pela gestão dos objetivos estratégicos da UFPA.....	45
Quadro 9 - Países e instituições que mantêm acordos com a UFPA.....	53
Quadro 10 - Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo) .....	79
Quadro 11 - Programação de abertura de cursos fora da sede .....	79
Quadro 12 - Programação de abertura de Cursos Técnicos .....	79
Quadro 13 - Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> existentes .....	81
Quadro 14 - Programação de abertura de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .....	83
Quadro 15 - Cursos à distância ofertados em 2015.....	85
Quadro 16 - Programação de abertura de cursos de graduação à distância – 2016 a 2025.....	86
Quadro 17 - Diretrizes da política de gestão de pessoas da UFPA .....	95
Quadro 18 - Estrutura do Plano de Carreira do Magistério Superior.....	103
Quadro 19 - Estrutura do Plano de Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico .....	104
Quadro 20 - Órgãos colegiados .....	116
Quadro 21 - Órgãos colegiados em primeira instância .....	116
Quadro 22 - Órgãos suplementares e suas finalidades .....	120
Quadro 23 - Atribuições das Pró-Reitorias .....	121
Quadro 24 - Unidades e subunidades acadêmicas .....	124
Quadro 25 - Bibliotecas da UFPA.....	140
Quadro 26 - Quadro administrativo da Biblioteca Central .....	143

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Despesas anuais com pagamentos de juros sobre a dívida pública .....	24
Gráfico 2 - Docentes por Carreira e Situação Funcional - 2015 .....	97
Gráfico 3 - Percentual de Docentes efetivos do Ensino Superior por Regime de Trabalho - 2015 .....	100
Gráfico 4 - Percentual de Docentes efetivos do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por Regime de Trabalho - 2015 .....	100
Gráfico 5 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) 2011 - 2015 .....	106
Gráfico 6 - Evolução do Número de Docentes com Mestrado e Doutorado 2011 - 2015 .....	106
Gráfico 7 - Evolução do nº de técnico-administrativos no período de 2011 a 2015 .....	109

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de gestão estratégica na UFPA.....	31
Figura 2 - Principais benefícios promovidos pela utilização do Mapa Estratégico .....	33
Figura 3 - Mapa Estratégico da UFPA .....	34
Figura 4 - Perspectivas do Mapa Estratégico da UFPA .....	35
Figura 5 - Papeis e responsabilidades na gestão estratégica da UFPA .....	45
Figura 6 - Áreas de conhecimento da CAPES .....	57
Figura 7 - Mapa da mesorregião do Xingu .....	89
Figura 8 - Visão Sistêmica da Gestão de Pessoas na UFPA .....	96
Figura 9 - Organograma da UFPA .....	114
Figura 10 - Membros que compõe os Conselhos Superiores (*Presidente do CONSUN, CONSAD e CONSEPE).....	115
Figura 11 - Composição da Reitoria .....	117
Figura 12 - Mapa dos <i>campi</i> da UFPA.....	122
Figura 13 - Organograma da Administração Superior da UFPA .....	124
Figura 14- Atividades técnicas desenvolvidas pela Biblioteca Central .....	142
Figura 15 - Redes Metrobel x Darwin x <i>Campi</i> .....	153
Figura 16 - Infovia com os <i>Campi</i> .....	154
Figura 17 - Rede Metrobel .....	155
Figura 18 - Processo de integração entre o PGO e o PDI. ....	164

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>PERFIL INSTITUCIONAL</b> .....	<b>20</b>
2.1	BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ .....	20
2.2	NATUREZA INSTITUCIONAL .....	23
2.3	CENÁRIOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS .....	23
2.4	GESTÃO ESTRATÉGICA NA UFPA .....	30
2.4.1	<i>MISSÃO INSTITUCIONAL</i> .....	31
2.4.2	<i>PRINCÍPIOS</i> .....	32
2.4.3	<i>VISÃO DE FUTURO</i> .....	32
2.4.4	<i>MAPA ESTRATÉGICO</i> .....	33
2.4.5	<i>PERSPECTIVAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ</i> .....	34
2.4.6	<i>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</i> .....	35
2.4.7	<i>O PAINEL DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DA UFPA</i> .....	38
2.4.7.1	INDICADORES ESTRATÉGICOS E METAS .....	38
2.4.7.2	PAINEL DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO – UFPA .....	39
2.4.8	<i>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</i> .....	41
2.4.9	<i>MONITORAMENTO DOS INDICADORES</i> .....	43
2.4.10	<i>ANÁLISE &amp; AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA</i> .....	44
2.5	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL .....	46
2.6	RELACIONAMENTO COM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS .....	47
2.7	A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFPA .....	48
2.7.1	<i>RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPA</i> .....	49
2.7.2	<i>AS PARCERIAS INTERNACIONAIS DA UFPA</i> .....	49
2.7.2.1	O PROGRAMA ERASMUS MUNDUS (EM) .....	50
2.7.2.2	O PROGRAMA SANTANDER UNIVERSIDADES .....	51
2.7.2.3	PROGRAMAS DE BOLSAS DA CAPES .....	52
2.7.2.4	O PROGRAMA DE CONSÓRCIO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASIL - ESTADOS UNIDOS (CAPES/FIPSE) .....	52
2.7.2.5	O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO “BRASIL/FRANÇA <i>INGÈNIVEUR TECHNOLOGIE</i> ” (BRAFITEC) .....	52
2.8	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE .....	54
2.9	ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA .....	55
<b>3</b>	<b>PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>58</b>
3.1	INSERÇÃO REGIONAL .....	58
3.2	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO .....	60
3.3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO .....	64
3.3.1	<i>INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO A FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES</i> .....	64
3.3.2	<i>OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR</i> .....	67
3.3.3	<i>ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS</i> .....	69
3.3.4	<i>DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS</i> .....	70
3.3.5	<i>INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS</i> .....	71
3.4	POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO .....	72
3.4.1	<i>POLÍTICAS DE EXTENSÃO</i> .....	75
<b>4</b>	<b>CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>79</b>
4.1	PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA .....	79

4.2	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO ( <i>STRICTO SENSU</i> ) .....	81
4.3	O MODELO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFPA .....	84
4.4	A UFPA E O FORTALECIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DA AMAZÔNIA .....	87
4.4.1	<i>UNIVERSIDADE FEDERAL DO XINGU – UFX</i> .....	88
4.4.2	<i>UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORDESTE DO PARÁ – UFNEPA</i> .....	91
4.4.3	<i>UNIVERSIDADE FEDERAL DA AMAZÔNIA TOCANTINA – UFAT</i> .....	91
<b>5</b>	<b>GESTÃO DE PESSOAS</b> .....	<b>93</b>
5.1	A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA GESTÃO DE PESSOAS NA UFPA .....	93
5.1.1	<i>AS DIRETRIZES DA POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS</i> .....	95
5.2	PERFIL DO CORPO DOCENTE .....	97
5.3	REQUISITOS DE TITULAÇÃO.....	98
5.4	REGIME DE TRABALHO.....	99
5.5	EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO FEDERAL (ENSINO SUPERIOR E ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO).....	101
5.6	PLANO DE CARREIRA .....	102
5.7	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO .....	106
5.8	PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO FUNCIONAL.....	107
5.9	CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE.....	108
<b>6</b>	<b>PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>108</b>
6.1	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO .....	110
6.2	PLANO DE CARREIRA .....	110
6.3	TITULAÇÃO.....	111
6.4	REGIME DE TRABALHO.....	112
6.5	CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO.....	112
6.6	RELAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/DOCENTE E RELAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/ALUNO .....	112
<b>7</b>	<b>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFPA</b> .....	<b>114</b>
7.1	CONSELHOS SUPERIORES, DEMAIS ÓRGÃOS COLEGIADOS E INSTÂNCIAS DECISÓRIAS .....	115
7.1.1	<i>EM INSTÂNCIA SUPERIOR (CONSELHOS SUPERIORES)</i> .....	115
7.1.2	<i>EM INSTÂNCIA INTERMEDIÁRIA</i> .....	116
7.1.3	<i>EM PRIMEIRA INSTÂNCIA</i> .....	116
7.2	COMPOSIÇÃO DA REITORIA .....	117
7.2.1	<i>REITORIA E VICE-REITORIA</i> .....	117
7.2.2	<i>SECRETARIA GERAL E SECRETARIA-GERAL DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR</i> .....	117
7.2.3	<i>OUVIDORIA GERAL</i> .....	118
7.2.4	<i>ASSESSORIAS ESPECIAIS</i> .....	118
7.3	OUTROS ASSESSORAMENTOS.....	118
7.3.1	<i>COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR – CAS</i> .....	119
7.3.2	<i>PROCURADORIA GERAL E PREFEITURA</i> .....	119
7.3.3	<i>COMISSÕES PERMANENTES</i> .....	119
7.3.4	<i>ÓRGÃOS SUPLEMENTARES</i> .....	119
7.4	PRÓ-REITORIAS.....	121
7.5	CAMPUS .....	122
7.6	UNIDADES ACADÊMICAS E UNIDADES ACADÊMICAS ESPECIAIS .....	123
7.6.1	<i>UNIDADES ACADÊMICAS</i> .....	123

7.6.2	UNIDADES ACADÊMICAS ESPECIAIS.....	124
7.7	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR .....	124
<b>8</b>	<b>POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES .....</b>	<b>125</b>
8.1	PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES).....	125
8.1.1	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL (PROAIS).....	125
8.1.1.1	EIXO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	127
8.1.1.1.1	PROGRAMA PERMANÊNCIA (PPERMANÊNCIA) .....	127
8.1.1.1.2	PROGRAMA DE APOIO ÀS BOLSAS ACADÊMICAS DE PESQUISA, EXTENSÃO E TÉCNICAS (PROBPET) 128	
8.1.1.1.3	PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA DO MISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (PBP/MEC) .....	128
8.1.1.2	EIXO INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL .....	129
8.1.1.2.1	PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO (PROAP).....	129
8.1.1.2.1.1	PROJETOS PROAP.....	130
8.1.1.2.1.2	AÇÕES PROAP .....	130
8.1.1.2.2	PROGRAMA CASA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS (PROCEUS).....	131
8.1.1.2.2.1	PROJETOS PROCEUS.....	131
8.1.1.2.2.2	AÇÕES PROCEUS.....	131
8.1.1.2.3	PROGRAMA ESTUDANTE SAUDÁVEL (PES) .....	131
8.1.1.2.3.1	PROJETOS PES.....	132
8.1.2	AVALIAÇÃO DO PROAIS .....	133
8.1.2.1	AESIS E AS AÇÕES POTENCIAIS .....	133
8.1.2.1.1	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	134
8.1.2.1.2	INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL .....	134
8.2	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL).....	135
8.3	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS .....	135
<b>9</b>	<b>INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....</b>	<b>137</b>
9.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	137
9.2	PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA E SUSTENTABILIDADE .....	138
9.3	BIBLIOTECA.....	139
9.3.1	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	142
9.3.2	ATIVIDADES TÉCNICAS.....	142
9.3.3	ESPAÇO FÍSICO PARA ESTUDOS .....	143
9.3.4	RECURSOS HUMANOS.....	143
9.3.5	ACERVO DA UFPA (QUANTITATIVO, METODOLOGIA DE ATUALIZAÇÃO E CRONOGRAMA DE EXPANSÃO).....	145
9.3.6	SERVIÇOS OFERTADOS.....	146
9.3.7	PERSPECTIVAS DE GESTÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL.....	147
9.4	LABORATÓRIOS.....	149
9.5	RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE AUDIOVISUAL .....	150
9.6	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	152
9.6.1	O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – PDTI .....	152
9.6.2	DESAFIOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	152
9.6.3	INFOVIAS PÚBLICAS DE ALTA VELOCIDADE.....	153
9.6.4	CONSOLIDAÇÃO DO SIG-UFPA .....	153
9.6.5	INFOVIA PARA OS CAMPI .....	154
9.6.6	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA (RNP) .....	155
9.6.7	REDE DARWIN – REDE INTERNA .....	155
9.6.8	GOVERNANÇA CORPORATIVA DE TI NA UFPA .....	156
<b>10</b>	<b>AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>157</b>
<b>11</b>	<b>ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS .....</b>	<b>162</b>
11.1	ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	162

## 1 INTRODUÇÃO

No mundo atual o papel fundamental atribuído às organizações públicas é a de ampliar de forma sistêmica e integrada as oportunidades aos cidadãos. A Universidade Federal do Pará – UFPA, autarquia pública federal, tem a incumbência de, junto com outros atores locais, estimular o desenvolvimento e a incorporação de novos conhecimentos, tecnologias e inovações a fim de que sejam criadas as condições objetivas necessárias ao atendimento crescente das demandas sociais e contribuir para o desenvolvimento e a inserção no cenário nacional e internacional de modo mais assertivo da Amazônia.

Para realizar adequadamente sua função, a UFPA deve possuir os recursos suficientes e o capital humano necessário para atuar com eficiência, eficácia e efetividade em benefício da sociedade amazônica, portanto, para atuar de forma positiva em favor da sociedade, é importante a adoção de ferramentas que orientem a administração na melhoria de seu desempenho.

A elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, além de cumprir o Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006 estabelecido pelo Governo Federal é também uma ferramenta fundamental para a Administração Superior, que considera o Plano um instrumento de gestão, elaborado para um período de 10 (dez) anos. O PDI identifica a UFPA, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver para cumprir sua missão de produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável.

Alcançar objetivos tão amplos e ambiciosos requer processos aprimorados e mais complexos de gestão e, para responder aos desafios do desenvolvimento da Amazônia, a UFPA cada vez mais busca tomar decisões estratégicas vinculadas às demandas do desenvolvimento social, de serviços de ensino superior e do conhecimento. As capacidades de vinculação ao contexto, de antecipação e visão de futuro, de tomada de decisão com participação interna e externa, irão diferenciar organizações apoiadas pela sociedade e organizações isoladas e, portanto, expostas e politicamente vulneráveis. Com isso, busca se aperfeiçoar como instituição orientada para a estratégia, adotando as melhores práticas de gestão experimentadas por instituições públicas e privadas.

O desdobramento do PDI em Planos Táticos por suas Unidades caracteriza etapa de fundamental importância nos caminhos que levam a excelência no cumprimento da missão institucional. Desta forma, implementar os Planos Táticos em consonância com o PDI significa trilhar o caminho que manterá a UFPA como agente central no processo de formação e qualificação de pessoas – no estado e na região – e no fomento à ciência, tecnologia e inovação, atuando na formulação de políticas e contribuindo, significativamente, para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a projeção da Amazônia no âmbito nacional.

O Plano aborda em seus capítulos os eixos temáticos considerados essenciais para a gestão e que, por sua vez, são subdivididos em outros itens adicionais visando oferecer maior facilidade de compreensão. (Os eixos são: a) Perfil institucional; b) Projeto Pedagógico Institucional – PPI; c) Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos; d) Perfil do corpo docente; e) Perfil do corpo técnico/administrativo; f) Perfil do corpo discente; g) Organização administrativa; h) Políticas de atendimento aos discentes; i) Infraestrutura; j) Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e, k) Aspectos financeiros e orçamentários além de outros aspectos que serão explorados pelo Plano.

Por fim, o Plano retrata o resultado de um trabalho coletivo, construído a partir de um processo que envolveu toda a comunidade universitária. Para elaboração deste documento foram realizadas diversas reuniões com grupos de trabalho, *workshops*, entrevistas com gestores, pesquisas de opinião abertas além de eventos com a participação de técnicos, docentes e discentes, promovendo ampla divulgação e estimulando o envolvimento de todos os interessados.

O Plano é oferecido à comunidade universitária e sociedade como uma parte do esforço de implementar uma gestão estratégica, condizente com os desafios contemporâneos. Sua elaboração tem como objetivo principal fornecer direcionamento comum a ser seguido por toda a instituição, identificando responsabilidades, garantindo alinhamento e oferecendo meios para medição do sucesso da estratégia de modo focado, visando o alcance dos objetivos institucionais e a maximização dos resultados. Para que a implementação do Plano seja bem sucedida, é fundamental o envolvimento da administração superior, gestores, servidores e demais colaboradores, a fim de estruturar um processo de implementação participativo, bem como promover o alinhamento em relação à estratégia e reforçar o comprometimento com os resultados.

O PDI, portanto, se propõe a delinear a conjuntura a partir de uma visão de futuro, destacando rumos e oportunidades para a ação institucional e provocando as mudanças desejadas no curto, no médio e no longo prazo, a fim de que os frutos da atuação institucional da UFPA continuem a ser gerados e compartilhados com a sociedade.

## 2 PERFIL INSTITUCIONAL

### 2.1 BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) houve um grande incentivo para o implemento de obras públicas, sendo nesse período que a Universidade Federal do Pará foi criada a partir da lei nº 3.191 de 02 de julho de 1957. Os primeiros cursos da UFPA eram provenientes de faculdades estaduais, federais e particulares existentes no município de Belém: Medicina e Cirurgia, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, além de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. A UFPA desde o início de sua existência tem um foco progressista, plural e democrático, valorizando os profissionais e todas as áreas de ensino.

Em 12 de outubro de 1957 foi aprovado o primeiro estatuto da UFPA por meio do decreto nº 42.427, que continha orientações referentes à política educacional da universidade. O primeiro reitor da instituição foi o professor Mário Braga Henriques que esteve à frente da reitoria no período de novembro de 1957 a dezembro de 1960, sendo sucedido logo depois pelo professor José Rodrigues de Silveira Netto, cujo mandato finalizou em julho de 1969.

Durante a gestão do professor José Netto ocorreu a primeira reforma estatutária e reestruturação da UFPA por meio da publicação da Lei nº 4.283, realizadas em setembro e novembro de 1963, respectivamente. Houve na ocasião a inserção de vários outros cursos e de novas atividades que visassem um maior desenvolvimento regional para o Pará e a Amazônia. Neste período a UFPA ainda se apresentava dispersa por toda Belém com mais de 20 prédios na cidade, de forma que, para uma melhora da gestão universitária, houve a instalação do *campus* universitário às margens do rio Guamá em uma área de aproximadamente 471 hectares.

De julho de 1969 até junho de 1973 o cargo de reitor foi exercido pelo professor doutor Aloysio da Costa Chaves e no mandato dele foi instituído o Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, que aprovou o novo plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará. Esse plano teve grande importância para o crescimento da Universidade, pois, dentre as mudanças efetivadas destaca-se a definição das diretrizes referentes às funções dos departamentos e a extinção das faculdades devido a criação dos centros. Destaca-se que no ano de 1970 o Conselho Federal de Educação aprovou o regimento geral da UFPA (Portaria 1.307 de 02/09/1970) e que houve também a implantação da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), uma instituição privada autônoma e sem fins

lucrativos voltada para o desenvolvimento da pesquisa no estado, impulsionando a execução de projetos e a obtenção de receita para a UFPA.

No período de julho de 1973 a junho de 1977 o cargo de reitor foi exercido pelo professor Clóvis Cunha da Gama Malcher, sendo sucedido pelo professor Aracy Amazonas Barreto até junho de 1981. Vale destacar que visando atender disposições legais supervenientes, foi realizada uma revisão regimental em 1976/1977 cujo novo regimento foi aprovado em 1978 pelo Conselho Federal de Educação através do parecer nº 1.854/77 publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978.

Em seguida a reitoria da UFPA apresentou a seguinte sequência sucessória até 2001:

- a) Professor Daniel Queima Coelho de Souza no período de julho de 1981 a junho de 1985;
- b) Professor José Seixas Lourenço no período de julho de 1985 a junho de 1989;
- c) Professor Nilson Pinto de Oliveira no período de julho de 1989 a junho de 1993;
- d) Professor Marcos Ximenes Ponte no período de julho de 1993 a junho de 1997;
- e) Professor Cristovam Wanderley Picanço Diniz no período de julho de 1997 a junho de 2001.

A partir do ano de 2011 a 2005, o Professor Alex Bolonha Fiúza de Mello exerceu o cargo de reitor da UFPA, sendo reeleito para o período seguinte até o ano de 2009. Neste período foi aprovado o Regimento e Estatuto vigente atualmente na Instituição, dispondo de uma nova reestruturação através da criação das Faculdades e Institutos, dentre outras alterações, configurando a idealização de uma universidade *multicampi*. Destaca-se que neste intervalo de gestão, a UFPA também foi impactada por outros processos de mudança, como a implantação do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que permitiu uma maior ampliação da infraestrutura física da universidade e aumento da quantidade de vagas dos cursos de graduação. O sistema de cotas também vem se ampliando desde 2006, com aumento de vagas destinadas para alunos que frequentaram todo o ensino médio na rede pública, vagas para candidatos se autodeclararam negros, pardos ou indígenas.

Outro fato importante foi evidenciado no ano de 2009, a assinatura do acordo de cooperação técnica com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do Plano Nacional de formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), visando à correta formação dos professores de escolas públicas estaduais e

municipais que não se encontram adequados às orientações das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A partir do mês de julho de 2009 a maio de 2016, o cargo de reitor foi exercido pelo professor Carlos Edilson de Almeida Maneschy. Neste período relevantes fatos foram notabilizados, dentre os quais se cita:

- a) A criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a partir da incorporação do *Campus* de Santarém da UFPA e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), conforme Lei nº 12.085 de 05/11/2009).
- b) A Criação da (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), conforme Lei nº 12.824 de 05/06/2013.
- c) O avanço do processo de interiorização da UFPA com a expansão de oferta de cursos nos *campi* do interior e criação dos novos *campi* nos municípios de Ananindeua e de Salinópolis.
- d) O grande avanço na infraestrutura da instituição através, por exemplo, da construção de aproximadamente 135 instalações prediais concluídas, além de um grande incremento na oferta de vagas com a ampliação de 65% no corpo estudantil entre os anos de 2009 a 2016.
- e) O avanço na qualidade da formação evidenciado pelo crescimento no Índice Geral de Cursos (IGC) da UFPA de 2,63 em 2009 para 3,00 em 2014.

Em maio de 2016, em função da renúncia de Carlos Maneschy, o vice-reitor Horácio Schneider tornou-se vice-reitor no exercício da reitoria, dando início ao processo eleitoral para a escolha do novo Reitor da UFPA para os próximos quatro anos de gestão. No dia 06 de outubro de 2016 Emmanuel Zagury Tourinho tomou posse como reitor e Gilmar Pereira da Silva como vice-reitor, para o quadriênio de 2016 a 2020.

A UFPA é a maior instituição do Norte do país e de acordo com dados de relativos a 2015, abriga uma comunidade universitária composta de 61.938 pessoas com a seguinte distribuição: 2.693 professores, incluindo docentes temporários, visitantes e efetivos e docentes efetivos da educação básica e profissional; 2.375 Técnico-Administrativos; 9.572 alunos matriculados nos cursos de pós-graduação, sendo 1.929 cursando doutorado e 4.095 cursando mestrado; 40.275 alunos matriculados nos cursos de graduação, estando 21.325 em cursos na capital do estado e 18.950 distribuídos nos *campi* dos outros municípios do estado; 1.372 alunos matriculados na educação básica e 5.651 alunos matriculados na educação profissional e tecnológica e cursos Livres oferecidos pelo Instituto de Letras e Comunicação

Social (ILC), Instituto de Ciência da Arte (ICA), e Casa de Estudos Germânicos. Sendo assim, a UFPA oferece 535 cursos de graduação, 68 cursos de Mestrado, 37 cursos de Doutorado além de 49 cursos de especialização.

## 2.2 NATUREZA INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Pará é uma instituição pública de educação superior, com personalidade jurídica sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, sendo modificada em 04 de abril de 1978 pelo Decreto nº 81.520. Possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, caracterizando-se como universidade *multicampi*, com atuação no Estado do Pará, sede e foro legal na cidade de Belém. Atualmente, além do *campus* de Belém, há 11 *campi* instalados nos seguintes municípios: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

## 2.3 CENÁRIOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

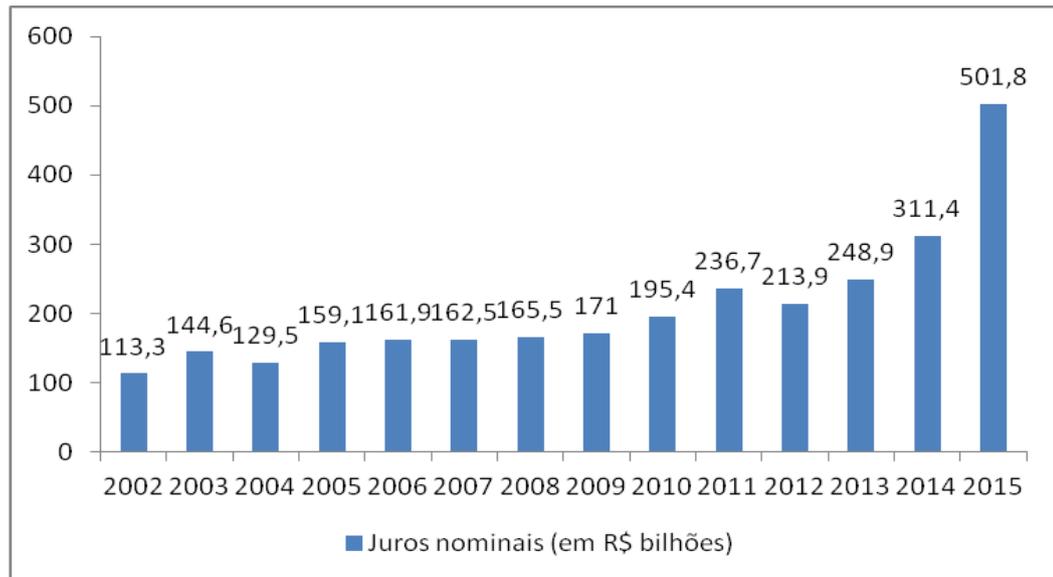
A utilização de cenários é de suma importância para quem trabalha com planejamento, seja no setor público como no setor privado. Ao planejar através de cenários nós podemos nos preparar melhor para as vastas possibilidades que se podem ter no futuro quanto às questões sociais, educacionais, econômicas, ambientais, etc.

No planejamento por cenários é importante considerar que as tomadas de decisões feitas no curto prazo e o ambiente conjuntural atual irão contribuir para a formulação de metas no longo prazo, não se tratando em prever o futuro, mas sim tornar o futuro menos imprevisível por meio da formulação de hipóteses no contexto de um mundo globalizado e em constantes mudanças.

O cenário político atual é bastante instável. Para os próximos anos a política fiscal tende a continuar contracionista com impactos, sobretudo à população de menor renda, já que mais impostos diretos e indiretos tendem a ser criados ou aumentados com a intenção de se conseguir o equilíbrio ou até mesmo o superávit das contas públicas. A política monetária também continuará sendo contracionista com altos valores da taxa de juros e consequentemente maior o encargo com juros da dívida pública que o país terá de pagar, tendo a agência de risco *Mooddy's* indicado um aumento de 80% da dívida bruta do país até o

final de 2018. Com políticas mais ortodoxas o governo pretende retomar a confiança dos agentes e trazer a inflação para a meta, mesmo que isso resulte em um baixo crescimento para os próximos dois anos, tal como indica o relatório FMI que previu uma contração de 3,5% do PIB brasileiro para 2016 e um crescimento de zero para 2017.

Gráfico 1 - Despesas anuais com pagamentos de juros sobre a dívida pública



Fonte: Ministério da Fazenda, elaboração própria.

A transição econômica chinesa fez com que houvesse um impacto negativo nas perspectivas de crescimento brasileiro. A China está passando do setor industrial e investimentos para o setor de serviços e consumo interno, com isso a China irá demandar menos energia e recursos minerais provenientes do Brasil. Quanto às *commodities* agrícolas, a China ainda continuará a ser grande parceira comercial brasileira, porém a tendência é redução/constância dos preços agrícolas. Se a economia chinesa vem demonstrando uma queda no crescimento, a economia estadunidense vem melhorando nossas exportações não só pela valorização do dólar frente ao real como também pelo aumento do crescimento estadunidense que apesar de crescer menos do que o esperado, vem se tendo perspectivas melhores para os próximos anos.

Com o real desvalorizado tornam-se mais competitivas nossas exportações de *commodities* agrícolas e minerais, fazendo com que tenhamos uma balança comercial favorável. Porém, o que vem ocorrendo ultimamente é uma queda no preço das *commodities* e levando a uma perda dos termos de troca já que teremos que exportar mais produtos agrícolas para podermos importar certa quantidade produtos industrializados.

No contexto atual de profundas mudanças ambientais, políticas, econômicas e sociais, é fundamental a formação intelectual dos cidadãos que utilizam a UFPA para a obtenção de ensino superior, mas também proporcionar conhecimento para a comunidade através de atividades de extensão focadas principalmente na questão ambiental, étnica e cultural do amazônida.

O Brasil desde os primórdios de sua colonização até os dias atuais se destaca por ser um país com grandes exportações de produtos agrícolas, minerais e pecuária. A região norte do Brasil, na qual o estado do Pará está localizado, é uma região que vem sofrendo uma expansão agrícola, mineral e pecuária. É também na região norte que se encontra a floresta amazônica que é uma das maiores responsáveis pela redução do carbono no mundo, porém o desmatamento da Amazônia Legal é em média 5.000 km<sup>2</sup> por ano e juntamente com a falta de planejamento de mobilidade urbana há uma maior utilização de automóveis utilitários em relação ao transporte de massa, fazendo com que a emissão de carbono se torne cada vez maior.

A UFPA tem a grande missão de oferecer um maior auxílio às empresas agrícolas, contribuindo para que se tornem mais produtivas em uma área menor, ou seja, tornando-as mais eficientes já que a expansão agrícola é uma das principais responsáveis do desmatamento brasileiro. Também é importante evolução em pesquisas sobre produtos agrícolas mais resistentes à pragas e produtos agrícolas orgânicos que não prejudicam o solo e o ser humano através da não utilização dos agrotóxicos. A agroecologia promove um desenvolvimento territorial rural, através de uma grande utilização de mão de obra e formação de arranjos produtivos locais<sup>1</sup>, mostrando que meio ambiente e atividade econômica podem conviver juntos.

Um instrumento econômico que vem ganhando força ao longo dos anos, principalmente na Mata Atlântica, e que seria de fundamental importância para a sustentabilidade da floresta amazônica é o chamado pagamento por serviços ambientais. Sendo assim, a UFPA junto com governo do Pará e os municípios poderiam promover esse tipo de instrumento já que o mesmo ajuda na preservação de recursos naturais, da floresta e dos animais que lá vivem, ou seja, do ecossistema, através do reflorestamento das matas ciliares, redução do carbono no planeta, preservação das belezas naturais e, além disso, promove uma oportunidade de renda de maneira sustentável às pessoas que utilizam a floresta amazônica como atividade econômica.

---

<sup>1</sup>Por Arranjo produtivo local, entende-se que é uma aglomeração de indústrias capaz de gerar vantagens competitivas para as empresas localizadas em um determinado território.

Após o desastre socioeconômico e ambiental ocorrido em Mariana/MG, viabilizar sustentavelmente a produção mineral tem que se tornar um objetivo da sociedade paraense e, juntamente com a UFPA, promover um maior número de debates e pesquisas quanto a essa temática. O Pará é um dos maiores produtores minerais do país, destacando-se a produção de minério de ferro, ouro, alumínio e bauxita.

Para o presente ano a tendência é que o estado siga a mesma trajetória da economia nacional no que consiste a redução do número de empregados formais, principalmente na área de construção civil. Porém, a economia paraense tem como principais bases à exportação de produtos agrícolas, pecuária e a mineração. Essa última irá ser alavancada pela expansão da atividade mineradora de Carajás com o início do funcionamento do Projeto Ferro Carajás S11D que aumentará a produção de minério de ferro em Carajás, e, além disso, o Pará vem aumentando sua fronteira agrícola principalmente em produtos como: soja, arroz e milho.

Pesquisa recente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra a variação percentual da produção industrial para 14 estados, destacando-se o Pará como o de maior variação positiva como podemos ver a seguir na tabela:

Tabela 1 - Variação da produção industrial no Brasil por estado

Locais	Variação da produção industrial			
	Fev. 2016 / Jan. 2016*	Fev. 2016 / Fev. 2015	Acumulado Jan.-Fev.	Acumulado nos últimos 12 meses
Amazonas	-4,7	-25,0	-28,0	18,7
Pará	6,2	15,4	12,8	4,4
Região Nordeste	-3,6	-3,3	-3,2	-2,2
Ceará	-2,8	-10,4	-10,0	-10,2
Pernambuco	-2,5	-26,2	-28,0	-10,1
Bahia	-7,9	11,0	10,6	-2,9
Minas Gerais	-0,7	-11,6	-15,2	-9,1
Espírito Santo	5,3	-18,6	-22,5	-2,6
Rio de Janeiro	-1,9	-3,1	-9,1	-7,4
São Paulo	-2,1	-12,3	14,2	-12,0
Paraná	-1,6	-9,0	-11,2	-9,3
Santa Catarina	-3,3	-4,8	-8,0	-7,9
Rio Grande do Sul	-1,3	-5,4	-4,9	-10,4
Mato Grosso	-	18,1	8,1	3,0
Goiás	4,1	-0,6	-6,8	-1,5
Brasil	-2,5	-9,8	-11,8	-9,0

Fonte: IBGE, \*série com ajuste sazonal.

O bom desempenho do Pará é devido à indústria extrativa mineral, principalmente o minério de ferro como também a produção de soja. Já o Amazonas tem tido um impacto

negativo na produção industrial há alguns meses devido à queda na produção da zona franca de produtos eletrônicos e equipamentos de informática.

A FAPESPA (2016) cita 23 oportunidades para o crescimento do Pará em 2030, dentre elas podemos citar: biodiversidade, geração de energia por biomassa, turismo e gastronomia, verticalização da cadeia do ferro e alumínio e fomento da cadeia naval. Essas potencialidades são de suma importância para que o estado do Pará consiga criar uma sociedade mais justa e sustentável, desenvolvendo assim o estado e a região amazônica.

Mas para isso aconteça é necessário haver um ajuste na logística paraense, principalmente no que consistem os modais de transporte, é preciso também haver a criação de marcas para os produtos locais e uma cadeia produtiva integrada.

Com a perspectiva de câmbio desvalorizado, juros altos, baixo crescimento e inflação fora da meta para até 2019, é importantíssima uma política voltada para a valorização dos pequenos e médios empresários, como também um incentivo ao empreendedorismo brasileiro. Mas para isso são necessárias políticas econômicas mais favoráveis às pequenas e médias empresárias, como também uma maior participação do sistema S e das universidades brasileiras, gerando assim um empreendedorismo com planejamento e responsável e não um empreendedorismo ligado ao desespero de se conseguir uma renda.

A UFPA precisa estreitar o relacionamento com os empresários evidenciando a importância do conhecimento para o crescimento e sustentabilidade da empresa ao longo dos anos, para isso é necessário um maior contato dos empresários com os pesquisadores da UFPA para que assim possam ser fortalecidos contratos e convênios que irão gerar novas oportunidades de empregos, maior eficiência das empresas e uma maior formação e divulgação do conhecimento.

Ao se expandir a UFPA através dos *campi* para o interior do estado, a UFPA está promovendo uma alternativa aos moradores daquela região e mostrando que não necessariamente precisa acontecer a migração do interior para a cidade para que se consiga ter acesso ao conhecimento. Sendo assim, a UFPA tem que intensificar atividades para o meio rural e contribuir para evitar o êxodo rural dos jovens, mostrando que o meio rural também é um local de oportunidades. Para isso, é preciso mostrar que o meio rural não é somente agrícola e sim um local onde o turismo, a história e a cultura estão presentes e são formas geradoras de renda para as populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, ou seja, tornar o meio rural multifuncional para a população que lá vive.

O Brasil está passando por um processo de transição demográfica na qual a pirâmide etária brasileira para 2022 será menor na base e terá um topo maior, sendo assim, a população

de idosos irá aumentar consideravelmente e o número de nascimentos irá reduzir, isso trará uma redução na “janela de oportunidades” trazendo impactos tanto na questão previdenciária quanto na educação. Para o futuro, a existência de escolas voltadas para o ensino fundamental e médio será cada vez menor já que o número de crianças está diminuindo, porém, a qualificação do trabalhador é algo que tende a aumentar bastante para que o Brasil alcance um desenvolvimento socioeconômico alto. Sendo assim, amplia-se a responsabilidade da UFPA em promover uma maior qualificação dos trabalhadores, seja com ensino técnico, graduação e pós-graduações voltadas para o desenvolvimento amazônico sustentável, além disso, uma formação superior será uma forma das pessoas não só se inserirem em um mercado de trabalho, mas também de se inserir na sociedade e não se colocar à margem da sociedade.

Para o êxito do Plano Nacional de Educação 2014-2024 que traz diretrizes para todos os níveis da educação brasileira, além de trabalhar junto com o PPA, LDO e LOA das três esferas do governo, a UFPA, junto com as demais Instituições de Ensino Superior (IES) do país, precisa estar preparada para contribuir como cumprimento das metas do Plano e assim elevar a educação no cenário nacional e regional.

Com o processo de globalização que traz uma maior integração econômica, social, cultural e também educacional, é necessária uma maior internacionalização da educação através de parcerias com universidades do exterior, parcerias estas facilitadas pelo aumento da tecnologia de informação.

A educação também vai ter uma demanda de pessoas que já se formaram e pretendem se qualificar mais ainda, uma demanda maior de adultos já com sua estabilidade em relação ao emprego. A universidade poderá contribuir com a inserção de alunos no mercado de trabalho por meio de incubadora de empresas e a criação de empresas júnior.

Ultimamente estamos vivendo um problema muito sério quanto às doenças tropicais, principalmente com relação ao mosquito *Aedes aegypti* que transmite o vírus da Zica, dengue e *chikungunya*, razão pela qual a UFPA deve intensificar suas pesquisas em doenças tropicais, já que estamos numa área propícia a esses tipos de doenças, fazendo assim com que nossas pesquisas continuem sendo referências tanto regionalmente como nacionalmente.

Quanto aos potenciais ambientais do Pará e região amazônica, é preciso se adequar às tendências mundiais e aumentar o mercado. A utilização de bioenergia nos EUA através do milho e na Europa através da beterraba para a utilização, principalmente como combustíveis para os automóveis, é uma tendência importante para que a UFPA continue suas pesquisas em produtos regionais com teor bioenergético para atender uma maior demanda da sociedade e

desenvolver sustentavelmente o Pará, já que ligar meio ambiente, saúde para as pessoas e lucro será a única forma de produzir.

Outra alternativa sustentável para a geração de energia e que o estado do Pará mostra-se proeminente é a energia solar através da instalação de painéis fotovoltaicos principalmente nas regiões sudoeste e noroeste que recebe uma elevada quantidade de radiação solar.

Dado o retrato da economia brasileira e analisado algumas tendências para o Brasil, região norte e o Pará, podemos elaborar alguns cenários apresentados abaixo nos quais a UFPA deverá se adequar para que assim consiga se manter como universidade de referência no Norte do Brasil.

a) Cenário macroeconômico externo favorável com um cenário macroeconômico e político interno desfavorável: esse cenário é mais provável para um período de curto prazo, com a tendência de se continuar a crise política e econômica brasileira por pelo menos mais dois anos e com a continuidade da política fiscal e monetária contracionistas, ou seja, com aumento dos impostos e redução de gastos públicos e uma continuação das elevadas taxas de juros ou até mesmo uma elevação que irá reduzir a tomada de empréstimos feitos pelos consumidores, ocorrendo assim uma redução na demanda agregada e um agravamento da crise econômica, sustentada principalmente pela crise política. Esse cenário que é o que ocorre atualmente resulta em um crescimento abaixo do esperado para as universidades brasileiras, devido ao alto número de cortes na educação, redução de bolsas voltadas para o exterior e menores investimentos em construção de prédios. Mas para reduzir essa trajetória negativa é necessária uma utilização mais eficiente dos recursos para que se possa ao menos manter a qualidade do ensino.

b) Cenário macroeconômico e político interno e externo favoráveis: esse é um cenário mais favorável para o Brasil como também para a UFPA e mais provável para o longo prazo. Esse cenário é favorável a um aumento de investimento privado e público, aumento do emprego e aumento do rendimento médio dos trabalhadores. Isso contribui para a redução das desigualdades sociais, um baixo índice de pobreza e uma menor inadimplência da população brasileira. A UFPA seguirá essa tendência com a melhora na qualidade dos cursos de graduação, mais bolsas CNPq que incentivam a internacionalização do ensino e uma maior expansão das universidades. Com um cenário mais positivo as vinte metas estabelecidas pelo PNE provavelmente serão alcançadas e isso levará a uma maior responsabilidade social da UFPA.

## 2.4 GESTÃO ESTRATÉGICA NA UFPA

As exigências acentuadas da sociedade e do governo por resultados instigam cada vez mais os gestores das organizações públicas. Estabelecer e priorizar as iniciativas mais relevantes, mobilizar recursos e competências essenciais e concretizar os projetos estratégicos são requisitos fundamentais para ampliar substancialmente a capacidade de produzir, medir e demonstrar resultados.

Para operacionalizar a aplicação dos princípios da gestão estratégica é fundamental que a organização defina uma forma estruturada e organizada de integrar os processos, estabelecendo um sistema gerencial.

O modelo de gestão deve prever que a integração dos processos de decisão estratégica e operacional deve-se dar em todos os níveis hierárquicos da organização e em todas as suas atividades fim e meio, possibilitando a eliminação dos conflitos entre atividades de longo e curto prazo.

A figura abaixo apresenta, sinteticamente, o modelo de gestão estratégica em curso na UFPA, compreendendo a dimensão estratégica composta pela missão institucional, princípios e visão de futuro institucional que ensejam o estabelecimento de objetivos, metas, programas, iniciativas e ações que se articulam entre si, a administração superior, suas Unidades e Subunidades, com o aporte dos recursos orçamentários e financeiros para concretizar o Plano nas perspectivas propostas e em andamento na Instituição.

O PDI propõe metas e ações para a execução de seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o período de 2016-2025. O Plano em si é uma ação estratégica no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam as políticas de ensino, pesquisa, extensão, além da gestão acadêmica, da gestão institucional e da avaliação institucional.

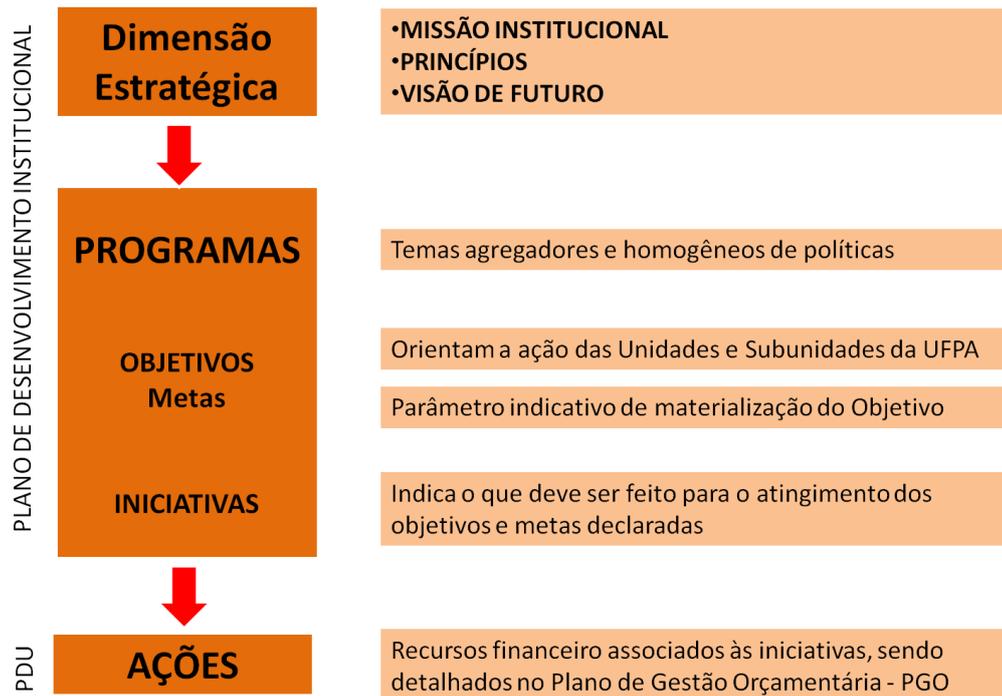


Figura 1 - Modelo de gestão estratégica na UFPA

#### 2.4.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

Para a UFPA, a sua missão institucional esclarece a sua razão de ser, qual a sua justificativa de existência para a sociedade, ou seja, qual a função social a ser exercida por ela, definindo com clareza seu propósito fundamental, o motivo pela qual foi criada, assim, sua atual missão é:

**“Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva sustentável”.**

Gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular do amazônida, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, por sua vez sustentados em princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa.

## 2.4.2 PRINCÍPIOS

São ideias fundamentais em torno das quais a organização foi construída. Representam as convicções dominantes, as crenças básicas, aquilo em que a maioria das pessoas da organização acredita. São elementos motivadores que direcionam as ações das pessoas na instituição, contribuindo para a unidade e a coerência do trabalho. Inspiram o comportamento das pessoas que atuam na UFPA e são norteadores da gestão estratégica.

Bem divulgados, os princípios promovem a reflexão que orienta a atitude dos servidores e influenciam seu comportamento no dia-a-dia, inspirando a execução das tarefas. São referências obrigatórias para proporcionar significado às atitudes e comportamentos. São princípios da UFPA:

- **A universalização do conhecimento;**
- **O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica e de gênero;**
- **O pluralismo de ideias e de pensamento;**
- **O ensino público e gratuito;**
- **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;**
- **A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;**
- **A excelência acadêmica;**
- **A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.**

## 2.4.3 VISÃO DE FUTURO

A visão de futuro mostra a importância do pensamento antecipatório e a compreensão que o futuro depende de nossa visão do presente e nossa relação com o passado, corresponde aos limites pelos quais os gestores da organização conseguem enxergar dentro de um horizonte de tempo e uma abordagem mais ampla o delineamento do planejamento estratégico a ser desenvolvido e implementado.

A Visão reflete ainda como a organização pretende ser no futuro. É a declaração sucinta de um desejo coletivo a ser alcançado, a médio e longo prazo, que busca refletir o atendimento às necessidades da sociedade, significando responder às seguintes perguntas:

- Para onde vamos? Qual é o nosso destino?
- O que desejamos ser?
- O que a UFPA quer alcançar a médio e longo prazo?

A visão da UFPA é:

**“Ser reconhecida internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade”.**

#### 2.4.4 MAPA ESTRATÉGICO

Através do Mapa Estratégico a estratégia da UFPA é comunicada a todos os níveis da instituição, apresentando o caminho a ser adotado pelo conjunto de suas Unidades para transformar a visão de futuro em realidade, norteadas pela missão e pelos seus princípios. Dentre os benefícios promovidos pela utilização do Mapa Estratégico, apresentamos, através da figura abaixo, os principais percebidos na instituição:

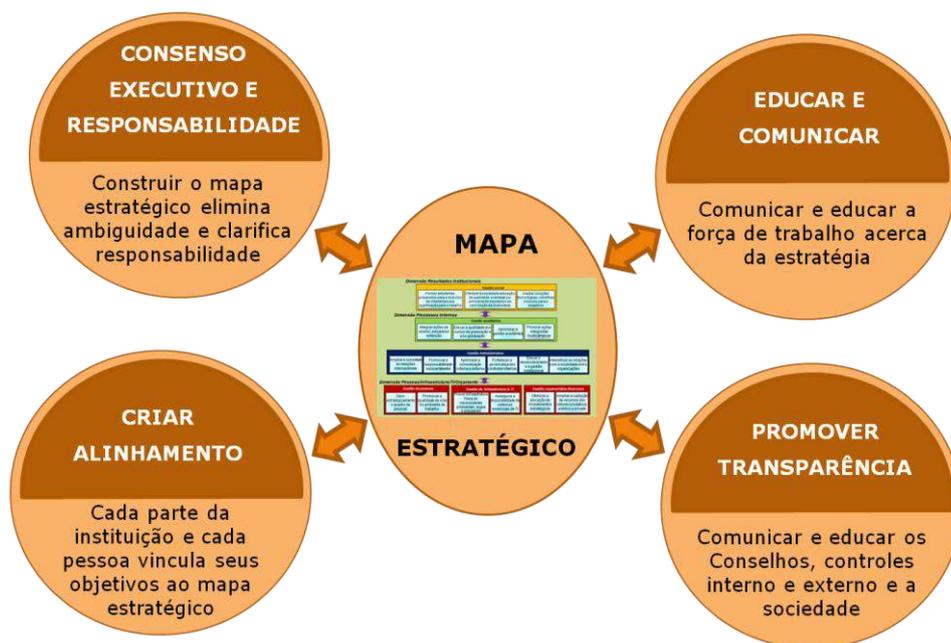


Figura 2 - Principais benefícios promovidos pela utilização do Mapa Estratégico

A estratégia da UFPA é traduzida pelo Mapa Estratégico, evidenciando a integração de diferentes objetivos estratégicos no sentido de obter sinergia entre eles, representado visualmente a estratégia institucional, mostrando através de uma única figura como os objetivos em suas respectivas perspectivas se integram e combinam para descrever a estratégia. Corresponde a estrutura pela qual a história da estratégia será comunicada a seu público alvo.

O Mapa Estratégico da UFPA, conforme figura apresentada abaixo é composto pela Missão Institucional, Visão de Futuro, Perspectivas e pelos Objetivos Estratégicos finalísticos e de suporte, sendo um documento orgânico, que pode e deve ser sempre atualizado, dado o contexto dinâmico no qual a UFPA está inserida.

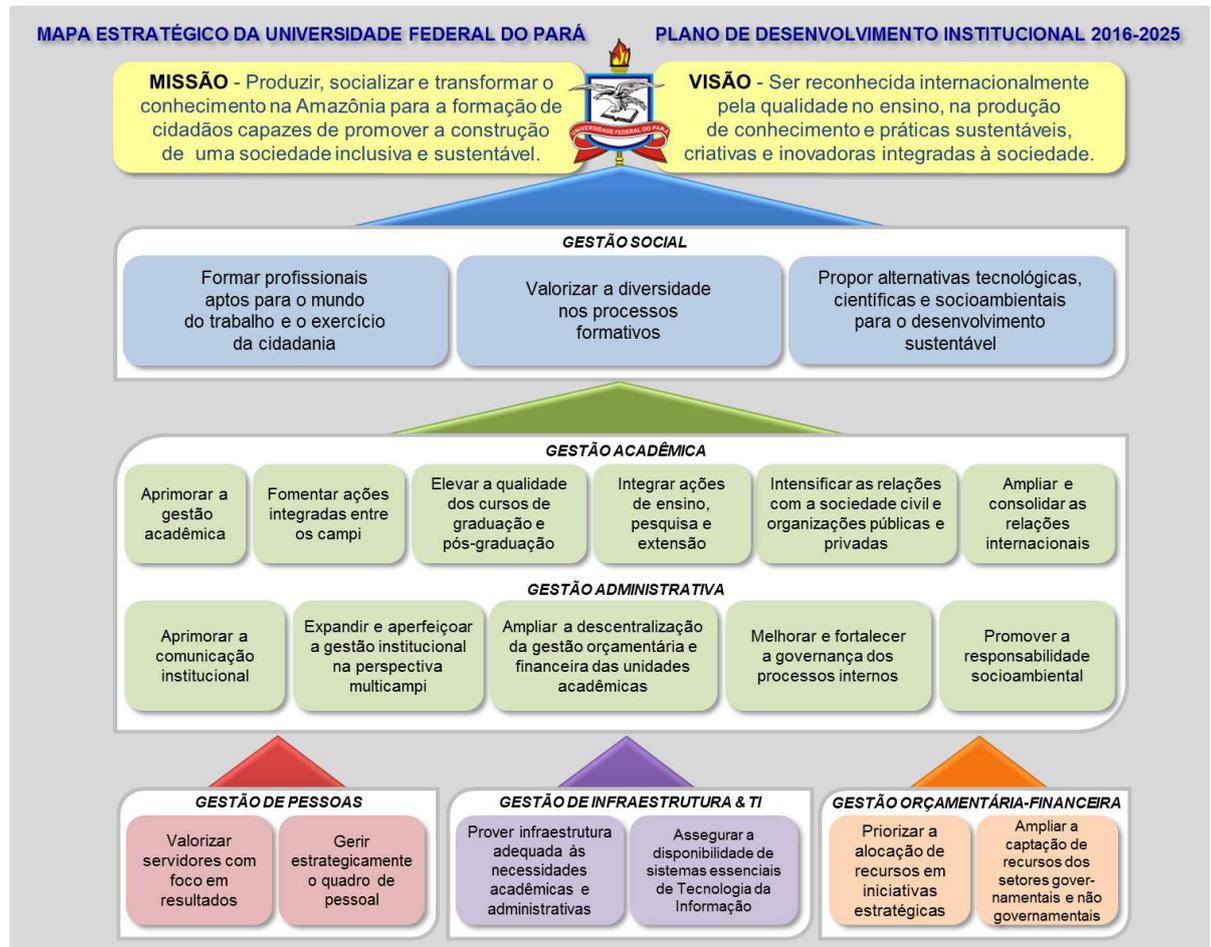


Figura 3 - Mapa Estratégico da UFPA

#### 2.4.5 PERSPECTIVAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Faz parte igualmente do Mapa Estratégico um grupo de perspectivas que se articulam entre si a fim de promover um conjunto harmônico entre os objetivos estratégicos de tal forma a promover o alinhamento necessário com a Missão e Visão de Futuro, o balanceamento indispensável entre as várias áreas funcionais e fatores da gestão institucional e a basilar relação de causa-efeito entre os objetivos estratégicos para assegurar o cumprimento da estratégia institucional.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse, como: Pessoas, Infraestrutura, TI, Orçamento, Processos Internos e Resultados Institucionais, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. Para a construção do Mapa Estratégico da Universidade Federal do Pará, foram elencadas as seguintes perspectivas:

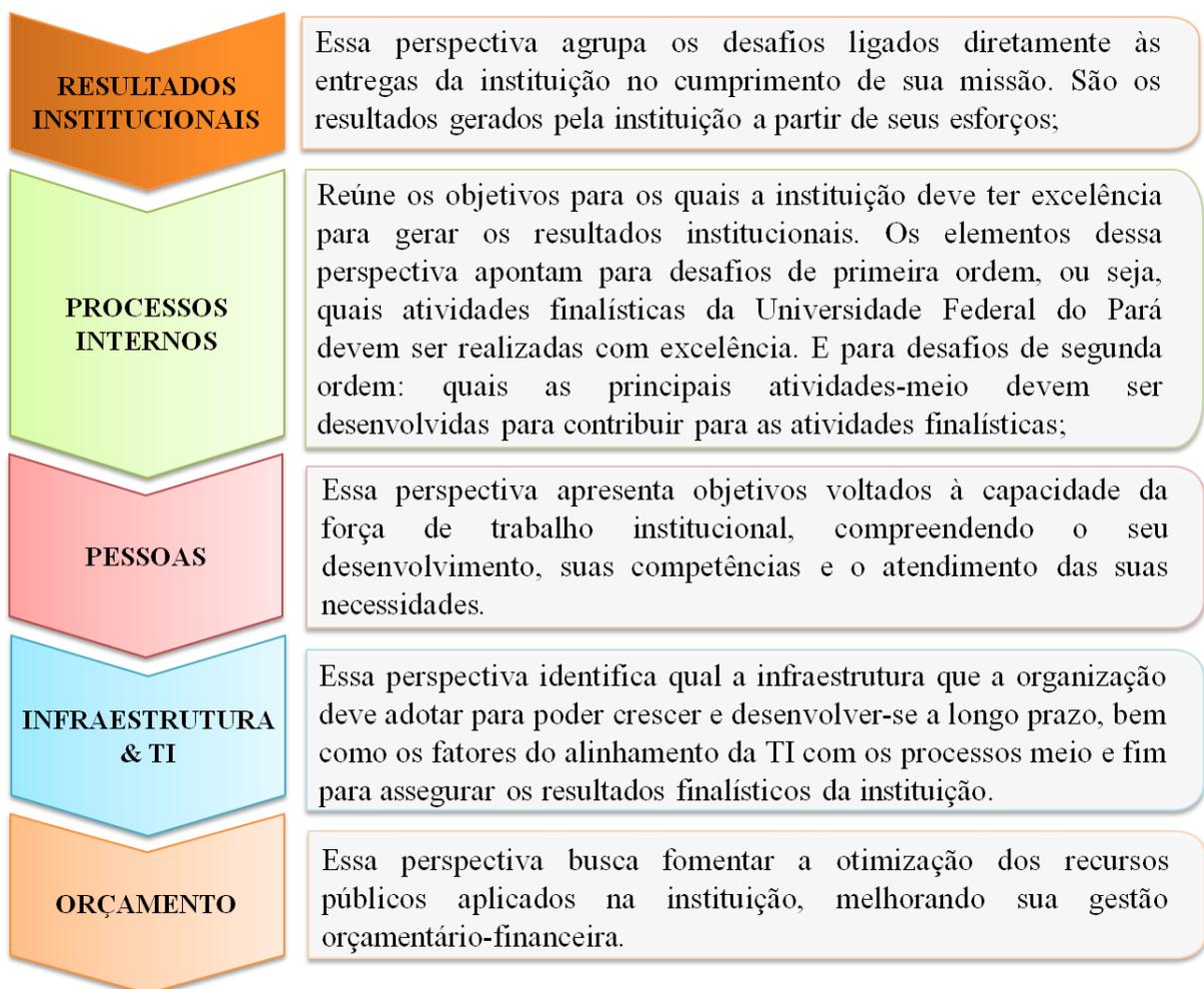


Figura 4 - Perspectivas do Mapa Estratégico da UFPA

#### 2.4.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico proporcionam benefícios, como: guias para a ação, motivação e envolvimento da força de trabalho e racionalidade na tomada de decisão. Para serem úteis, precisam ser mensuráveis, realísticos, desafiadores,

definidos no tempo, relevantes e motivadores. Para uma melhor compreensão e aprofundamento do entendimento de cada objetivo estratégico segue nos quadros abaixo uma breve descrição de cada efeito desejado.

Quadro 1 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva resultados institucionais

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
<i>Resultados Institucionais</i>	<b>Valorizar a diversidade nos processos formativos.</b>	Incorporar a perspectiva da diversidade em todas as formações ofertadas na instituição.
	<b>Formar profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.</b>	Formar e capacitar profissionais com competência técnico-científica e consciência ética para o exercício profissional crítico e autônomo que contribua para o desenvolvimento regional com responsabilidade social.
	<b>Propor alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável.</b>	Produzir, divulgar e transferir saberes e tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável, para a preservação dos ambientes naturais e para o reaproveitamento de recursos.

Quadro 2 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva processos internos

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
<i>Processos Internos</i>	<b>Ampliar e consolidar as relações internacionais.</b>	Estabelecer e estreitar relações de diálogo e parceria com universidades, centros de pesquisa, órgãos de fomento e consulares de outros países, com vistas a intensificar e fortalecer o processo de internacionalização da UFPA, através da qualificação dos acordos de entendimento, a intensificação do intercâmbio acadêmico, e a promoção da interculturalidade.
	<b>Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão.</b>	Promover, no processo de formação acadêmica, uma interlocução mais ativa com diferentes setores da sociedade que propugne uma formação e a produção de conhecimento em diálogo com as necessidades sociais.
	<b>Elevar a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.</b>	Estabelecer processos que potencializem os aspectos positivos e mitiguem as fragilidades dos cursos, identificados a partir das avaliações internas e externas.
	<b>Aprimorar a gestão acadêmica.</b>	Aperfeiçoar processos e procedimentos que impulsionem a fluidez na gestão, com base na compreensão e a aplicação dos princípios, diretrizes e normas que regem a organização acadêmica, na perspectiva de melhorar os indicadores institucionais.
	<b>Fomentar ações integradas entre os campi.</b>	Promover ações integradas entre os campi com vistas à otimização do uso dos recursos (humanos, infraestrutura e expertises) de cada campus, em ações de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.
	<b>Promover a responsabilidade socioambiental.</b>	Incentivar a inserção de critérios socioambientais por meio de programas, projetos e ações de sensibilização e fiscalização para comunidade universitária, a partir das unidades acadêmicas e administrativas, pautados nas políticas vigentes no país e nos documentos norteadores,

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
		visando tornar-se uma instituição de referência na gestão ambiental institucional.
	<b>Aprimorar a comunicação institucional.</b>	Aprimorar a comunicação com os diversos públicos da Instituição por meio de uma linguagem clara e acessível, em todos os suportes, plataformas e meios de comunicação disponíveis.
	<b>Melhorar e fortalecer a governança dos processos internos.</b>	Fortalecer o desempenho institucional, suas funções e responsabilidades, de acordo com o planejamento, avaliando se a instituição, o departamento, as atividades, os sistemas, os controles, as funções ou as operações estão atingindo os objetivos institucionais.
	<b>Expandir e aperfeiçoar a gestão institucional na perspectiva <i>multicampi</i>.</b>	Consolidar atuação institucional em sistema <i>multicampi</i> , aprimorando os processos de gestão acadêmica e administrativa.
	<b>Intensificar as relações com a sociedade civil e organizações públicas e privadas.</b>	Estabelecer mecanismos para aprimorar a participação da sociedade civil e das organizações públicas e privadas na formulação e implementação das ações estratégicas visando o alcance de melhores resultados para a sociedade.
	<b>Ampliar a descentralização da gestão orçamentária e financeira das unidades acadêmicas.</b>	Otimizar a distribuição interna dos recursos orçamentários e financeiros de modo condizente com o desempenho, necessidade e especificidade de cada Unidade Acadêmica, buscando a descentralização desse processo.

Quadro 3 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva pessoas

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
<i>Pessoas</i>	<b>Gerir estrategicamente o quadro de pessoal.</b>	Adequar a força de trabalho às efetivas necessidades organizacionais, promovendo a integração dos processos de gestão, o desenvolvimento gerencial e a melhoria do desempenho institucional.
	<b>Valorizar servidores com foco em resultados.</b>	Valorizar os servidores por meio da ampliação das ações de capacitação, qualificação, saúde e qualidade de vida, promovendo o seu reconhecimento com base no desempenho laboral e aderência a cultura de inovação.

Quadro 4 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva infraestrutura e tecnologia

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
<i>Infraestrutura e TI</i>	<b>Prover infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas.</b>	Planejar a expansão e adequação da infraestrutura urbana e predial por meio da proposição, execução e avaliação a partir da legislação vigente.
	<b>Assegurar a disponibilidade de sistemas essenciais de Tecnologia da Informação.</b>	Assegurar recursos de energia, de hardware e de software para garantir a mais alta disponibilidade possível dos Sistemas de Informação essenciais da UFPA, permitindo assim que os sistemas administrativos e acadêmicos estejam acessíveis 24 horas por dia e 7 dias por semana ao longo de todo o ano.

Quadro 5 - Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva Orçamentária-Financeira

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
<i>Orçamentária-Financeira</i>	<b>Priorizar a alocação de recursos em iniciativas estratégicas.</b>	Reservar recursos orçamentários para a implementação das ações estratégicas, que contribuirão para o alcance dos objetivos estratégicos da UFPA.
	<b>Ampliar a captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais.</b>	Aumentar o número de contratos e convênios formalizados com os setores governamentais e não governamentais, com o intuito de ampliar a receita financeira da UFPA para viabilizar a participação de um maior número de estudantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

## 2.4.7 O PAINEL DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DA UFPA

### 2.4.7.1 INDICADORES ESTRATÉGICOS E METAS

Para viabilizar o controle dos objetivos estratégicos do PDI 2016-2025, foram definidos indicadores e metas que deverão mensurar o desenvolvimento da estratégia. Os indicadores permitem desdobrar as metas de uma ação e repensar formas de melhoria contínua dos processos organizacionais, sendo importantes fontes de informação para o processo de tomada de decisão.

O estabelecimento de uma meta para cada indicador é primordial para comunicar a todos as partes interessadas a velocidade de implementação da estratégia e a amplitude do desafio a ser superado pela UFPA no alcance da Visão de Futuro. Vale destacar que as metas representam um pacto com os gestores responsáveis por cada objetivo estratégico das unidades acadêmicas e administrativa, cabendo ao gestor do objetivo estratégico assegurar a efetivação das ações necessárias para o correto monitoramento dos indicadores sob sua responsabilidade e responder pelo seu desempenho. Com efeito, é fundamental que os indicadores sejam direcionados para a tomada de decisões gerenciais voltadas para a solução dos problemas apontados, servindo de base para a revisão de metas estabelecidas.

As metas apontam e comunicam o desafio, de forma tangível e quantificada para os objetivos estratégicos, ou seja, os resultados a serem obtidos, considerando a quantidade e o tempo, indicando se os objetivos traçados foram atingidos ou não.

### 2.4.7.2 PAINEL DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO – UFPA

O quadro abaixo apresenta o Painel de Medição de Desempenho da Universidade Federal do Pará para os próximos dez anos, segundo as cinco perspectivas.

Quadro 6 - Painel de medição de desempenho da UFPA

<b>Perspectiva Resultados Institucionais</b>					
Nº	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas		
			2015	2020	2025
01	Valorizar a diversidade nos processos formativos.	% de projetos pedagógicos de curso de graduação que adotem a inovação e flexibilização curricular	-	60%	100%
02	Formar profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.	Taxa de Sucesso (graduação/stricto sensu)	-	80%	90%
		Índice de empregabilidade/ocupação do egresso	-	60%	80%
03	Propor alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável.	Produção científica global	5.000	6.000	8.000
		Registro de Patentes	10	20	50
		Titulados de mestrado e doutorado	1.200	2.000	3.000
<b>Perspectiva Processos Internos</b>					
04	Ampliar e consolidar as relações internacionais.	Nº de países atingidos por iniciativas de cooperação da UFPA	11	13	16
		Nº de pessoas da comunidade acadêmica enviadas e recebidas por meio de intercâmbio	46	60	70
		Alunos enviados ao exterior	40	50	60
		Alunos recebidos do exterior	85	100	120
05	Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão.	Nº de Programas	74	150	200
		Nº de Projetos	321	600	900
		Curricularização das atividades extensionistas nos projetos pedagógicos.	10%	50%	100%
06	Elevar a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.	Índice Geral dos Cursos (IGC)	4	5	5
07	Aprimorar a gestão acadêmica.	% de cursos que realizam a autoavaliação	-	50%	90%
08	Fomentar ações integradas entre os <i>campi</i> .	Índice de Projetos Multicampi (IPM) (fórmula: % de projetos de ensino, pesquisa ou extensão que envolvam docentes ou discentes de mais de um <i>campi</i> ).	10%	15%	25%
		% de flexibilização com gestão alinhada ao planejamento institucional.	-	60%	100%

09	Promover a responsabilidade socioambiental.	Quantidade de projetos socioambientais desenvolvidos e registrados	1	3	5
		Quantidade de programas institucionais desenvolvidos e registrados	5	10	15
		Quantidades de práticas institucionais desenvolvidas e registradas	10	20	25
		Índice de percepção de qualidade ambiental por meio de questionário	0	5	10
		Quantidade de registros de ocorrência de possíveis ações de irresponsabilidade socioambiental	10	20	30
		Percentagem de ocorrências resolvidas	30%	60%	100%
		Índice de produção de resíduos sólidos (publicado)			
10	Aprimorar a comunicação institucional.	Índice de satisfação da comunicação institucional	80%	85%	90%
11	Melhorar e fortalecer a governança dos processos internos	Índice de cumprimento das recomendações e determinações do plano de ação das auditorias operacionais	100%	100%	100%
		% de processos críticos redesenhados	0%	50%	100%
12	Expandir e aperfeiçoar a gestão institucional na perspectiva <i>multicampi</i> .	% índice de PDUs elaborados e avaliados	-	50%	100%
		Conceito do eixo/dimensão "Planejamento e Avaliação Institucional" do Conceito Institucional	2	4	5
13	Intensificar as relações com a sociedade civil e organizações públicas e privadas.	Nº de convênios firmados	20	50	100
14	Ampliar a descentralização da gestão orçamentária e financeira das unidades acadêmicas.	Garantir a execução orçamentária nos limites estabelecidos pelo MEC	100%	100%	100%
<b>Perspectiva Pessoas</b>					
15	Valorizar servidores com foco em resultados.	Índice de alcance da capacitação (IAC)	-	40%	80%
		Índice de reconhecimento profissional (% de servidores da UFPA que foram reconhecidos)	-	10%	20%
16	Gerir estrategicamente o quadro de pessoal.	Unidades acadêmicas com quadro de TAEs ajustados	-	25%	60%
		Unidades administrativas com quadro de TAEs ajustados	-	35%	75%
		Unidades acadêmicas com quadro de docentes ajustados	-	40%	80%
<b>Perspectiva de Infraestrutura &amp; TI</b>					
17	Prover infraestrutura adequada às necessidades	Índice de execução de projetos de infraestrutura			

	acadêmicas e administrativas.				
18	Assegurar a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.	Módulos disponibilizados e implantados no Sistema Integrado de Gestão SIG-UFPA	50%	100%	100%
		Índice de campi com links de 100 Mbps.	30%	100%	100%
		Índice de campi com redundância de links.	50%	100%	100%
<b>Perspectiva Orçamentário-Financeira</b>					
19	Priorizar a alocação de recursos em iniciativas estratégicas.	% do orçamento de custeio destinado aos projetos estratégicos	-	10%	15%
		% do orçamento de capital destinado aos projetos estratégicos	-	40%	50%
20	Ampliar a captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais.	% de recursos captados	-	30%	50%

## 2.4.8 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

As Iniciativas Estratégicas são programas, projetos, planos e ações propostos para atingir os objetivos definidos no Mapa Estratégico e ao preenchimento das lacunas de desempenho existentes entre a performance atual e as metas futuras. Frequentemente são projetos e programas, enfim, ações de caráter estratégico.

Elas se diferenciam dos objetivos estratégicos e da rotina institucional por serem mais específicas, por terem começo e fim predeterminados e por terem pessoas ou equipes alocadas para a sua execução, bem como verba preestabelecida, se necessário. Muitas iniciativas, quando executadas em conjunto, podem contribuir para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos. Esse entendimento está diretamente associado com a necessidade das organizações proverem respostas rápidas às influências ambientais, sem perder a indispensável visão de futuro.

Segue abaixo um rol de iniciativas estratégicas a serem desenvolvidas pelas várias Unidades no decênio do PDI. As iniciativas estão alinhadas a, pelo menos, um objetivo estratégico, devendo as mesmas sensibilizar as metas planejadas em direção ao cumprimento da missão institucional e a realização da visão de futuro. A lista é apenas um rol exemplificativo do portfólio de projetos da instituição, podendo outras iniciativas ser desenvolvidas no período futuro em função da dinamicidade do Plano, fruto das alterações dos ambientes interno e externo.

Quadro 7 - Iniciativas estratégicas da UFPA

<b>ROL DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de apoio à transferência de conhecimento – PATC</li> <li>• Programa institucional de bolsas de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação – PIBIC</li> <li>• Programa institucional de apoio à produção acadêmica – PIAPA</li> <li>• Programa de apoio à realização de eventos – PAEV</li> <li>• Programa voluntário de iniciação científica – PIVIC</li> <li>• Programa especial de apoio a projetos de pesquisa, ação interdisciplinar – PE-INTERDISCIPLINAR</li> <li>• Estágio PIBIC de verão – EPV</li> <li>• Programa de apoio ao doutor pesquisador – PRODOUTOR</li> <li>• Programa especial de apoio a projetos de pesquisa – acervos da UFPA (PE-ACERVOS)</li> <li>• Programa de apoio à cooperação interinstitucional – PACI</li> <li>• Programa de apoio à publicação qualificada – PAPQ</li> <li>• Programa de apoio à qualificação de servidores docentes e técnico-administrativos – PADT</li> <li>• Programa de acompanhamento dos programas de pós-graduação</li> <li>• Liberação do orçamento das unidades de acordo com os limites impostos pelo Governo Federal, bem como o orçamento liberado</li> <li>• Fortalecimento das CPGA's</li> <li>• Projeto de um novo Layout (Design) e de um novo Sistema de Funcionamento (Arquitetura) do Portal da UFPA e do Jornal Beira do Rio On-line</li> <li>• Projeto Mobile do Portal da UFPA e do Jornal Beira do Rio</li> <li>• Pesquisa de Opinião On-line anual com a comunidade acadêmica sobre as mídias da ASCOM/UFPA</li> <li>• Projeto de Monitoramento e Aperfeiçoamento da Comunicabilidade das Redes Sociais Oficiais da UFPA</li> <li>• Criação dos Manuais de Comunicação e de Informações da ASCOM/UFPA</li> <li>• Comitê de Gerenciamento de Crises da UFPA – CGC</li> <li>• Projeto de Institucionalização da Comunicação Estudantil na UFPA</li> <li>• Projeto da Agência de Notícias da UFPA</li> <li>• Projeto Censos da UFPA</li> <li>• PROPLAN Itinerante</li> <li>• Programa de Gestão do Planejamento, Informação e Avaliação</li> </ul>

- Comitê de Governança, Risco e Controles Institucionais – CGRCI
- Unidade de Controle Interno e Governança
- Projeto de Implantação da Gestão por Processos/Escritório de Projetos
- Consolidação de uma Política de Inventário de Hardware e Software na UFPA.
- Ampliação e consolidação das parcerias com o programa Navega Pará do Governo do Estado e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para expansão da comunicação de dados com os campi.
- Ampliação e atualização do Datacenter do CTIC
- Ampliação e atualização do *backbone* de dados da UFPA e Campi do interior.
- Ampliação e consolidação de uma Política de Segurança da Informação e Comunicação da UFPA.
- Programa de gestão estratégica de pessoas – PGEPS
- Programa de Coleta Seletiva Solidária
- Projeto de Controle da População Canina
- Projeto de Percepção da Qualidade Ambiental
- Plano de Logística Sustentável (PSL)
- Plano Pedagógico 3R – reduzir, reutilizar e reciclar
- Edital Prêmio Camilo Viana: UFPA - uma cidade sustentável
- Adesão ao Programa Cidades Sustentáveis, por meio da Rede Nossa Belém
- Atualizar, aprovar e implementar o Plano Diretor Urbano dos Campi
- Programa Qualidade do Ensino de Graduação.

#### **2.4.9 MONITORAMENTO DOS INDICADORES**

O monitoramento dos indicadores tem o propósito de subsidiar a administração superior com informações mais simples, porém relevantes, e tempestivas sobre a execução das estratégias e os efeitos das iniciativas estratégicas, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento.

Esse trabalho será bem-sucedido na medida em que sejam identificados responsáveis para cada indicador, assim como definidos os modelos de coleta. Isto é, para cada indicador, será necessário estabelecer formulário de coleta detalhado com todas as informações e características que permitam o respectivo acompanhamento de forma padronizada e repetível.

Mediante a implantação de sistema de informação, que possibilite registros individualizados das informações sobre os indicadores e posterior integração dos dados

nacionais, esse trabalho será facilitado. O uso de *software* também evita que dados sejam obtidos de diferentes fontes, assim como facilita a padronização e consolidação de resultados.

#### **2.4.10 ANÁLISE & AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA**

A análise e avaliação estratégica tem o propósito de subsidiar a gestão do Plano de Desenvolvimento Institucional com informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o funcionamento e os efeitos das iniciativas estratégicas levantadas nas pesquisas de avaliação, devendo essas informações ser tempestivas, simples e em quantidade adequada para a tomada de decisões.

Para isto, precisa-se de indicadores coletados e calculados com uma periodicidade que permita gestores reagirem ainda dentro de um ciclo de execução dos programas e/ou projetos. Além disso, é preciso que as informações geradas pelos indicadores sejam apresentadas em formato de fácil consumo pelos gestores, ou seja, para que estes tenham rápida apreensão do desempenho dos programas/projetos, por isso, a importância do painel de medição de desempenho.

Todo esse processo de gestão estratégica é metodologicamente incorporado em um instrumento de gestão estratégica chamada Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE. A grande questão nessas reuniões de análise da estratégia consiste em desenvolver uma cultura de aprendizado nas lideranças em que haja uma decisão pautada na expectativa de resultado futuro e não no imediatismo.

As análises de uma RAE podem focalizar ainda em um ou mais dos seguintes pontos: tema estratégico; objetivos estratégicos; indicadores; metas; projetos e atividades. Para cada um desses pontos podem ser analisados: a lógica ou estrutura de planejamento; o método ou forma de apuração dos indicadores; a intervenção ou qualidade das ações traçadas; e o cenário externo ou fatores atuais e tendências de contexto.

A gestão estratégica na UFPA segue o modelo, conforme figura abaixo, envolvendo a administração superior e vários outros gestores, com papéis claramente definidos, seja no fomento dos objetivos estratégicos, no desenvolvimento de projetos, na coleta de indicadores ou ainda na coordenação do processo de gestão estratégica, tornando a implementação estratégica tarefa de todos.

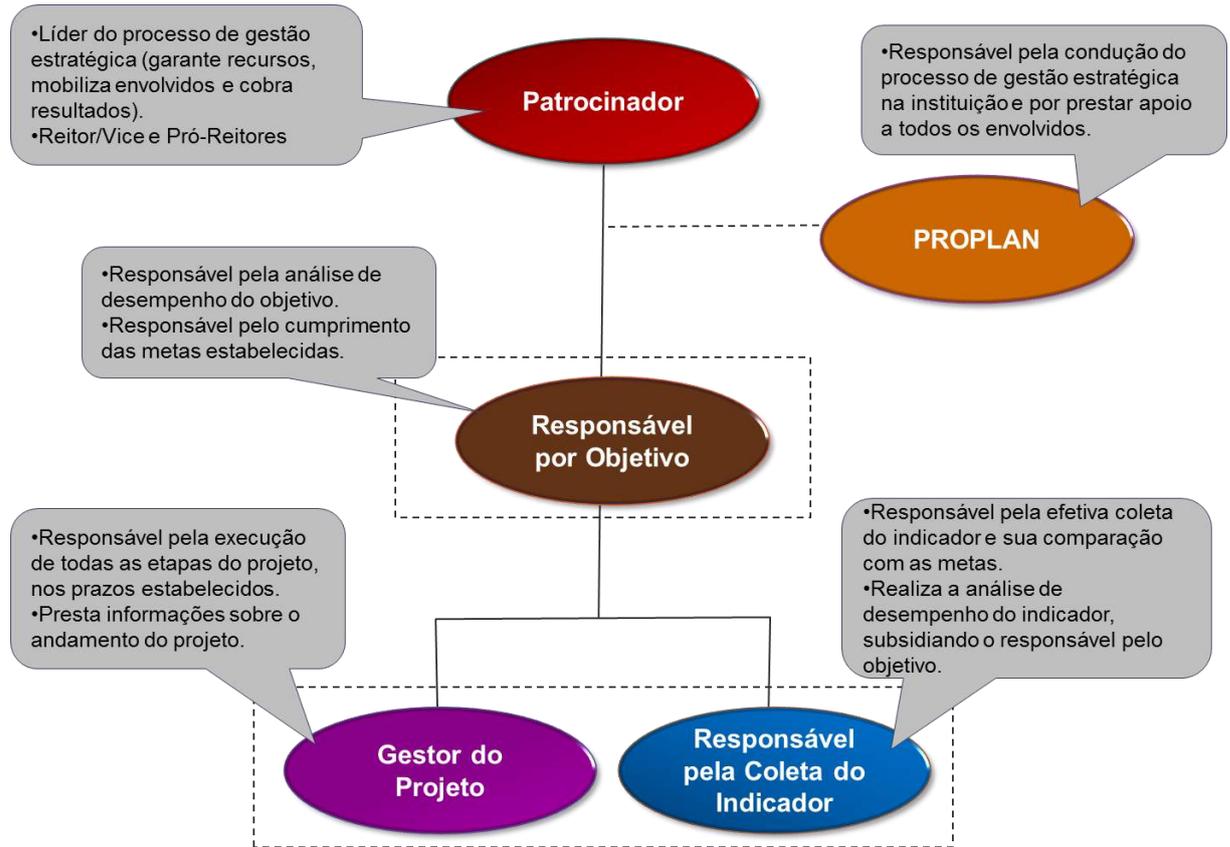


Figura 5 - Papéis e responsabilidades na gestão estratégica da UFPA

Em conformidade com o modelo de gestão definido anteriormente, bem como o sistema de responsabilização e papéis definidos na figura anterior, segue no quadro abaixo as Unidades definidas para responsabilizarem-se pela implementação dos objetivos do Mapa Estratégico, devendo as mesmas se articularem entre si e com os responsáveis pelos projetos e indicadores com a missão de executar, de forma integrada, o Plano Estratégico da UFPA. A definição dos responsáveis se deu em função da proximidade do objetivo estratégico com a área de atuação da Unidade, corroborando para a sua gestão que deverá ser evidenciada nas RAEs.

Quadro 8 - Responsáveis pela gestão dos objetivos estratégicos da UFPA

Nº	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESPONSÁVEIS
01	Valorizar a diversidade nos processos formativos.	PROEG
02	Formar profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.	PROEG
03	Propor alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável.	PROPESP
04	Ampliar e consolidar as relações internacionais.	PROINTER

05	Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão.	PROEX
06	Elevar a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.	PROEG
07	Aprimorar a gestão acadêmica.	PROEG
08	Fomentar ações integradas entre os <i>campi</i> .	VICE-REITORIA
09	Promover a responsabilidade socioambiental.	PREFEITURA
10	Aprimorar a comunicação institucional.	ASCOM
11	Melhorar e fortalecer a governança dos processos internos	PROPLAN
12	Expandir e aperfeiçoar a gestão institucional na perspectiva multicampi.	PROPLAN
13	Intensificar as relações com a sociedade civil e organizações públicas e privadas.	PROEX
14	Ampliar a descentralização da gestão orçamentária e financeira das unidades acadêmicas.	PROAD
15	Valorizar servidores com foco em resultados.	PROGEP
16	Gerir estrategicamente o quadro de pessoal.	PROGEP
17	Prover infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas.	PREFEITURA
18	Assegurar a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.	CTIC
19	Priorizar a alocação de recursos em iniciativas estratégicas.	PROPLAN
20	Ampliar a captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais.	PROAD

## 2.5 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UFPA comunicação é uma das áreas estratégicas para o cumprimento da missão e o alcance da visão institucional bem como o conjunto dos objetivos propostos no PDI 2016-2025. Para isso, a Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) - assessoria especial, coordena o processo de criação, implantação e desenvolvimento da Política de Comunicação Institucional e desenvolve estratégias de divulgação das ações institucionais para o público interno e externo da UFPA. Todo este trabalho tem por princípios: a) o respeito à ética e à liberdade de imprensa; b) o pluralismo de ideias e de pensamentos; c) a divulgação irrestrita do conhecimento e d) o respeito à diversidade da pessoa humana. Como forma de reconhecer o papel fundamental estratégico da comunicação institucional a ASCOM busca persistentemente promover comunicação consistente e acessível, que transmita as informações de interesse público necessário e, desse modo, intensifica a comunicação institucional, propondo meios de aperfeiçoar os canais de informação, definindo os fluxos e adotando tecnologias adequadas que facilitem o acesso, a difusão e a gestão da informação e do conhecimento.

## 2.6 RELACIONAMENTO COM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

A UFPA estreita suas relações com o meio empresarial principalmente por meio da atuação de sua Agência de Inovação Tecnológica (UNIVERSITEC), que vem desenvolvendo trabalhos coordenados de incentivo à interação com empresas para a realização de pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos de inovação tecnológica, para atender às demandas regional, nacional e global com foco no desenvolvimento sustentável.

A proposta central é reunir diferentes atores em um grupo heterogêneo envolvendo laboratórios de pesquisa, centros de pesquisa, órgãos de fomento, instituições financeiras, instituições públicas, que participam ativamente do processo de desenvolvimento e difusão de inovação, contudo, promovendo a interação entre eles e por seguinte resultando na transferência de tecnologias geradas no âmbito institucional.

Além disso, tem o propósito de estimular a criação, implantação e consolidação de incubadoras de empresas, de parques e polos tecnológicos e a consolidação projetos permanentes promotores de inovação no âmbito da Universidade, como também, promover ações de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas e atuar na disseminação da cultura de proteção ao conhecimento na UFPA e na região.

O Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) foi criado em 1995, tratando-se de uma iniciativa pioneira na Região Amazônica, visando atender demandas locais por serviços especializados na criação e no posicionamento de empresas de base tecnológica no mercado, aproveitando o potencial dos recursos da biodiversidade.

Por meio de programas de capacitação e treinamento para os empresários, visando à formação do empresário-empendedor que conhece o mercado e seus concorrentes, o PIEBT atua de forma proativa e fundamentada em estratégias efetivas de satisfação de seus clientes, posicionando e/ou reposicionando empresas de forma a maximizar o valor do seu negócio. Assim, constitui-se em agente de disseminação do empreendedorismo e de promoção do uso de tecnologia em produtos, processos e serviços, disponibilizados no mercado, além de prospectar projetos de pesquisa com potencial para gerar produtos competitivos e incentivar a criação de novas empresas.

A UFPA também é pioneira na proteção da Propriedade Intelectual na Amazônia, disseminando a cultura de proteção ao conhecimento, promovendo os registros de direitos autorais, em convênio com a Fundação Biblioteca Nacional – FBN (obras literárias, artísticas e científicas), propriedade industrial (patentes, marcas e desenho industrial, indicações geográficas e cultivares), registro de *softwares* e projetos arquitetônicos.

## 2.7 A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFPA

A internacionalização das atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades brasileiras é um recente desafio que se apresenta para o sistema de ensino superior do País. Se integrar ao mundo através de parcerias, redes, projetos de pesquisa, e mobilidade de alunos, professores, pesquisadores e administradores são fundamentais para alcançar novos horizontes, que se concretizaram em maior número e melhor qualidade de nossas publicações, patentes, e graduados e pós-graduados.

No momento atual, a captação de recursos através de projetos de pesquisa e programas de cooperação internacional de um modo geral se tornou uma das fontes de financiamento de maior importância para as universidades brasileiras. Ao mesmo tempo, a concorrência e o nível de exigência das financiadoras nacionais e internacionais aumentaram de tal forma que nossas instituições acadêmicas precisam de um serviço de apoio capacitado na atuação do mercado de cooperação internacional com a finalidade de:

- Articular-se em redes internacionais, interinstitucionais e interdisciplinares;
- Aumentar o nível de informação sobre as possibilidades de captar recursos e abrir convênios de cooperação em nível internacional;
- Aperfeiçoar a competência na formulação e execução de projetos, para poder fazer frente à concorrência nacional e internacional;
- Aprimorar a capacidade de receber delegações estrangeiras, e prestar serviços à comunidade acadêmica em geral na sua inserção na cooperação acadêmica internacional.

A mobilidade transforma aos participantes na sua capacidade de conhecimento específico, na sua compreensão da diversidade cultural, nas suas formas de relacionamento pessoal e profissional. No entanto, a maioria das vezes isto fica restrito à pessoa, seu entorno pessoal, ou a seu grupo de trabalho científico. Neste sentido, acredita-se fundamental iniciar um processo que permita uma maior permeabilidade das ações de internacionalização dentro da UFPA, motivando os nossos alunos que ainda não tiveram a oportunidade de fazer parte deste processo, com uma forma de promover a “internacionalização portas adentro” da nossa Universidade.

### **2.7.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPA**

A Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER) é uma unidade da Administração Superior da UFPA, instituída com o objetivo de “promover a cooperação entre a UFPA e as diversas instituições internacionais de ensino, pesquisa e fomento à educação, na área científica e cultural”, atuando fortemente no incentivo e consolidação de parcerias com universidades estrangeiras, no fomento ao conhecimento e compreensão de outras culturas e realidades, na colaboração com o ensino de idiomas, assim como na mobilidade de alunos, professores e administradores da UFPA.

A UFPA, única universidade federal no Brasil com uma Pró-Reitoria exclusiva para atender estas temáticas, tem visto nos últimos anos um crescente protagonismo neste sentido que tem levado à obtenção de prêmios, assim como a estar entre as 30 primeiras universidades em *ranking* nacional no item internacionalização.

Os “diálogos interculturais” compreendem palestras e mesas redondas temáticas com representantes oficiais ou acadêmicos de diferentes países, exposição de trabalhos artísticos, ciclos de cinema, assim como o fortalecimento das ações da Casa de Estudos Germânicos (CEG) e o Centro de Recursos Didáticos de Espanhol (CRDE).

A mobilidade, particularmente através do suporte financeiro do governo federal (ex. Programa Ciências sem Fronteiras), e de governos estrangeiros (ex. Programa *Erasmus Mundus*, *Erasmus+*), da UFPA/FADESP (ex. Programa de Apoio à Cooperação Interinstitucional), de empresas privadas (ex. Programa Santander Universidades), é um excelente instrumento de melhoria de quase todos os elementos integrantes da nossa academia.

### **2.7.2 AS PARCERIAS INTERNACIONAIS DA UFPA**

A PROINTER coordena programas com vistas a incrementar o processo de internacionalização. Os principais programas são o Programa *Erasmus Mundus*, Programa Erasmus+, Programa Santander Universidades e o Programa Idiomas sem Fronteiras (Gov. Federal), CAPES e CNPq.

Os programas *Erasmus Mundus* e *Erasmus+* são programas de mobilidade criados e financiados pela União Europeia (UE). As atividades do programa têm como objetivo promover a excelência da educação superior e pesquisa nos países europeus e ao mesmo tempo reforçar os laços acadêmicos com países de todo o mundo. Os Programas *Erasmus*

funcionam por meio de consórcios entre Instituições Europeias e Brasileiras na área do Ensino Superior.

### 2.7.2.1 O PROGRAMA ERASMUS MUNDUS (EM)

O Programa *Erasmus Mundus* é um programa de cooperação e mobilidade na área do ensino superior, implementado pela agência da União Europeia - *Education, Audiovisual and Culture Executive Agency* (EACEA), cujos principais objetivos são:

- Promover o ensino superior europeu;
- Incentivar o reforço e a melhoria das perspectivas de carreira dos estudantes;
- Favorecer a compreensão intercultural através da cooperação com países terceiros, em harmonia com os objetivos de política externa da União Europeia, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável do ensino superior dos países terceiros.

As bolsas de estudos integrais concedidas para os cursos de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e staff acadêmico e administrativo pertencentes ao EM são amplamente conhecidas no meio acadêmico.

A UFPA faz parte dos seguintes consórcios Erasmus Mundus:

1. Redes da Universidade do Porto (Portugal):
  - a. EBW (*Euro Brazilian Windows*);
  - b. EBWII;
  - c. BABEL (*Building Academic Bonds between Europe and Latin America*) – 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> chamadas;
2. Rede da Universidade de Coimbra (Portugal):
  - a. ISAC (*Improving Skills Across Continents*);
3. Redes de Universidade de Munique (Alemanha):
  - a. EUBRANEX (*European-Brazilian Network for Academic Exchange*);
  - b. EUBRANEX II;
  - c. EUBRANEX PLUS;
4. Rede da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha):
  - a. EMUNDUS15;

5. Rede da Universidade de Turim (Itália):

a. EUBRAZIL START UP

6. Rede da Centrale Supélec (França):

a. SMART2 (*SMARTCITIES AND SMARTGRIDS FOR SUSTAINABLE DEVELOPEMENT*) – 1ª, 2ª e 3ª chamadas.

Devido à participação em vários projetos *Erasmus Mundus* e sua proximidade com as instituições europeias e brasileiras, a UFPA foi convidada, em dezembro de 2010, a participar do Instituto de Estudos Brasil Europa (IBE) e ser a instituição líder no Norte. O IBE também composto por universidades parceiras brasileiras e associados na Europa, surgiu a partir de um convite público da Comissão Europeia para a criação de um instituto de estudos europeus no Brasil. O principal objetivo do Instituto foi promover o desenvolvimento do ensino e da pesquisa sobre questões em que a experiência europeia pudesse agregar valor e dar uma contribuição significativa para enfrentar os desafios do desenvolvimento no Brasil e melhorar as políticas e programas em conformidade.

### 2.7.2.2 O PROGRAMA SANTANDER UNIVERSIDADES

Destaca-se pelo apoio de projetos universitários e por seus programas de bolsas, fomentando o intercâmbio cultural, a ciência, a inovação e o empreendedorismo. Ao incentivar a pesquisa e a mobilidade de alunos e professores, o Santander Universidades contribui com a internacionalização da atividade acadêmica e com a transferência de conhecimento do *campus* para a sociedade. A UFPA já foi contemplada com os seguintes programas:

1. TOP CHINA - de 2010 a 2015 (30 bolsistas);
2. BOLSAS ÍBERO-AMERICANAS – de 2011 a 2015 (45 bolsistas);
3. BOLSAS LUSO-BRASILEIRAS – em 2010 (5 bolsistas);
4. FÓRMULA SANTANDER – de 2010 a 2015 (18 bolsistas);
5. TOP ESPANHA – de 2011 a 2015; (29 bolsistas) e;
6. PROGRAMA AMAZÔNIA 2020 - (2010-2020) – Instituído para promover a mobilidade de alunos e professores e a internacionalização da atividade acadêmica,

além de incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e do empreendedorismo sustentável na Região Norte.

1. Em 2012, forneceu bolsas para aprendizado de línguas estrangeiras através de Educação à Distância (EAD) - 900 bolsas de Inglês e Espanhol para alunos de Belém e do Interior;
2. Em 2013, disponibilizou bolsas para aprendizado de línguas estrangeiras através de Educação à Distância (EAD) - 1.400 vagas para o Inglês (sendo 200, para docentes; 200, para técnico-administrativos, e 1.000, para discentes); e 1.500 vagas para o espanhol (sendo 250 para docentes, 250 para técnico-administrativos e 1.000 para discentes).

### **2.7.2.3 PROGRAMAS DE BOLSAS DA CAPES**

#### **2.7.2.4 O PROGRAMA DE CONSÓRCIO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASIL - ESTADOS UNIDOS (CAPES/FIPSE)**

Tem como objetivo principal aumentar a cooperação e construir parcerias entre Brasil e EUA. As Universidades conveniadas com a UFPA e que realizaram projetos de mobilidade foram:

1. North Dakota State University entre 2008 a 2011 (5 alunos brasileiros e 4 americanos);
2. Michigan Tech University entre 2008 a 2011 (5 alunos brasileiros e 7 americanos);
3. Michigan State University entre 2012 a 2014 (12 alunos brasileiros e 13 americanos);

#### **2.7.2.5 O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO “BRASIL/FRANÇA *INGÈNIVEUR TECHNOLOGIE*” (BRAFITEC)**

Consiste de projetos de parcerias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio entre Brasil e França, estimulando a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o

reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes. As Universidades conveniadas são ENSAM-Paris, ENSIAME-Valenciennes, Ecoledes Mines de Nancy, EIGSI-LaRochelle, 3iL-Limòges, HEI-Lille, EPF-Sceaux, INP-Grenoble, INSA Toulouse, INSA Lyon, ESIEA. Entre 2007 e 2014 enviou 78 bolsistas de graduação dos cursos de Engenharia e recebeu nove alunos franceses.

O quadro abaixo apresenta as instituições por países que mantém acordos com a UFPA/PROINTER.

Quadro 9 - Países e instituições que mantém acordos com a UFPA

PAIS	INSTITUIÇÃO
Alemanha	Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst)
	Universidade Livre de Berlim (Freie Universität Berlin)
	Centro Leibniz de Ecologia Marinha Tropical (ZMT)
	Technische Universität Dresden
	Fundação da Universidade de Hildesheim
	Max Planck Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften (MPG) Data: 05/11/2009
Angola	Universidade Agostinho Neto
Argentina	Universidad Nacional de Rosario (UNR):
	Universidad Nacional do Litoral
	Universidad Nacional de Tres de Febrero
Bélgica	Hasselt University
Cabo Verde	Universidade de Cabo Verde
	Direção Geral de Ensino Superior e Ciência de Cabo Verde.
Chile	Conselho de Reitores das Universidades Chilenas
Chile	Universidade de Chile
China	Henan Industrial Vocational Institute of Technology - Nanyang, Provincia de Henan
	Beijing University of Chemical Technology
Colômbia	Instituto Colombiano de Créditos Educativos e Estudos Técnicos no Exterior “Mariano Ospina Pérez” – ICETEX
	Universidad de La Amazonia
	Fundación Centro para la Investigación en Sistemas Sustentables de Producción Agropecuária- CIPAV.
Cuba	Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villa (UCLV)
	Universidad de Granma
	Universidad de La Habana
Equador	Univesidad Técnica Particular de Loja
	Universidade de Huelva
Espanha	Universidad de Vigo
	Universitat Politècnica de València
	Cátedra UNESCO de Sustentabilidade de la Universidade Politècnica da Catalunya
	Universidad de Alicante
	Universidade de Salamanca
	Universidad de Sevilla
	Ministério da Educação da Espanha
Universidade de Castilla – La Mancha	

Estados Unidos	University of New Mexico (Latin American and Iberian Institute)
	Bluefield College
	Kansas State University
	University of California (Davis <i>Campus</i> )
	Michigan State University - CAPES FIPSE
	The University of Florida
	Iowa State University
	United Way Internacional/ Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa/(FADESP)/ Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)
	Michigan Technological University
França	University of Nevada
	Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris
	Orus Observatório Internacional da Reforma Universitária
	l'Ecoledes Mines d'Albi Carmaux
	L'Université Paris 13
	Associação de Cultura Franco Brasileira/Aliança Francesa
Guiana Francesa	L' Université Paris Diderot
	Reitoria de Educação da Guiana Francesa
Pais de Gales	University of Southampton
Itália	Università Degli Studi di Parma e Azienda Ospedaliero
	Instituto Nazionale di Bioarchitettura
	Università di Bologna
	Università degli Studi di Milano – Bicocca
Japão	University of Tsukuba
Jamaica	University of the West Indies ( <i>Campus Cave Hill</i> )
Moçambique	Universidade Técnica de Moçambique
Portugal	Universidade de Lisboa
	Universidade de Coimbra
	Universidade de Aveiro
	Instituto Politécnico do Porto
	Universidade Nova de Lisboa
	Instituto Superior Técnico
	Universidade do Minho
	Universidade Técnica de Lisboa
	Universidade de Aveiro
	Escola Superior Agrária de Santarém
	Universidade do Porto
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
	Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro
	Instituto Politécnico e Bragança
Universidade do Algarve	
Republica Tcheca	Museu Národní

## 2.8 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A Universidade Federal do Pará, no seu cotidiano, tem a preocupação com a sustentabilidade, não só local, mas principalmente regional, tratando-a de forma estratégica,

uma vez que está diretamente envolvida neste contexto. A gestão dos espaços universitários tem procurado proporcionar um ambiente interativo de partilha, que permita a disseminação de uma cultura de responsabilidade socioambiental, dando visibilidade aos movimentos de mudança institucional, o que envolve a redução do desperdício de recursos naturais, conservação de áreas verdes, coleta seletiva do lixo, além da promoção de hábitos saudáveis, que ensejem nos cuidados com o patrimônio público, constituem exemplos de compromisso da administração com a sustentabilidade ambiental e institucional.

Os resultados dessa concepção já podem ser percebidos em algumas ações incentivadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, que traz na descrição de sua missão: “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável”.

Evidenciando seu compromisso com a gestão sustentável da Administração Pública a UFPA participa da A3P, objetivando incentivar a formação de grupos de trabalho sobre coleta seletiva e trato de resíduos perigosos, reforçando o compromisso da UFPA com uma política de sustentabilidade institucional.

Com isso, desde 2009, foi implementado o Programa de Coleta Seletiva Solidária, cujo objetivo é promover a destinação sustentável dos resíduos e que tem como destinação as cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Em 2015, foi lançada a última versão do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), onde pode ser observado questões relativas à compras sustentáveis, consumo de água e energia elétrica, esgoto, qualidade de vida no trabalho, entre outros temas indicados na Normativa 10/2012, com os respectivos objetivos, metas e indicadores. Alguns resultados já são visíveis, como os conquistados através da Coleta Seletiva Solidária e outras ações começaram a serem medidas após o lançamento do PLS.

Fazendo, então, uma análise crítica, podemos afirmar que ações referentes à redução de gastos com consumo água, energia elétrica e refrigeração têm sido implementadas com relativo sucesso pela UFPA. Há necessidade ainda de campanhas mais ostensivas de conscientização sobre sustentabilidade ambiental para estabelecer definitivamente a cultura na comunidade universitária.

## **2.9 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA**

A Universidade Federal do Pará oferece um ensino superior diferenciado, caracterizando-se por sua atuação *multicampi* no Estado do Pará, propiciando a formação de

novos profissionais com visão do futuro, atuando prioritariamente a partir da vocação regional, inteiramente adaptados à região de influência da instituição. Os níveis de formação oferecidos pela UFPA incluem o ensino básico, técnico, formação acadêmica de graduação e de pós-graduação. Os cursos de graduação são dos tipos licenciatura, tecnológico e bacharelado, na modalidade presencial. A pós-graduação *stricto sensu* oferece cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado (acadêmico), contando com grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq). Adicionalmente, a instituição oferece cursos *lato sensu* de especialização (presencial e a distância – EAD), residência médica e residência multidisciplinar.

Os vários cursos que a UFPA oferece se inserem em várias áreas do conhecimento, de acordo com a definição da CAPES, conforme segue: a) Ciências Exatas e da Terra; b) Ciências Biológicas; c) Ciências da Saúde; d) Ciências Sociais Aplicadas; e) Ciências Humanas; f) Ciências Agrárias; g) Engenharias e Ciências da Computação; h) Linguística, Letras e Artes e, i) Multidisciplinar.

A UFPA desenvolve ainda diversas atividades de extensão de caráter permanente, por meio de ações interdisciplinares e multidisciplinares que envolvem professores, alunos e servidores técnico-administrativos. Trabalha com programas e projetos, cursos, eventos e um calendário de atividades culturais.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas nas unidades acadêmicas (institutos e núcleos), acadêmicas regionais (*campi*) e acadêmicas especiais (escola de aplicação e hospitais universitários).



### **3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

#### **3.1 INSERÇÃO REGIONAL**

A elaboração e/ou a revisão do Projeto Pedagógico de uma Instituição Pública de Ensino Superior com o perfil e as características da Universidade Federal do Pará (UFPA) impõe, preliminarmente, atenção para a sua natureza e constituição orgânica, para o seu tempo de existência e de sua consolidação, sem obscurecer os projetos por ela concebidos e executados, para que se possa, de forma ampla, reconhecer os produtos acadêmico-científicos deles resultantes. Impõe reconhecer, sobretudo, os impactos socioeconômicos por eles gerados no contexto regional de sua inserção e os benefícios que as pessoas e os grupos sociais, públicos e privados, organizados ou não, têm auferido em decorrência da ação institucional. De outro modo, não podem ser desprezados os esforços institucionais, políticos e de gestão administrativa, que, ao longo da existência da Autarquia, foram movidos em favor do seu dinamismo, da sua ampliação e de sua inserção em todas as regiões do Estado.

Com pouco mais de meio século de existência, a UFPA tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento do Estado e da região amazônica, especialmente por ser uma das maiores, senão a maior, Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) brasileira em número de alunos de graduação, destacando-se, ainda, no cenário nacional, por ser a maior rede de formação em Pós-Graduação de todo o Norte do país. Desse fato, resulta uma ampla rede de intercâmbios nacionais e internacionais que vêm se ampliando e consolidando importantes parcerias institucionais para a qualificação de docentes e técnicos, para a mobilidade de pesquisadores e alunos, da graduação e da pós-graduação, visando à troca de experiências nas áreas da docência e da pesquisa técnico-científica.

Portanto, um Projeto Pedagógico Institucional para a UFPA impõe reconhecer a sua história, revisitando os modelos didático-pedagógicos que têm norteado os seus programas de ensino, de graduação e de pós-graduação, as suas atividades de extensão e o fortalecimento cada vez maior da atividade de pesquisa.

A importância da Universidade Federal do Pará e sua inserção regional no contexto de maior Universidade Pública da Região Norte do País podem ser mais bem compreendidas com a abordagem de um tema caro e de interesse estratégico para a Instituição: o seu processo de interiorização, que levou a atuação da UFPA para um grande contingente de municípios, cujos índices de desenvolvimento para a educação claudicavam, resultando em um número bastante elevado de docentes sem formação qualificada para atuar na educação básica (menos

de 1% dos professores que atuavam no interior possuíam licenciatura “plena”, outros possuíam licenciatura “curta” e a grande maioria não possuía formação superior).

A interiorização na UFPA foi formalmente instalada através da Resolução de No. 1.355, em 1986. A UFPA, no entanto, já havia iniciado a oferta de alguns cursos fora da capital, tentativas isoladas em alguns municípios do Estado. Este projeto de interiorização tinha o objetivo de expandir suas ações de ensino, pesquisa e extensão para os municípios do interior do Estado, buscando uma integração mais efetiva com a sociedade amazônica, além de promover o desenvolvimento da Região.

Menos ambiciosa em seus anos iniciais, na prática a grande finalidade desse processo seria vir a melhorar a qualidade do ensino básico público no interior do Estado, que vivia uma realidade de, até mesmo, ausência de ensino médio, fadando os moradores dessas localidades a almejar, quando muito, a formação até o ensino fundamental. Muito em função desse aspecto, houve uma preferência pela criação das licenciaturas no interior do Estado, escolha que se torna plausível também porque em um primeiro momento não havia possibilidade financeira de se implantar outros cursos.

O Programa de Interiorização, em seu planejamento inicial, contou com oito polos regionais no Estado: Castanhal, Bragança, Soure, Abaetetuba, Cametá, Marabá, Altamira e Santarém. A escolha observou a localização estratégica dos *campi* para o deslocamento a partir dos municípios próximos, bem como sua importância econômica e sua posição como polo de desenvolvimento regional. Iniciou-se, assim, a organização de uma universidade *multicampi*, instalando-se nesses municípios *Campi* Universitários com organização própria, os quais passaram a atender as mais diversas microrregiões do Estado.

Durante o desenvolvimento do projeto, com o avanço das ofertas no interior do Estado, foram tomando forma as iniciativas que visavam a instalação de cursos permanentes em períodos regulares, em contraposição à oferta intervalar dessas licenciaturas do interior. Assim, os *Campi* foram tomando a forma que têm hoje, com a instalação definitiva de corpo de servidores da Instituição, para o que se tornou essencial a parceria com o governo federal (MEC), que passou a autorizar a ampliação da UFPA, no que se tornou mais tarde o projeto *Multicampi*.

Fruto dessas iniciativas pioneiras, hoje os antigos *campi* de Santarém e Marabá já constituem Instituições Federais de Ensino Superior, respectivamente denominadas Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESPA).

Permanecem como *Campi* da UFPA, atualmente: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

A UFPA é, atualmente, a maior universidade da região Norte e um dos maiores centros de formação de recursos humanos para a produção de conhecimentos na região amazônica. O seu *Campus* principal (*Campus I*) está situado na cidade de Belém, na Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto – Rua Augusto Corrêa, 1 - CEP: 66075-110, bairro Guamá, Belém – PA. Segundo dados de 2015, teve orçamento executado de R\$ 1.308.347.295,40, com uma população universitária de 61.938, contando com 14 Institutos, 6 Núcleos, 1 Escola de Aplicação, 2 Hospitais Universitários, distribuídos em 12 *campi* e 52 polos.

No contexto regional, portanto, a ação da UFPA visa potencializar intelectualidades e os saberes locais, apropriando-se das inovações tecnológicas para que as mesmas sejam ao mesmo tempo um lugar de renovação para si, e um motor de desenvolvimento regional, dos sujeitos, da economia, em consonância com as culturas locais.

### **3.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO**

A universidade Federal do Pará que se quer não é uma universidade que invista de modo irrestrito na destinação de sua capacidade produtiva às exigências do mundo competitivo ou que tenha seu foco voltado exclusivamente para o desenvolvimento econômico de sua região de abrangência. Busca-se uma feição institucional que, ao mesmo tempo em que se mantém atenta à dinâmica do mundo produtivo, realiza opções de investimento prioritário em ações que resultem na melhoria da qualidade social de vida das populações por ela atingidas. Assim, os princípios que norteiam suas práticas acadêmicas devem ir ao encontro das necessidades regionais extrapolando as demandas do mundo do trabalho, certamente importantes, mas não suficientes para pensar o que se considera desenvolvimento.

Nessa perspectiva, há que considerar que os saberes e conhecimentos que frequentam as pesquisas e salas de aula universitária não são somente aqueles provenientes das racionalidades credenciadas ou dos conhecimentos canônicos. Há que se ter espaço acadêmico para multiplicidades de saberes, racionalidades e modos de vida que compõem o cenário social regional, nacional, mundial. Esse tem sido o investimento da UFPA ao instituir em sua política ações voltadas para a inclusão e para o reconhecimento da diversidade, ações essas que podem ser localizadas nas formas diferenciadas de acesso para grupos sociais

específicos, como: quilombolas, trabalhadores do campo, indígenas, dentre outros, além da ampliação do sistema de cotas para atender estudantes do Ensino Médio egressos de instituições públicas.

Como instituição cujas práticas acadêmicas devem pautar-se na articulação entre o ensino a pesquisa e a extensão, resguardadas as especificidades dessas práticas, cabe ao projeto pedagógico institucional assumir princípios filosóficos e teórico metodológicos norteadores das práticas acadêmicas institucionais realizadas sob esses três eixos.

Sendo as Universidades instituições de Ensino Superior, cabe ressaltar que as dimensões didático-pedagógicas concernentes ao ensino e à razão pedagógica atravessam as demais práticas constitutivas da ação universitária: a pesquisa e a extensão. De igual modo, o ensino deve articular-se ao conhecimento produzido e a sua necessária comunicação e intervenção no conjunto da sociedade levando em conta a dinâmica da realidade social.

Assim, a pesquisa e a extensão devem ser entendidas como indissociáveis da docência, do ensino e da aprendizagem, traduzidas em projetos pedagógicos que demonstrem essa articulação, em desenhos e componentes curriculares atentos à produção institucional lastreada pela pesquisa e comprometida com a extensão desse conhecimento. Essa íntima associação deve, também, ser visualizada nas organizações temáticas dos grupos de ensino, pesquisa e extensão, na definição de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, nos sistemas próprios de registro acadêmico e nas normas administrativas internas, constituindo uma razão pedagógica que atravessa o tripé fundante do trabalho institucional.

Um Projeto Pedagógico Institucional deve, necessariamente, assumir formulações consequentes oriundas do campo teórico-investigativo da Pedagogia e das ciências da educação, primando pela valorização social e acadêmica do campo pedagógico como campo teórico voltado para a especificidade do fenômeno educativo, para além de questões metodológicas, técnicas ou de cunho administrativo.

Desse modo aqui elencamos os princípios que norteiam o Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal do Pará:

- **A educação superior e o acesso a esse nível de ensino como direito fundamental** e como serviço público garantindo ao máximo as condições de igualdade de acesso e trajetória na UFPA;
- **Autonomia Universitária:** o projeto pedagógico institucional assumirá a autonomia didático-científica da Universidade, garantindo a liberdade de pesquisar, ensinar e estender o conhecimento produzido, criando marcos regulatórios próprios que possibilitem a definição de padrões próprios ao ensino e à supervisão da qualidade do

ensino ofertado. Ainda nas prerrogativas de sua autonomia administrativa deverá criar internamente os mecanismos necessários ao registro da dinâmica de suas proposições evitando a exacerbação burocrática, que dificulta seu desenvolvimento interno e restringe sua capacidade de mudança e de construção de uma qualidade socialmente referenciada.

- **O diálogo ético** que deve ter por objetivo a construção de relações comunicativas, participativas, solidárias, isto é, relações capazes de produzir uma ambiência de trabalho e de ação social na qual a ética se faz presente superando o individualismo e a persistência de práticas segmentares.
- **Uma política curricular comprometida com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão** para além da lógica da avaliação externa, do mercantilismo e do produtivismo. Trata-se de uma política que articula o preparo para atividade profissional ao exercício crítico e à construção de uma cidadania transformadora. Essa política curricular culturalmente orientada implica na ampliação do significado de vivência universitária, para além do cumprimento de créditos relativos a experiências fixas de aprendizagem, previa e formalmente definidas na composição de grades de disciplinas. Essa política curricular deve assumir concepções inovadoras e diferenciadas do ponto de vista dos conteúdos e temas de aprendizagem e, em termos metodológicos, assumindo a flexibilidade como noção que possibilita a construção de trajetórias formativas peculiares, que possibilitem a articulação entre diversos campos do saber, a proposição de diferentes tipos de componentes curriculares e a incorporação de experiências variadas.
- **O trabalho docente como eixo articulador da produção do conhecimento e sua veiculação.** O projeto pedagógico institucional assume que: “O trabalho docente é um trabalho intelectual; requer autonomia e consciência crítica para analisar o que acontece com o ensino (dentro e fora da sala de aula) e o modo como o contexto social mais amplo se relaciona com a função social do trabalho docente, tendo como horizonte finalidades educativas pretendidas e sua concretização, pois o ensino é uma atividade teórica prática transformadora da realidade. Ou seja, o ensino é práxis. (FRANCO, 2013, p.158). Em qualquer uma das dimensões em que se assenta a vida acadêmica, a concretude do trabalho docente, que não se resume à regência de classe, coloca em evidência o que se vem denominando de pedagogia universitária que se caracteriza como “...um campo disciplinar em construção, que vem sendo consolidado como parte de um conjunto de práticas com características próprias, por meio de

processos de fazer e pensar a ação docente e sua repercussão nos processos formativos para a docência, assumindo-se como um campo gerador de diversidade (LUCARELLI, 2007; BOLZAN, 2008). O projeto pedagógico institucional deve assumir a formação docente universitária como formação que se dá, também, no território de trabalho docente por meio de ações formativas continuadas que qualifiquem a docência em nível superior.

- **O Trabalho coletivo nos processos de produção, sistematização e socialização do conhecimento.** Do ponto de vista metodológico a noção de trabalho coletivo deverá extrapolar o contexto de unidade acadêmica de modo a integrar campos de saberes que entrecruzam diferentes unidades e subunidades acadêmicas, o que possibilita tanto movimentos interdisciplinares quanto transversais de formação profissional, pesquisa e extensão.
- **Articulação da educação superior com os demais níveis e modalidades da educação escolar e não escolar bem como dos diferentes campos profissionais atingidos pela formação em nível superior na UFPA,** considerando as demandas sociais, os perfis profissionais definidos nos diferentes projetos formativos e a capacidade institucional instalada.
- **A valorização das dimensões artístico-culturais no processo de formação profissional em nível superior.** A política de formação na UFPA orienta-se por princípios que extrapolam a dimensão técnica e incluem a dimensão artístico-cultural, pois se entende que investimentos neste campo compõe a educação integral da pessoa, pois que a formação profissional é indissociada da formação humana mais ampla. Nessa perspectiva, a dimensão artístico-cultural da formação de modo algum pode ser entendida ou inserida como periférica ou em caráter complementar. Tal dimensão está na base dos processos inventivos que subsidiam a (re)criação permanente de práticas, possibilitando inovações no campo profissional e social. Aspecto fundamental em um mundo configurado pela impermanência.
- **Diversidade, diferença e Inclusão.** Tendo como referência a ideia de política curricular culturalmente orientada e a garantia de acesso e trajetória acadêmica as ações de ensino, pesquisa e extensão deverão primar pela associação da qualidade à equidade considerando a diferença e a diversidade. Diferença e diversidade são assumidas, portanto, como questões culturais e constitutivas das relações produzidas nesse nível o que implica em ultrapassar práticas direcionadas unicamente à tolerância

para inseri-las e enfrenta-las inseri-las no conjunto das desigualdades socialmente produzidas.

- **Avaliação permanente.** O projeto pedagógico institucional da UFPA assumirá a avaliação enquanto ação intencional diagnóstica e propositiva que deverá ter como referência a qualidade da educação superior oferecida a partir da definição de indicadores em termos de gestão, de ensino de graduação e pós-graduação, de inovação pedagógica, de formação e desenvolvimento profissional docente, de produção e veiculação do conhecimento produzido bem como das relações entre a universidade e a sociedade.

### **3.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO**

#### **3.3.1 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO A FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES**

Uma das grandes conquistas da Educação Superior, ocasionadas pela promulgação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi assegurar a flexibilidade curricular como princípio para a organização das universidades. Dentre outras possibilidades que este princípio agrega destaca-se aqui a abertura para que se possa (re)pensar continuamente os componentes e percursos curriculares dos cursos oferecidos nessas instituições.

Com o advento da lei 9391/95 inaugura-se uma nova forma de organização curricular no Brasil. Os currículos mínimos, previstos nas duas legislações federais anteriores (Art. 70 da lei 4024/1961 e Art. 26, da Lei 5540/68), dão lugar às diretrizes curriculares nacionais.

Os currículos mínimos possuíam um caráter universal e eram marcados por um elevado detalhamento de disciplinas e cargas horárias, que deveriam ser, obrigatoriamente, observados pelas Instituições de ensino superior. Assim concebidos, eram mínimas as possibilidades de instauração de projetos pedagógicos específicos, ficando o processo formativo “gradeado”, disciplinarizado, sem espaços para trajetórias mais inovadoras e diversificadas. Tal concepção de organização curricular, no entanto, foi substituída pela adoção de currículos elaborados à luz do princípio da flexibilização, garantido pela Lei n. 9.131, e pelo Parecer CNE/CES776/97.

A flexibilização deve ser obrigatoriamente observada pelas propostas curriculares a serem formuladas. Porém, mais do que uma exigência legal, este princípio precisa ser visto como condição para que se garanta uma efetiva inovação pedagógica, tal como proposto por

Cunha (2008) para quem: "inovação pedagógica requer uma ruptura necessária que permita reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade. Ainda neste sentido, não apenas considera a inclusão de novidades e tecnologias, mas também, uma mudança na forma de entender o conhecimento."

Em um mundo em que defasagens de toda ordem acontecem em prazos cada vez mais curtos a UFPA considera importante ter como prática o questionamento dos conteúdos de ensino, dos modos como são ensinados nos diferentes cursos e modalidades ofertados chegando-se até mesmo ao questionamento da pertinência da manutenção de determinadas formações no âmbito institucional.

Nesse sentido, para acompanhar as velocidades e durações do tempo presente a UFPA entende ser necessário que a organização curricular dos diferentes cursos ofertados por essa instituição seja pensada com base em formas diversificadas de percursos e componentes curriculares. Isso implica, por exemplo, em considerar a possibilidade de boa parte dos currículos dos cursos serem constituídas de elementos optativos que podem ser disciplinas, eixos, módulos de ensino, atividades desenvolvidas no campo da pesquisa e da extensão acadêmicas realizadas até em outras unidades (institutos, *campi*, núcleos) e instituições nacionais e internacionais. Isso significa trazer para o campo curricular o que durante longo tempo esteve à margem da formação, foi considerado extra e que muitas vezes teve (tem) ressonância formativa mais significativa do que os chamados currículos tradicionais.

Tal investimento requer, também, multiplicidade nos itinerários formativos e de atuação do docente da instituição. Não é possível pensar uma formação diversificada e diferenciada para os estudantes sem que, extensivamente, se considere semelhante possibilidade para seus formadores. Logo, o intercâmbio acadêmico estudantil e docente, intra e extra-institucional é condição importante para a formação de profissionais plurais e ecléticos, capazes de operar com as mutações e labilidades do mundo contemporâneo.

Para avançarmos em direção de currículos mais flexíveis faz-se necessário que a UFPA comprometa-se com a ruptura com práticas caracterizadas por currículos mínimos rígidos e a cultura deles decorrente. Cultura que nos faz valorizar cursos com carga horária exorbitante; disciplinas sequenciadas na lógica da racionalidade técnica, amarrados a um sistema rígido de pré-requisitos formal ou informalmente seguidos; propostas de cursos estruturadas a partir da visão corporativa das profissões, sendo desprezados ou minimizados o contexto científico-histórico e político das áreas do conhecimento. Faz-se necessário promover a superação do modelo seriado que atualmente é adotado na forma de organização dos currículos dos cursos de graduação na UFPA.

A UFPA ao adotar a flexibilidade como princípio curricular se compromete a promover a ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender, incentivando a gestão participativa com a atuação dos estudantes na definição de percursos e critérios no ensino, bem como incentivando a reconfiguração de saberes, procurando uma compreensão integradora dos fenômenos humanos e da natureza, incluindo também no ensino competências como arte e vivências pessoais, a reorganização da relação entre a teoria e a prática, a modificação da percepção da concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência no ensino/aprendizagem, a mediação do docente assumindo relações sócio afetivas com os alunos como condição de aprendizagem significativa (subjetividade, conhecimento) e o protagonismo como condição para aprendizagem significativa, o que pressupõem reconhecer que tanto estudantes quanto educadores são sujeitos ativos da prática pedagógica, estimulando, assim, a produção de conhecimento pelos estudantes.

Esforços devem ser feitos para que as novas propostas curriculares promovam tanto uma flexibilização vertical, em que se garante a articulação entre os eixos indicados nas diretrizes curriculares de cada curso de graduação, componentes curriculares eleitos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, atividades e conteúdos, quanto uma flexibilização horizontal, por meio da qual se garanta aos estudantes a incorporação às suas trajetórias formativas de componentes curriculares ofertados por outras subunidades e unidades acadêmicas, que complementem, aprofundem e atualizem conhecimentos referentes às áreas de interesse do aluno ou que atendam aos objetivos do curso.

Isso posto faz-se necessário que nos processos de reformulação dos PPC, seja estipulado um grau razoável de flexibilização dos percursos formativos, que assegure a atualização constante das atividades acadêmicas e possibilite, outrossim, que os estudantes realizem escolhas que vão ao encontro de sua desejada linha de formação, em consonância com uma conexão conceitual com a linha básica de atuação de seu curso. Para tal, torna-se premente que ocorram mudanças no atual modo de atuação da gestão curricular feita pelas Faculdades que, mantendo seu imprescindível papel gerencial, deverá assumir a tarefa de articular, estimular e orientar academicamente as escolhas curriculares à serem feitas pelos estudantes.

Nesse sentido, para acompanhar as velocidades e durações do tempo presente a UFPA entende ser necessário que a organização curricular dos diferentes cursos ofertados por essa instituição seja pensada com base em formas diversificadas de percursos e componentes curriculares. Isso implica, por exemplo, em considerar a possibilidade de boa parte dos currículos dos cursos serem constituídas de elementos optativos que podem ser disciplinas, eixos, módulos de ensino, atividades desenvolvidas no campo da pesquisa e da extensão

acadêmicas realizadas até em outras unidades (institutos, *campi*, núcleos) e instituições nacionais e internacionais. Isso significa trazer para o campo curricular o que durante longo tempo esteve à margem da formação, foi considerado extra e que muitas vezes teve (tem) ressonância formativa mais significativa do que os chamados currículos tradicionais.

Tal investimento requer, também, multiplicidade nos itinerários formativos e de atuação do docente da instituição. Não é possível pensar uma formação diversificada e diferenciada para os estudantes sem que, extensivamente, se considere semelhante possibilidade para seus formadores. Logo, o intercâmbio acadêmico estudantil e docente, intra e extra-institucional é condição importante para a formação de profissionais plurais e ecléticos, capazes de operar com as mutações e labilidades do mundo contemporâneo.

A diversificação de formatos do Trabalho de conclusão de Curso - TCC é outro aspecto que fala a favor da diferenciação de percursos formativos. Nessa perspectiva, os trabalhos de conclusão podem ser materializados tanto como relato de pesquisa desenvolvida, quando com produtos tais como obras artísticas, materiais tecnológicos, processos e técnicas desenvolvidos, materiais didáticos e instrucionais e demais produções no campo social, cultural, político, pedagógico.

Nesse sentido, a UFPA priorizará formas de registro e organização acadêmica que acolha essas multiplicidades e não se constitua em barreira para a diversificação de suas práticas pedagógicas. Assim, é necessário que os sistemas de registro acadêmico acompanhem e favoreçam essas experiências desburocratizando a convalidação de créditos (no caso do estudante) e carga horária de trabalho (no caso dos docentes) decorrentes das ações de intercâmbios acadêmicos intra e interinstitucional.

### **3.3.2 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR**

A integralização curricular é o resultado da obtenção da carga horária total prevista para a conclusão do percurso formativo de um Curso, conforme o estabelecido no Projeto Pedagógico. Oportunizar que a integralização curricular possa ocorrer de forma diferenciada é um desafio posto para a UFPA.

Enquanto princípio, a integralização curricular diferenciada pressupõe a liberdade do discente para definir, de forma orientada, o seu percurso formativo, o que exige a concessão de mais autonomia para a tomada de decisões sobre o tempo que será dedicado a finalizá-lo, algo que não é permitido no regime seriado, atualmente adotado na UFPA.

O Regime seriado em vigor caracteriza-se pela adoção de “grades curriculares”, rígidas na sua configuração formal, que aprisionam os discentes em um mesmo percurso e tempo curriculares.

Garantir oportunidades diferenciadas de integralização curricular exige a superação do regime seriado, com a proposição de currículos que, observando as orientações previstas nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação, ofereçam a possibilidade de construção de percursos formativos diferenciados. Entendendo os cursos como percursos, faz-se necessário a oferta de condições de acesso simultâneo a conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas, tanto na sua área profissional, quanto em áreas que possam enriquecer a formação interdisciplinar do discente, bem como promover a redefinição de conteúdos, rever a carga horária das atividades e prever novas distribuições de encargos didáticos.

Soma-se ao reconhecimento da autonomia dos discentes na construção de percursos formativos diferenciados, condição sine qua non para a diferenciação na integralização curricular, a garantia de abreviação da duração de seus cursos de graduação, prevista na legislação e em normativas brasileira em vigor, consubstanciada no Art. 47, §2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como nos pareceres 690/2000, 210/2002, 193/2003, 60/2007 e 116/2007 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE).

A Universidade e os projetos pedagógicos curriculares de seus cursos de graduação precisam reconhecer que a ação pedagógica não ocorre apenas nas salas de aula e nos conhecimentos transferidos em seus interiores. Faz-se presente nas dimensões e estruturas que caracterizam a Universidade, mas também em outros espaços formativos. Reconhecer as diferentes experiências de aprendizado vivenciadas pelos discentes nestes múltiplos espaços é condição para que se garanta a abreviação da duração dos cursos de graduação.

À Universidade compete aferir a suficiência dos conhecimentos adquiridos pelos discentes durante experiências por eles vivenciadas fora da Instituição, anterior a matrícula ou no decorrer da duração do curso, que o tenham levado a apropriação de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades, seja em decorrência da realização de estudos independentes realizados ou por conhecimentos construídos na experiência de trabalho.

Afora o reconhecimento das experiências adquiridas para além dos espaços considerados acadêmicos, faz-se premente que a Universidade também reconheça como elemento de diferenciação da integralização curricular o excepcional desempenho intelectual e/ou altas habilidades, que alguns discentes demonstram em relação a componentes curriculares que integram os percursos dos cursos em que estejam matriculados.

Dentre as oportunidades diferenciadas de integralização curricular, a UFPA, vem desenvolvendo iniciativas de intercâmbio acadêmico quer em âmbito intra/extra institucional, quer em âmbito nacional ou internacional. A partir de tais experiências caminha para o estabelecimento de uma política de intercâmbio envolvendo discentes e docentes da UFPA, assim como de instituições externas a ela. Tal política vai ao encontro da pluralização de experiências e percursos formativos, mas também do enriquecimento e revitalização das práticas institucionais de modo geral. O intercâmbio recíproco entre discentes e docentes impacta a instituição de diferentes modos permitindo experimentar diversificadas formas de organização acadêmica, variadas modalidades de práticas pedagógicas, culturais e científicas. Tais experiências ampliam o repertório profissional dos envolvidos ao mesmo tempo em que servem de inspiração para processos que alimentam, recriam e renovam a vida institucional como um todo.

### **3.3.3 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS**

Os Estágios pluralizam experiências e percursos formativos dos estudantes em uma perspectiva diferenciada daquela promovida pelo intercâmbio acadêmico. Trata-se de experiências que afetam a vida institucional em termos da ampliação do diálogo com diferentes setores da sociedade, possibilitando aprendizagens mútuas que impactam no desenvolvimento social local, regional, nacional e internacional. Nesse sentido, a UFPA entende como importante investir no estabelecimento de redes de parcerias que promovam, para além da obrigatoriedade curricular, a inserção de estudantes em múltiplas atividades e ambientes em que posteriormente serão campos de atuação profissional.

Além dessa rede de parcerias externas, a UFPA tem implementado e fomentado programas que, por meio da integração entre ensino e extensão, possibilitam ampliar e pluralizar os percursos formativos por meio da iniciação antecipada à atividade profissional. Dentre eles os de maior abrangência em termos de cobertura das áreas profissionais estão o Programa de Educação Tutorial – PET, o Programa Integrado de Apoio ao Ensino – PROINT, e o Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

Particularmente direcionados aos cursos de Licenciatura visando a formação de professores para a Educação Básica, mas também para o Ensino Superior, a UFPA implementou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, o Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica - PAPIM e a Monitoria.

É propósito da UFPA expandir espaços e programas para o exercício profissional antecipado, uma vez que considera o campo profissional não como local de aplicação de teorias, mas espaço pedagógico do qual emergem conteúdos que compõem múltiplos aspectos que participam da vida laboral.

### **3.3.4 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS**

A envergadura assumida pelas ações de ensino, pesquisa e extensão na UFPA requer seu envolvimento com a produção de materiais pedagógicos de diferentes modalidades de modo que esses materiais materializem essa experiência acumulada ao mesmo tempo em que buscam promover inovações calcadas na feição institucional e nos avanços tecnológicos e culturais e pedagógicos disponíveis no campo educacional. Diferentes tipos de materiais devem, portanto ser produzidos considerando as experiências decorrentes de experiências de ensino, pesquisa e extensão que podem incidir sobre:

- Resultados de pesquisas de mestrado profissionalizante, de exercícios profissionais desenvolvidos no ensino de graduação e pós-graduação, de programas desenvolvidos na instituição;
- Criação de Laboratório Interdisciplinar de produção de materiais pedagógicos;
- Composição de linha editorial da Editora da UFPA para apoiar a produção e divulgação de materiais pedagógicos em diferentes modalidades e perspectivas;
- Apoio financeiro e incentivo institucional para a produção de jogos, softwares, materiais audiovisuais não só de apoio pedagógico, mas de divulgação científico-cultural.
- Valorização dessa produção na carreira acadêmica.
- Produção de material de apoio à educação a distância
- Produção de material artístico e cultural
- Produção de material pedagógico voltado para os grupos de inclusão social (necessidades especiais, quilombolas, indígenas, trabalhadores do campo...)

### 3.3.5 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Na sociedade do conhecimento, tal como definida por Andy Hargreaves (2004), a produção de informações on-line é cada vez mais socialmente difundida. É inquestionável que um novo ambiente comunicacional-cultural surgiu, com a interconexão mundial de computadores (SILVA, s/d), produzindo novos modos de vida e de comportamentos assimilados e transmitidos numa cotidianidade onde as novas tecnologias são responsáveis pela mediação da comunicação e da informação. Vivemos um tempo marcado pela existência de uma cibercultura.

Lemos (2002) e Levy (1999) destacam que na cibercultura, a produção e a circulação da informação e da comunicação passam a demandar uma rede hipertextual, multiplicidade, interatividade, imaterialidade, virtualidade, tempo real, multissensorialidade e multidirecionalidade.

Neste contexto, novos desafios são apresentados para a educação. Passa-se a defender uma Educação Midiática ou Mídia-educação (BELLONI, 2005), que visa a “... formação do usuário ativo, crítico e criativo de todas as tecnologias da comunicação e informação”, considerada fundamental para o desenvolvimento de habilidades e competências digitais necessárias ao desenvolvimento profissional e, sobretudo, ao exercício da cidadania. Promover a educação midiática pressupõe o engajamento na criação de redes de conhecimentos que propiciem a democratização do acesso à informação, a troca de conhecimentos, informações e experiências que gerem a compreensão crítica da realidade, o desenvolvimento humano, social, cultural e educacional.

A UFPA assume o desafio de não apenas promover o acesso de seus discentes à tecnologia de informação e comunicação (TIC), mas promover, por meio dos projetos pedagógicos curriculares de seus cursos de graduação, a formação de sujeitos técnica e politicamente preparados para a utilização competente das TIC na busca e na seleção de informações, que lhes permitam compreender o mundo, os problemas do cotidiano, e atuar na transformação de seu contexto.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação precisam incorporar o uso da internet, dispositivos móveis, recursos multimídia e outras tecnologias da informação e da comunicação atualmente disponíveis, nos processos de mediação didático-pedagógicos que permeiam o ensino e aprendizagem. O uso desses meios e tecnologias de informação e comunicação precisam também ser pensados no contexto da implementação de currículos mais flexíveis, que admitam, inclusive, a realização de atividades educativas em lugares e/ou

tempos diversos, derrubando barreiras historicamente responsáveis pela segregação de espaços, bem como limitaram a criatividade dos professores e dos discentes, condenados que foram ao espaço restrito das salas de aula.

Algumas ações podem, portanto, materializar a incorporação de avanços tecnológicos ao projeto pedagógico institucional da UFPA.

Utilização competente de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em cursos a distância e presenciais

- Parcerias com setores sociais vinculados à inovação tecnológica;
- Uso e produção de jogos pedagógicos, mídias interativas, audiovisuais;
- Conferências, eventos virtuais (difundir essa prática);
- Criação de páginas para divulgação das produções e discussões no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão.

### **3.4 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO**

O Projeto pedagógico Institucional da UFPA deverá integrar-se à política de ensino, pesquisa e gestão institucional de modo a garantir a indissociabilidade entre os eixos centrais da ação universitária, lastreados por uma política orgânica voltada para o cumprimento da missão institucional bem como para garantir formas democráticas e articuladas de gestão, acompanhamento e avaliação das ações previstas para o período de vigência do PD.

A política de ensino assumirá a consolidação das práticas institucionais reconhecidamente exitosas, a revisão de práticas de ensino que se mostrem insuficientes a partir de avaliação institucional, interna e externa, a abertura de novas frentes formativas consentâneas e reativas às reordenações do mundo do trabalho bem como aos chamamentos da comunidade em que se encontra inserida a UFPA.

A política de ensino aqui evidenciada assume que as questões acadêmicas de cunho pedagógico constituem o cerne da ação política no ensino de graduação e que o trabalho docente e sua dimensão de ensino devem assumir status igualmente conferido às demais ações que constituem o tripé da dinâmica universitária.

A implementação de oportunidades diversificadas de integralização curricular deve fortalecer o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas em programas e projetos de pesquisa e extensão participam obrigatoriamente na composição curricular da trajetória formativa. Dentre as atividades

previstas a UFPA inclui como extensão a divulgação (por meio de palestras abertas, elaboração de materiais didáticos impressos ou audiovisuais...) da produção científica gerada nos cursos de graduação e pós-graduação em âmbito intra e extra institucional e acadêmico. Isso implica que a produção científica da instituição seja revertida em benefício social não só na forma de serviços, mas também na difusão de novos conhecimentos junto à população local, regional, nacional e internacional.

Uma política de gestão que deve atravessar as ações de ensino, pesquisa e extensão deverá centrar-se em princípios, mecanismos e instâncias colegiadas de discussão, proposição e decisão institucional. Essas diferentes instâncias devem favorecer o trabalho coletivo, a avaliação permanente das práticas e rumos das ações institucionais, agregando fóruns qualificados para a discussão de questões específicas do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão. A política de gestão institucional deve prever e favorecer a realização de momentos integradores por meio de eventos em que sejam produzidas sínteses integradoras das ações desenvolvidas bem como monitoramento permanente da execução do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Com esta baliza pretende-se que o ensino de graduação compreenda ações relacionadas à inovação e ao desenvolvimento do ensino, com um olhar mais centrado para a infraestrutura, para a regulamentação e para a gestão do ensino, que incluem:

- Criar um programa para investimento na infraestrutura de ensino de graduação, com destaque para a construção, atualização e modernização de ambientes destinados a atividades práticas (laboratórios de ensino, laboratórios de atividades práticas, bibliotecas). Destinar também recursos regulares para as atividades de campo e para os insumos necessários ao adequado funcionamento dos laboratórios. Concluir e colocar em funcionamento os novos espaços construídos para o ensino de graduação.
- Dotar a universidade de uma Biblioteca Central de excelente qualidade, com conforto ambiental, acervo adequado, tecnologias modernas e serviços especializados de apoio aos usuários. Modernizar, atualizar e integrar o Sistema de Bibliotecas da UFPA, com atenção especial para as bibliotecas dos *campi* do interior, cujos usuários não têm pronto acesso à Biblioteca Central da UFPA.
- Atualizar a infraestrutura física e expandir o quadro de servidores da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), de modo a dotá-la das condições para formular e executar políticas voltadas à qualificação do ensino de graduação.

- Atualizar as normas institucionais (inclusive o Regulamento da Graduação), para estimular e possibilitar propostas pedagógicas inovadoras e integradoras de ensino, pesquisa e extensão. Regular internamente o estágio em docência e promover maior integração entre a graduação e a pós-graduação.
- Dar autonomia às unidades e subunidades na gestão acadêmica no SIGAA.
- Promover programas de qualificação dos gestores da graduação e criar na PROEG um serviço específico de apoio às atividades dos gestores. Promover também programas de formação pedagógica continuada dos docentes.
- Promover programas de capacitação de docentes e técnicos para o uso de pedagogias ativas, com valorização da participação discente em projetos de pesquisa e de extensão.
- Realizar pesquisas regulares com egressos, a fim de identificar os percursos profissionais e acadêmicos seguidos após a graduação e colher subsídios para a melhoria dos cursos a partir de sua experiência no mercado de trabalho.
- Reativar o Fórum das Licenciaturas como espaço para a formulação de políticas para a formação pedagógica e inovação para a docência que será exercida na educação básica. Articular essas ações com iniciativas voltadas à atualização pedagógica dos docentes que já atuam na educação básica.
- Promover debate sobre o modelo de formação na graduação, visando torná-lo mais, atual, estimulante e eficiente. Apoiar as unidades em projetos de formação inovadores, contemplando:
  - ✓ a adoção de percursos curriculares que, além de uma sólida formação teórica, atribuam maior espaço e valor ao envolvimento dos discentes com projetos de pesquisa, de extensão, atividades de laboratório, atividades práticas e treinamento em espaços de atuação profissional.
  - ✓ maior flexibilidade curricular, para que os discentes possam eleger o percurso acadêmico e as interlocuções que mais se aproximam de seus interesses intelectuais e de sua vocação profissional.
  - ✓ maior interação com ambientes multi e interdisciplinares, em que problemas concretos e complexos do mundo contemporâneo sejam objeto de análise e intervenção.
  - ✓ a adoção de tecnologias de ensino que favoreçam a aquisição de conhecimentos específicos.

- ✓ maior estímulo e apoio a atividades/projetos inovadores de discentes.
  - ✓ maior estímulo à interação dos alunos com a realidade social em que estarão inseridos como cidadãos e profissionais.
  - ✓ o apoio a iniciativas de avaliação externa, com foco na identificação das condições necessárias ao desenvolvimento dos projetos acadêmicos e em metas.
- Incrementar programas de mobilidade e intercâmbio acadêmicos. Propiciar a um número maior de discentes a experiência de interação com ambientes acadêmicos diversos, no país e no exterior.
  - Aumentar as oportunidades de estágio para graduandos por meio da cooperação com instituições públicas e privadas e da integração da graduação com a estrutura de serviços da UFPA.
  - Expandir o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC). Aumentar o número de bolsas de Iniciação Científica e o número de auxílios para a realização do Estágio PIBIC de Verão.
  - Expandir o Programa Institucional de Extensão (PIBEX). Aumentar o número de bolsas de extensão.
  - Estimular e apoiar o uso de novas tecnologias no ensino, explorando os recursos hoje disponíveis e valorizando o papel do docente no estímulo ao pensamento crítico e no suporte ao processo ativo de aprendizagem do discente. Estimular também o uso mais amplo do SIGAA como ferramenta pedagógica.
  - Apoiar a execução de programas voltados à redução da retenção e da evasão. Elaborar um diagnóstico das principais dificuldades de entrada dos discentes em cada curso. Em parceria com as unidades, desenvolver programas voltados à superação dessas dificuldades.
  - Conceber e executar ações que promovam a inclusão social e o respeito à diversidade em todos os ambientes da UFPA. Garantir as condições necessárias para a permanência e sucesso acadêmico de todos os discentes.

### **3.4.1 POLÍTICAS DE EXTENSÃO**

A extensão promove uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade e está voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, atuando como

implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Esta relação dialógica é marcada pela ação de mão dupla, de troca de saberes, e de superação do discurso de hegemonia acadêmica, cujas ações são caracterizadas pelo seu caráter interdisciplinar, buscando a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, fundamental na formação de um profissional cidadão.

Para a execução precisa dessa política é necessário que a UFPA se aproprie de um diagnóstico criterioso sobre as carências que obstruem o desenvolvimento da região amazônica, particularmente nos lugares em que a universidade possui campi. Faz necessária a construção de um mosaico social do Pará, pois é importante o reconhecimento do território onde a universidade atua a fim de estabelecer intervenções por meio de parcerias objetivas com o poder público na esfera federal, estadual e municipal visando a ampliação do campo de atuação da UFPA, tanto no auxílio de elaborações de políticas públicas, quanto na configuração de instrumentos com capacidade de monitorar, a execução das políticas já existentes.

O grande desafio posto à extensão da UFPA é a extensão cuja atuação ocorra em rede. Trata-se da apropriação, na prática, do sentido da Universidade *Multicampi* para implementar as ações extensionistas para além dos campi, mas sob sua gestão, a fim de alcançar a maior parte de localidades paraenses. Dessa feita, convém difundir uma cultura de oportunidade e de acessibilidade para inclusão de todos, reconhecendo o protagonismo dos sujeitos nos territórios como fonte para sugerir alternativas de desenvolvimento a serem considerados no processo de formação oferecido aos alunos da UFPA e à sociedade paraense.

Desenvolver a extensão na UFPA implica também no estabelecimento de cooperação internacional de um modo a buscar a otimização de recursos naturais e humanos e aproveitar essa postura para conformar um banco de ideias de extensão.

#### AÇÕES DE EXTENSÃO:

- 1- Expandir programas e de apoio à projetos de extensão, por meio do aumento do número de bolsas PIBEX, bem como estimular a integração da extensão, da pesquisa e do ensino;
- 2- Criar programa de fomento, induzindo a elaboração de novos projetos multidisciplinares de extensão em áreas de abrangência e interesse social e de relevância institucional, com vista à educação básica, saúde, combate à desigualdade social e inclusão social.
- 3- Implantar um novo modelo de avaliação de extensão e estimular a inclusão de ações/atividades de extensão nos currículos regulares dos cursos de graduação.

4- Constituir fóruns consultivos com a sociedade civil e governos, de modo à identificar demandas à para serem incorporadas ao planejamento da universidade nas áreas de formação continuada, oferta de tecnologias, empreendedorismo e fomento da inovação e da economia criativa.

5- Estimular a cooperação interinstitucional na extensão, ampliando o desenvolvimento de projetos colaborativos em rede.

**ARTE e CULTURA:** Tem como objetivo reconhecer e valorizar a produção artística e cultural nos campi da UFPA, transformando a realidade social nesses ambientes e na formação dos indivíduos, resgatando e preservando a cultura local e regional nessas localidades.

1- Apoiar projetos culturais multicampi de relevância para a preservação do patrimônio cultural e regional.

2- Criar/Implantar o Projeto Caravana Cultural da UFPA, para levar as realizações artísticas e culturais das unidades da UFPA aos diversos campi, bem como promover oficinas de produção artística e cultural, dialogar com as produções e produtores artísticos e culturais locais e contribuir para a formação de plateias nos municípios.

3- Fortalecer as Escolas de Musica (EMUFPA) e de Teatro e Dança (ETDUPA), apoiando iniciativas de institui-las como unidades acadêmicas especiais.

4- Cria o programa Artista Residente, delegando à eles status de Professor Visitante, para receber por períodos de três a doze meses, beneficiando artistas brasileiros ou estrangeiros que venham desenvolver na UFPA atividades acadêmicas com grupos vinculados à graduação e/ou à pós-graduação.

**ESPORTE e LAZER:** Objetiva estimular a cultura da pratica esportiva na Universidade, contribuindo para uma formação mais ampla dos discentes, fortalecendo o processo de socialização dos mesmos, e integrando ações acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

1- Apoiar a prática de esporte na UFPA, estruturando e/ou criando ambientes para a realização dessas atividades nos vários campi da instituição.

2- Incentivar e promover torneios esportivos e periódicos.

3- Apoiar projetos que visem a realização de atividades de lazer na sede nos campi da UFPA, visando a integração da universidade com a comunidade, de modo a consolidar a integração de atividades acadêmicas com o ensino, pesquisa e extensão.

4- Implantar/promover uma rede de atividades esportivas que possa culminar nos jogos esportivos multicampi da UFPA.

Para a consolidação dessas políticas, faz-se necessário a criação de indicadores quantitativos e qualitativos e que estes estejam em consonância com os indicadores propostos nos PDUs setoriais e que possam servir de critérios de avaliação das propostas elaboradas nessas unidades.

#### 4 CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Quadro 10 - Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)

Curso	Modalidade	Nº vagas por turma	Nº turmas	Turno	Local de funcionamento	Previsão
Engenharia de Bioprocessos	Bacharelado	40	1	Matutino	Belém-ICB	2016
Produção Cênica	Tecnologia	30	1	Noturno	Belém - ICA	2020

Quadro 11 - Programação de abertura de cursos fora da sede

Curso	Modal.	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Turno	Local de funcionamento	Previsão
Medicina	Bach.	60*	1	I	Altamira	2016
Administração	Bach.	40	1	N	Altamira	2019
Ciências Contábeis	Bach.	40	1	N	Altamira	2019
Letras Libras	Lic.	30	1	In	Altamira	2019
Eng. de Produção	Bach.	40	1	I	Abaetetuba	2017
Ciências Sociais	Lic.	40	1	V/N	Abaetetuba	2017
Medicina	Bach.	60	1	I	Bragança	2020
Letras – Estudo da Tradução	Bach.	40	1	N	Bragança	2019
Eng. Oceânica e Costeira	Bach.	50	1	I	Salinópolis	2020
Engenharia da Computação	Bach.	50	1	I	Salinópolis	2020
Física	Lic.	50	1	M, V ou N	Salinópolis	2017
Ciências Naturais	Lic.	50	1	M, V. ou N	Salinópolis	2021
Física	Lic.	40	1	I / In	Ananindeua	2016
Química	Lic.	40	1	I / In	Ananindeua	2016
Licenciatura letras / Libras	Lic.	30	1	M / N	Castanhal	2020
Computação	Lic.	30	1	D	Cametá	2020
Engenharia de Pesca	Bach.	40	1	M	Tucuruí	2020

Legenda: M=Matinal; V=Vespertino; N=Noturno; I=Integral; In=Intensivo.

\* Prevista ampliação para 80 vagas no ano de 2019.

Quadro 12 - Programação de abertura de Cursos Técnicos

Nome do curso	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto p/ a solicitação
Regência (Coro e Banda)	30	1	Vesp. e Not.	Belém/EMUFPA	2019
Composição e Arranjo	20	2	Vesp. e Not.	Belém/EMUFPA	2019
Documentação Musical	30	1	Vespertino	Belém/EMUFPA	2020

#### 4.1 PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

No período de 2016-2025, serão implementados os seguintes **programas especiais de formação pedagógica**:

- a) Promoção de processos de formação, em acordo com as Diretrizes Curriculares de cada área e de cada habilidade;
- Levantamento das demandas propostas pelas Diretrizes Curriculares de Curso, em acordo com as especificidades das áreas de conhecimento e habilidades de formação;
  - Implementação das políticas/estratégias de formação formuladas com a participação da comunidade acadêmica, em acordo com os resultados das análises, por meio de processos formativos a serem ofertados para a comunidade docente. Tal atividade terá início no semestre subsequente ao anterior;
  - A oferta acompanhará as mudanças nas Diretrizes de formação, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, e nos instrumentos de avaliação de cursos de graduação, implementadas pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisas;
- b) Promoção de processos de formação, em acordo com as políticas nacionais de formação, como as demandas da sociedade civil por inclusão social, reconhecidas e determinadas pela legislação;
- Levantamento das demandas propostas pelas intervenções da sociedade civil organizada, inseridas nos instrumentos normativos da Educação Nacional, relativos aos processos formativos ofertados pela instituição, em acordo com as especificidades das áreas de conhecimento e habilidades de formação;
  - Implementação das políticas/estratégias de formação formuladas com a participação da comunidade acadêmica, em acordo com os resultados das análises, por meio de processos formativos a serem ofertados para a comunidade docente;
  - A oferta acompanhará as demandas da sociedade civil. Algumas competências e habilidades emergem como aspectos a serem abordados nos processos de formação a serem implementados no próximo decênio: educação para as relações étnico raciais, relações de gênero, inclusão social, meio ambiente, economia criativa e tecnologias de informação;
- c) Programa de Capacitação em Gestão Acadêmica;
- Levantamento de competências, habilidades e demandas da gestão de cursos de graduação;
  - Implementação e manutenção de fórum de gestores;
  - Oferta de cursos de capacitação para coordenadores de cursos e membros de núcleos docentes estruturantes;

- d) Curso de Capacitação em Libras:
- Oferta de cursos de capacitação em Libras para professores da instituição.
- e) Programa Especial de Capacitação Docente da graduação e da Escola de Aplicação, em Metodologias de Ensino e Tecnologias de Informação;

#### 4.2 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (*STRICTO SENSU*)

No quadro abaixo, são relacionados os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* existentes na UFPA no ano de 2015:

Quadro 13 - Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* existentes

Nome do Programa	Local de Funcionamento	Nível	Início	Conceito CAPES
Biodiversidade e Conservação	Campus de Altamira	M	2014	3
Biologia Ambiental	Campus de Bragança	M/D	1999/2007	4
Linguagem e Saberes na Amazônia	Campus de Bragança	M	2011	3
Educação e Cultura	Campus de Cametá	M	2014	3
Saúde Animal na Amazônia	Campus de Castanhal	M/D	2009/2015	4
Ciência Animal	Campus de Castanhal	M/D	1999/2009	4
Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	ICB	M/D	2004/2005	5
Ecologia Aquática e Pesca	ICB	M/D	2007	4
Genética e Biologia Molecular	ICB	M/D	2001	6
Neurociências e Biologia Celular	ICB	M/D	2004	4
Zoologia	ICB	M/D	1996/1999	4
Biotecnologia	ICB	M/D	2011/2011	4
Análises Clínicas	ICB	F	2013	4
Ecologia	ICB	M/D	2014	4
Artes	ICA	M	2009	4
Artes (Em Rede)	ICA	F	2014	4
Educação	ICED	M/D	2003/2008	4
Ciências Farmacêuticas	ICS	M	2006	3
Inovação Farmacêutica (Em Rede)	ICS	D	2013	4
Odontologia	ICS	M	2004	3
Enfermagem	ICS	M	2011	3
Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia	ICS	M	2014	3

Nome do Programa	Local de Funcionamento	Nível	Início	Conceito CAPES
Ciência da Computação	ICEN	M/D	2005/2015	4
Física	ICEN	M/D	2003/2010	4
Ensino De Física (PROFIS)	ICEN	F	2015	3
Química	ICEN	M/D	1987/2005	4
Química Medicinal e Modelagem Molecular	ICEN	M	2015	3
Matemática (UFPA/UFAM)	ICEN	D	2009	4
Matemática e Estatística	ICEN	M	2004	4
Matemática	ICEN	F	2011	3
Ciências e Meio Ambiente	ICEN	F	2012	3
Direito	ICJ	M/D	1984/2003	4
Economia	ICSA	M/D	2006/2015	4
Serviço Social	ICSA	M	2003	4
Educação em Ciências Matemáticas	IEMCI	M/D	2002/2009	4
Educação em Ciências e Matemática (UFMT/UFPA/UEA)	IEMCI	D	2010	4
Docência em Educação em Ciências e Matemáticas	IEMCI	F	2014	4
Antropologia	IFCH	M/D	2010	4
Ciência Política	IFCH	M	2008	3
Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia)	IFCH	M/D	2003	4
Filosofia	IFCH	M	2011	3
Geografia	IFCH	M	2004	4
História	IFCH	M/D	2004/2011	5
Psicologia	IFCH	M/D	2005/2015	4
Segurança Pública	IFCH	F	2011	3
Ciências Ambientais	IG	M/D	2005/2011	4
Geofísica	IG	M/D	1992	4
Geologia e Geoquímica	IG	M/D	1973/1992	6
Recursos Hídricos	IG	F	2015	3
Letras: Linguística e Teoria Literária	ILC	M/D	1987/2013	4
Letras (Em Rede)	ILC	F	2013	3
Comunicação, Cultura e Amazônia	ILC	M	2010	3
Arquitetura e Urbanismo	ITEC	M	2010	3
Ciência e Tecnologia de Alimentos	ITEC	M/D	2004/2011	4
Engenharia Civil	ITEC	M/D	2001/2015	4
Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia	ITEC	D	2006	4
Engenharia Elétrica	ITEC	M/D	1986/1998	5
Engenharia Mecânica	ITEC	M	1994	3
Engenharia Química	ITEC	M	1992	3

Nome do Programa	Local de Funcionamento	Nível	Início	Conceito CAPES
Processos Construtivos e Saneamento Urbano	ITEC	F	2011	3
Engenharia Industrial	ITEC	F	2011	3
Engenharia Naval	ITEC	M	2014	3
Engenharia de Processos	ITEC	F	2013	3
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	NAEA	M/D	1977/1994	4
Gestão Pública	NAEA	F	2012	3
Agriculturas Amazônicas	NCADR	M	2000	3
Doenças Tropicais	NMT	M/D	1994/2007	4
Saúde na Amazônia	NMT	F	2010	3
Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia	NUMA	F	2007	4
Psicologia (Teoria E Pesquisa do Comportamento)	NTPC	M/D	1987/1999	5
Neurociências e Comportamento	NTPC	M	2014	3
Oncologia e Ciências Médicas	NEO	M/D	2011/2014	4
Bionorte	INTER	D	2011	4

\* Nível (M=Mestrado Acadêmico, F=Mestrado Profissional e D=Doutorado)

Fonte: PROPESP/PROPLAN

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* programados para o quinquênio 2016 - 2025 estão relacionados no Quadro 14 abaixo:

Quadro 14 - Programação de abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu*

Nome do Programa	Local de funcionamento	Modalidade	Previsão
Biodiversidade e Conservação	Campus de Altamira	Doutorado	2020
Linguagem e Saberes na Amazônia	Campus de Bragança	Doutorado	2020
Educação e Cultura	Campus de Cametá	Doutorado	2017
Currículo e Gestão da Educação Básica	ICED	Doutorado	2020
Currículo e Gestão da Educação Básica	ICED	Mestrado	2016
Artes	ICA	Doutorado	2016
Ciências Farmacêuticas	ICS	Doutorado	2020
Odontologia	ICS	Doutorado	2020
Enfermagem	ICS	Doutorado	2020
Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia	ICS	Doutorado	2020
Química Medicinal e Modelagem Molecular	ICEN	Doutorado	2020
Matemática e Estatística	ICEN	Doutorado	2017
Serviço Social	ICSA	Doutorado	2017
Ciência Política	IFCH	Doutorado	2020

Nome do Programa	Local de funcionamento	Modalidade	Previsão
Filosofia	IFCH	Doutorado	2020
Geografia	IFCH	Doutorado	2017
Comunicação, Cultura e Amazônia	ILC	Doutorado	2020
Arquitetura e Urbanismo	ITEC	Doutorado	2020
Engenharia Mecânica	ITEC	Doutorado	2020
Engenharia Química	ITEC	Doutorado	2020
Engenharia Naval	ITEC	Doutorado	2020
Agriculturas Amazônicas	NCADR	Doutorado	2020
Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental	NDAE	Mestrado Profissional	2016
Engenharia de computação aplicada	NDAE	Mestrado Profissional	2016
Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento energético	NDAE	Mestrado	2016
Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento energético	NDAE	Doutorado	2022
Neurociências e Comportamento	NTPC	Doutorado	2020
Engenharia de Barragens	Campus de Tucuruí	Mestrado	2016
Gestão de Riscos e Desastres Naturais (em rede)	IG	Mestrado	2016
Contabilidade	ICSA	Mestrado	2016
Administração	ICSA	Mestrado	2017
Cidades	Campus de Abaetetuba	Mestrado	2017
Ensino de História	Campus de Ananindeua	Mestrado	2016
Estudos Antrópicos na Amazônia	Campus de Castanhal	Mestrado	2017

Fonte: PROESP/PROPLAN

### 4.3 O MODELO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFPA

Em um Estado como o Pará, de grande dimensão territorial e de baixa renda per capita, é quase impossível à maioria da população ter acesso à educação de qualidade. Existe uma grande dificuldade de deslocamento da população para os grandes centros que dispõem de escolas de qualidades ou universidades, pois além do território ser entrecortado por grandes rios, rodovias, por vezes, apresentam razoáveis condições de trafegabilidade.

Diante destas condições, a Universidade Federal do Pará, consciente do seu compromisso com as transformações do homem na Amazônia, particularmente no Estado do Pará, iniciou seu programa de Educação a Distância, ligado à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, em 1996, como opção de democratização do acesso ao saber.

O Programa de Educação a Distância, tendo sido reconhecido em sua importância estratégica para UFPA, no ano de 2009, transformou-se em Assessoria de Educação a Distância – AEDI, ligada diretamente ao Gabinete do reitor.

Atualmente na UFPA, todos os *campi* dispõem de equipamentos de vídeo conferência, sendo que a AEDI traçou uma política de ação para a UFPA, que apoia e orienta a execução de todos os cursos, quer sejam eles de licenciatura, que sejam de bacharelado. O projeto pedagógico e a execução acadêmica ficam por conta dos Institutos. Diálogo e parceria marcam o relacionamento do Programa com as Faculdades, contribuindo, desta maneira, para o seu sucesso. Para a realização dos cursos de Pós-graduação, além das parcerias internas, o Programa conta com apoio de vários Órgãos do Estado, como as Secretarias de Saúde, Educação, de Integração Regional e de empresas, além da Secretaria de Educação a Distância, da CAPES e do MEC.

A Educação a Distância funciona baseada na aplicação de múltiplas mídias. As mais fortes são o material impresso, que é produzido especialmente para cada curso, e as tutorias presenciais. Por força de lei, 20% dos cursos precisam ter a presença dos alunos com seus tutores, incluindo as aulas práticas e de laboratório. O Moodle é o ambiente virtual de aprendizagem (plataforma) no qual as salas de aula virtuais são implantadas. Nelas acontece todo o processo de aprendizagem por meio da interatividade entre alunos e professores, que utilizam vários recursos, como fóruns, chats, eadtecas, textos digitais, links de interesse do curso, além de outras mídias, como rádio e TV.

A videoconferência também é uma opção para a defesa de teses ou monografias, pois possibilita a formação de bancas examinadoras em tempo real.

No quadro abaixo, são apresentados os cursos à distância ofertados no ano de 2015:

Quadro 15 - Cursos à distância ofertados em 2015

<b>Nome do curso</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Abrangência geográfica</b>	<b>Polos de apoio presencial</b>
Administração Pública	Bacharelado	Pará	Breves
Administração Pública	Bacharelado	Pará	Igarapé-Miri
Administração Pública	Bacharelado	Pará	Paragominas
Administração Pública	Bacharelado	Pará	Tailândia
Administração Pública	Bacharelado	Pará	Tucumã
Biologia	Licenciatura	Pará	Paragominas
Biologia	Licenciatura	Pará	Parauapebas
Física	Licenciatura	Pará	Dom Eliseu

Nome do curso	Modalidade	Abrangência geográfica	Polos de apoio presencial
Física	Licenciatura	Pará	Paragominas
Matemática	Licenciatura	Pará	Breves
Matemática	Licenciatura	Pará	Cametá
Matemática	Licenciatura	Pará	Juruti
Matemática	Licenciatura	Pará	Parauapebas
Matemática	Licenciatura	Pará	Tailândia
Matemática	Licenciatura	Pará	Cametá
Matemática	Licenciatura	Pará	Dom Eliseu
Matemática	Licenciatura	Pará	Tailândia
Letras	Licenciatura	Pará	Barcarena
Letras	Licenciatura	Pará	Dom Eliseu
Letras	Licenciatura	Pará	Parauapebas
Letras	Licenciatura	Pará	Tailândia
Letras	Licenciatura	Pará	Tucumã
Letras	Licenciatura	Pará	Paragominas
Letras	Licenciatura	Pará	Tailândia
Letras	Licenciatura	Pará	Redenção
Química	Licenciatura	Pará	Dom Eliseu
Química	Licenciatura	Pará	Paragominas

Fonte: AEDI

No quadro abaixo, estão relacionados os cursos de graduação a distância programados para o período de 2016 a 2025.

Quadro 16 - Programação de abertura de cursos de graduação à distância – 2016 a 2025

Nome do Curso	Modalidade	Abrangência geográfica	Polos	Ano previsto para a solicitação
Biologia	Licenciatura	Pará	Cametá/Marabá/Breves	2017
Letras Português	Licenciatura	Pará	Salinópolis/Bujaru/Canaã dos Carajás	2017
Matemática	Licenciatura	Pará	Moju/Altamira/Tucumã/Breves	2017
Adm. Pública	Bacharelado	Pará	Juruti/Salinópolis/Canaã dos Carajás/Jacundá/Conceição do Araguaia/Dom Eliseu	2017
Adm. Pública	Bacharelado	Pará	Breves/ Igarapé Miri/ Tailândia/ Tucumã	2018
Biologia	Licenciatura	Pará	Altamira/ Barcarena/ Cachoeira do Arari/ Jacundá/ Parauapebas/ Muaná	2018
Matemática	Licenciatura	Pará	Paragominas/ Dom Eliseu/	2018

Nome do Curso	Modalidade	Abrangência geográfica	Polos	Ano previsto para a solicitação
			Salinópolis/ Tailândia/ Tucumã	
Adm. Pública	Bacharelado	Pará	Altamira/ Breves/ Igarapé Miri/ Jacundá	2019
Biologia	Licenciatura	Pará	Bujaru/ Cachoeira do Arari/ Cametá/ Canaã dos Carajás/ Juruti	2019
Matemática	Licenciatura	Pará	Paragominas/ Parauapebas/ Redenção/Salinópolis	2019
História	Licenciatura	Pará	Marabá/ Altamira/ Canaã dos Carajás/ Dom Eliseu	2019
Artes	Licenciatura	Pará	Breves/ Igarapé Miri/ Moju/ Paragominas/ Barcarena	2019
Biologia	Licenciatura	Pará	Moju/ Paragominas/ Dom Eliseu/ Salinópolis	2020
Matemática	Licenciatura	Pará	Cachoeira do Arari/ Conceição do Araguaia/ Igarapé Miri/ Jacundá	2020
Música	Licenciatura	Pará	Jacundá/ Juruti/ Muaná/ Santana do Araguaia	2020
Biologia	Licenciatura	Pará	Altamira/ Barcarena/ Igarapé Miri/ Tailândia/ São Sebastião da Boa Vista	2022
Matemática	Licenciatura	Pará	Cametá/ Canaã dos Carajás/ Dom Eliseu/ Jacundá	2022
História	Licenciatura	Pará	Moju/ Muaná/ Paragominas/ Parauapebas	2023
Artes	-	Pará	Redenção/ Tailândia/ São Sebastião da Boa Vista	2023
Adm. Pública	Bacharelado	Pará	Juruti/ Moju/ Muaná/ Paragominas/ Parauapebas	2024
Música	-	Pará	Tucumã/ Salinópolis/ Paragominas/ Tailândia	2024
Biologia	Licenciatura	Pará	Conceição do Araguaia/ Jacundá/ Muaná	2025
Matemática	Licenciatura	Pará	Juruti/ Marabá/Muaná/ Santana do Araguaia/ São Sebastião da Boa Vista	2025
Biologia	Licenciatura	Pará	Abaetetuba	2019
Matemática	Licenciatura	Pará	Altamira	2019
Matemática	Licenciatura	Pará	Castanhal	2020

Fonte: PROEG

#### 4.4 A UFPA E O FORTALECIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

A UFPA, cumprindo sua missão de produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável e, com a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento do Estado, após ter gerado os embriões das já consolidadas Universidade Federal do Oeste do Pará e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, agora vive a expectativa de acompanhar o nascimento de três novas universidades, também geradas em seu

seio, trata-se da Universidade Federal do Xingu- UFX, da Universidade Federal do Nordeste do Pará – UFNEPA e da Universidade Federal da Amazônia Tocantina – UFAT.

A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia, promovendo a inclusão social, são objetivos centrais do governo federal e foco de inúmeros debates sobre a reforma universitária. Atualmente, grande parte dos *campi* já atua como se fossem universidades, apenas os *campi* de Breves e Soure não possuem mestrado, mas, via de regra, a maioria atua no ensino, pesquisa e extensão, contudo, as limitações orçamentárias e o quadro de pessoal impedem uma atuação mais abrangente. O desmembramento da Universidade Federal do Pará, com a criação de novas universidades públicas no interior do Estado, atenderá não só a esses propósitos, como também à demanda de regiões com economia e cultura peculiares, contemplando antigas aspirações dessas populações que estão se tornando realidade, frutos da opção estratégica da UFPA por um modelo de Universidade *Multicampi*, que agora amadurecem, emancipam-se e consolidam-se, ajustando o processo aos novos tempos, difundindo conhecimento por toda a Amazônia.

#### **4.4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO XINGU – UFX**

O *Campus* Universitário de Altamira no decorrer dos seus trinta anos de atuação na Mesorregião do Xingu exerce um papel estratégico no processo de formação profissional e de desenvolvimento social dessa região, por meio de ações acadêmico-científicas visando o desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, tendo em vista o potencial socioeconômico e a diversidade cultural e geográfica dessa região.

A área de influência do *Campus* de Altamira situa-se na porção central do Estado do Pará, ocupando a maior parte da bacia do rio Xingu. É formada pelos municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Anapu e Pacajá, situados na rodovia Transamazônica e Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, ao longo do rio Xingu. Estes municípios formam uma das doze regiões de integração do estado e ocupam 250.791,9 km<sup>2</sup>, ou 20,1% do território estadual. Mais de 60% da área da região é ocupada pelo município de Altamira, que é o de maior extensão territorial do país . O mapa 1 ilustra a situação geográfica da Mesorregião do Xingu.

Ainda, essa região apresenta uma população total estimada em 331.778 habitantes. Em termos da sua distribuição interna, 30% da população se concentra no município de Altamira, seguida por Uruará com 14% da população e Pacajá com 12%. O município de Vitória do Xingu é o que apresenta menor contingente populacional, apenas 4% do total da região.

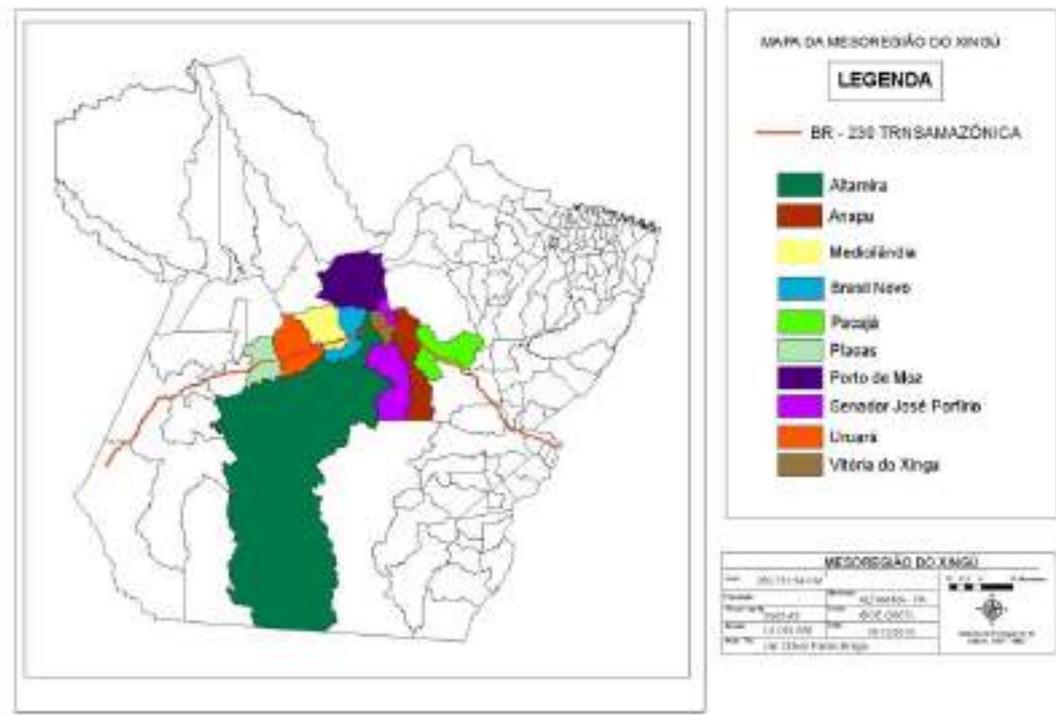


Figura 7 - Mapa da mesorregião do Xingu

Considerando os Indicadores do INEP (2012) a Mesorregião do Xingu apresenta menos de 2% das pessoas com nível superior, daí a fundamental importância de uma Universidade que venha responder as expressivas dimensões territoriais dessa região, com imensas demandas no campo educacional, sobretudo no contexto de desenvolvimento social em pauta, com base nos grandes projetos socioeconômicos, historicamente dimensionados para esta região.

O processo de implementação e consolidação dos grandes projetos de infraestrutura nesta região resulta numa grande transformação em sua estrutura demográfica e produtiva nas próximas décadas. Esta expectativa se configura com o desdobramento das obras de construção da UHE de Belo Monte, de pavimentação da BR-230 (Rodovia Transamazônica) entre outras ações e programas governamentais ou de empresas privadas que se instalaram na região nas últimas décadas.

Atualmente o *Campus* de Altamira atende onze municípios situados na Mesorregião do Xingu, ofertando cursos de graduação na maioria desses municípios, que se estendem ao longo da rodovia Transamazônica e do rio Xingu. No entanto, encontra muitas dificuldades para atender a demanda de formação superior nessa região por conta do quadro reduzido de docentes e técnicos administrativos para oferecer suporte às atividades acadêmico-administrativas e, ainda, devido à complexa logística decorrente da grande extensão territorial

da região que onera o custo para implantação da infraestrutura necessária e condições viáveis para desenvolvimento das suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Considerando o contexto sócio geográfico do *Campus* de Altamira e sua inserção histórica no processo de formação humana e desenvolvimento social dessa região ao longo das últimas três décadas, e que pese todas as adversidades e desafios das políticas públicas macro na conjuntura atual, torna-se imperativo pensar em uma proposta de maior investimento das políticas governamentais voltadas para o Ensino Superior nesta região, tendo em vista o seu potencial socioeconômico e a sua diversidade cultural e geográfica. Daí a proposta de construção do projeto da Universidade Federal do Xingu (UFX), baseada no modelo Acadêmico-Científico delineado a partir do projeto de Expansão do *Campus* de Altamira apresentado ao MEC em 2010-2012. Esta construção vem se legitimando com a participação e engajamento de vários atores e segmentos sociais da região a partir dos seguintes *fori*:

- Audiência pública (outubro 2012)
- Fórum de graduação (junho 2013);
- Seminário regional de Educação Superior e Desenvolvimento Social (maio 2014).
- Fórum das Licenciaturas (2015)
- Criação da Câmara Técnica de Educação, com uma linha de fortalecimento do Ensino Superior, esta proposta foi apresentada pelas seguintes Instituições de Ensino Superior: UEPA, UFPA e IFPA e aprovada por unanimidade, com vista à construção coletiva do projeto de criação da UFX.

Diante do exposto, o investimento a ser feito para criação da Universidade Federal do Xingu (UFX) servirá para expandir e consolidar a oferta do ensino superior, enquanto estratégia para formação de quadros profissionais qualificados, comprometidos com processos economicamente viáveis, ambientalmente seguros e socialmente justos de desenvolvimento regional.

Além disso, atenderá a demandas históricas da população local que anseiam pela ampliação das possibilidades de ingresso em cursos de distintas áreas do conhecimento, alicerçados no desenvolvimento técnico-científico e no desenvolvimento socioeconômico. Por último, a nova Universidade será responsável pelo estabelecimento do diálogo entre o saber científico e a sociedade, para estimular, fomentar e assegurar ações socioeducativas, cujo fulcro esteja na valorização do patrimônio cultural e natural, considerando as potencialidades, especificidades e diversidades da mesorregião da Transamazônica e Xingu.

#### **4.4.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORDESTE DO PARÁ – UFNEPA**

Estão sendo realizados estudos no sentido de viabilizar a implantação de uma nova Universidade Federal no Nordeste do Pará – UFNEPA. Essa nova Universidade seria sediada no atual *Campus* de Bragança da UFPA, cuja área de influência direta seria a mesorregião do nordeste do Pará, mais especificamente as regiões de integração dos rios Capim-Caeté.

O *Campus* de Bragança da UFPA possui, hoje, mais de 100 docentes, sendo que 72 foram contratados com vagas oriundas dos Programas de EXPANSÃO e do REUNI. Atualmente, o *Campus* oferece nove (9) cursos de graduação, sendo seis (6) regulares (extensivos) e três (3) intensivos. Além disso, oferece, também, um curso de mestrado e um de doutorado multidisciplinares, voltados para a questão ambiental e um de mestrado para a área de Letras (Linguagens e Saberes da Amazônia). Ademais, foram encaminhadas, neste ano, para a CAPES, propostas de dois outros cursos de mestrado. Um na área de Botânica e outro na de Aquicultura.

A proposta de criação de mais uma universidade federal significaria um incremento na oferta no número de cursos regulares de 9 para 50, com uma oferta total de cerca de 2000 vagas nos cursos de graduação e mais de 100 vagas na pós-graduação. A grade de oferta de cursos seria voltada principalmente para temas vinculados ao desenvolvimento regional, tais como: pesca, aquicultura, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, turismo, história, saúde, economia, biotecnologia, engenharias, geologia, paleontologia, petrologia etc.

A nova Universidade seria implantada em um modelo *multicampi*, abrangendo um quadrilátero do nordeste paraense relacionado à zona costeira e aos municípios adjacentes. Os quatro ou cinco *campi* a serem criados seriam interconectados por meio de uma rede de fibra óptica, de tal modo que isto possibilitaria a oferta simultânea de múltiplos cursos na modalidade semipresencial e a distância, além dos cursos presenciais, melhorando significativamente a oferta de vagas, a qualidade do ensino e a relação aluno-professor. A criação de pelo menos um Instituto em cada *campus* potencializará o crescimento vertical qualitativo de cada unidade geográfica da UFNEPA e garantirá o seu crescimento qualitativo proporcional em cada um de seus *campi*.

#### **4.4.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA AMAZÔNIA TOCANTINA – UFAT**

Os *Campi* da UFPA de Abaetetuba e de Cametá vêm experimentando crescimento sob o ponto de vista de infraestrutura e de pessoal docente e técnico-administrativo, o que tem

resultado em maior incremento no número de discentes nos dois *campi*, chegando a uma ampliação da ordem de 100%.

Essa configuração tem oportunizado, nos últimos anos, contribuição de maneira mais incisiva para o desenvolvimento regional sob os mais diversos aspectos: melhoria no quadro de professores da educação básica, fortalecimento da agricultura familiar e da sociedade civil como um todo.

De um modo geral, esse aumento exponencial da capacidade de atuação dessas duas Unidades Regionais da UFPA vem proporcionando a articulação com o setor produtivo, o poder público e a sociedade civil organizada no sentido de pensar e promover o desenvolvimento de programas e projetos visando a capacitar a população para assumir o protagonismo do processo de desenvolvimento com sustentabilidade social, ambiental e econômica, focado na ciência e na inovação tecnológica.

A partir dessa perspectiva, esses *Campi* vêm desenvolvendo ações, desde 2008, para a implantação de uma Universidade Federal que congregue os dois *campi*, tendo como denominação inicial Universidade Federal da Amazônia Tocantina (UFAT), cuja influência se dará nas microrregiões do estado denominadas Tocantina (Baixo Tocantins) e Vale do Acará. A referida universidade contará inicialmente com os *campi* de Abaetetuba e Cametá, que hoje dispõem de 160 docentes, sendo que destes cerca de 75% foram contratados com vagas oriundas do REUNI. Atualmente, os dois *campi* oferecem 18 cursos de graduação que funcionam em regime intensivo e extensivo. Ofertam também cursos de pós-graduação lato sensu e o Mestrado em Educação e Cultura pelo *Campus* Cametá – UFPA, mas também já se encontrando, em processo de materialização, três propostas de mestrado acadêmico, sendo dois interdisciplinar e outra em Sistemas Ambientais. A criação da UFAT permitirá um incremento no número anual de vagas ofertadas que hoje são de aproximadamente 900 para 3.000, distribuídas em, pelo menos, quatro *campi*.

## 5 GESTÃO DE PESSOAS

As pessoas que trabalham na Universidade Federal do Pará (UFPA) atualmente convivem em um contexto que sofre constantemente o dinamismo das transformações. Seja no dia-a-dia de trabalho, onde é preciso dar respostas às demandas do ensino, pesquisa e extensão, seja no momento da atividade reflexiva e propositiva que leva a UFPA a patamares mais elevados de crescimento e melhoria que a sociedade reclama e precisa.

A moderna gestão de pessoas acompanha essa tendência e eleva o indivíduo a principal elemento agregador no processo que reúne tecnologia, sustentabilidade, recursos financeiros e *accountability* para o alcance dos resultados institucionais que deslocam a UFPA em uma trilha de melhoria contínua. Sem as pessoas e suas competências esse processo não existiria.

A UFPA como instituição de finalidade educacional compreende ser o indivíduo e sua formação, o objeto central de transformação da sociedade. E isso se faz com pessoas e para pessoas. Sendo assim, todos os que nela se inserem (servidores docentes e técnico-administrativos) ou discentes, devem aspirar a sua própria melhoria e transformação. E esse é o sentido de gerir pessoas: sua melhoria do indivíduo e de sua contribuição para o coletivo. A gestão de pessoas na UFPA deve expressar esse sentimento e conduzir-se nesse foco.

Em uma instituição com milhares de servidores e discentes que convivem todos os dias, é preciso ampliar o entendimento do que é essa gestão. Quando duas ou mais pessoas estão reunidas em prol de um trabalho comum, já temos *gestão de pessoas*. Em todos os níveis hierárquicos existem menores ou maiores situações que envolvem esse aspecto. Estabelecer como as pessoas executarão um trabalho para um resultado efetivo e que considere suas limitações, facilidades e competências considera-se sempre um desafio.

### 5.1 A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA GESTÃO DE PESSOAS NA UFPA

A UFPA foi criada em 1957 e conforme Tavares (2010) desde 1958 possui uma unidade de Recursos Humanos - Divisão de Pessoal, que se restringiam as rotinas de pessoal.

As mudanças no contexto da Administração Pública Federal e as novas exigências impostas ao serviço público impulsionaram uma reestruturação da área de gestão de pessoal. E em 2006 foi criada a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP), agora com o importante papel de ampliar suas ações e implementar uma gestão com vistas à aplicação efetiva de estratégias, políticas e práticas de gestão de pessoas na consecução dos objetivos organizacionais. Onde o capital humano passa a ser compreendido como o principal

ativo de qualquer organização pública, pois são as pessoas que detêm o conhecimento organizacional e que determinam a capacidade de prestação de serviços à sociedade.

No desenvolvimento de seu novo papel, e acompanhando o que estabeleceu o Decreto nº 5.707/2006, no ano de 2011 a UFPA foi contemplada com a aprovação do projeto “Mapeamento de Competências dos servidores técnico-administrativos da UFPA”, edital promovido pela antiga Secretaria de Recursos Humanos (SRH) e atual Secretaria de Gestão Pública (SEGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O projeto foi desenvolvido pela PROGEP em parceria com o Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional (GESTCOM), que é vinculado à Faculdade de Psicologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

Atualmente a UFPA já está em seu terceiro ciclo, incorporando novos métodos de diagnosticar as competências dos servidores da instituição, e possibilidade de agregar a novos subsistemas de gestão de pessoas.

Vale ressaltar que, os resultados do mapeamento têm sido utilizados para a melhoria das propostas de capacitação e qualificação e a expertise da UFPA resultou na efetivação de Curso de Especialização em Gestão por Competências, realizado em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, além de turmas de Mestrado Profissional em Gestão Pública com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, onde servidores técnico-administrativos desenvolvem projetos de pesquisa voltados aos desafios da gestão de pessoas na instituição.

Há que se destacar ainda, novas perspectivas tem sido agregadas à Avaliação de Desempenho, que vem sendo utilizada também para o levantamento das necessidades de capacitação, assim como a avaliação de estágio probatório, reformulada em 2013, e que agora após reestruturação metodológica visa atender efetivamente às necessidades de gestão do desempenho das pessoas que ingressam na instituição.

Apesar de todo avanço, destaca-se a necessidade de melhoria continua, pois o processo de gestão de pessoas precisa avançar e fomentar o dinamismo, o fluxo de novas ideias e o protagonismo das pessoas frente às mudanças que produzirão resultados cada vez mais efetivos na UFPA, especialmente no despertar do compromisso com a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para os próximos 10 anos, é necessário investir em Sistemas de Informação cada vez mais integrados e que agilizem os fluxos de trabalho respondendo mais prontamente as demandas crescentes nessa área.

Aponta-se também uma maior necessidade de atenção à saúde do servidor que ganhou espaço significativo na área de gestão, especialmente a partir da implantação, em 2 de julho de 2010, do Sistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor (SIASS) que vem consolidando diversas ações de melhoria a saúde do servidor. Com ele, as políticas nessa área têm possibilitado a prevenção de doenças e promoção da saúde do servidor ativo, inativo, pensionista e também de seus dependentes, proporcionando um atendimento integral que envolve a família.

As ações na área da saúde e qualidade de vida buscam a integração com as rotinas de trabalho que o servidor apresenta, atuando conjuntamente com as diretrizes de capacitação, qualificação, desenvolvimento de pessoal e adequação e melhoria das condições de trabalho nas diversas unidades da UFPA. É parte importante da implantação de novos processos, nos próximos anos, que possibilitem a estruturação de rede protetiva aos servidores e que deem suporte aos gestores da UFPA. É necessário que os gestores estejam cada vez mais preparados para atuar de maneira a reduzir o impacto negativo das relações de trabalho na saúde, possibilitando a prevenção da instalação de conflitos que geram um déficit relacional e prejudicam o desempenho e o bem-estar.

Percebe-se, assim, um encadeamento lógico que envolve o atendimento de aspectos sociais, culturais, relacionais, de saúde, incluindo as práticas de gestão com vistas ao alcance do objetivo público que a Universidade precisa atender. Esses aspectos fazem parte de um Sistema de gestão de pessoas amplo, dinâmico, sistêmico e integrado que proporcione uma renovação na forma de trabalho e um engajamento das pessoas umas com as outras, delas para com elas mesmas e delas para com a sociedade.

### 5.1.1 AS DIRETRIZES DA POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS.

Nessa linha, a boa governança de pessoas pode contribuir para maximizar o valor do capital humano da organização, de modo a obter maior sinergia no uso da força de trabalho e compatibilizar as expectativas das partes interessadas. Para tanto a Gestão de Pessoas da UFPA deve pautar-se nos seguintes princípios e diretrizes:

Quadro 17 - Diretrizes da política de gestão de pessoas da UFPA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIRETRIZES DA POLÍTICA
<b>Gerir Estrategicamente o Quadro de Pessoal</b>	Adequar quali-quantitativamente o quadro de pessoal.
	Identificar e melhorar os processos de gestão de pessoas, visando a integração e a qualificação das informações.

	Implantar a gestão do desempenho profissional.
	Promover o desenvolvimento gerencial, visando a melhoria nos processos de gestão, e a integração de esforços para o alcance dos resultados organizacionais.
<b>Valorizar servidores com foco em resultados</b>	Expandir as ações de capacitação e de qualificação dos servidores, em atendimento a característica <i>multicampi</i> da UFPA.
	Ampliar as ações de atenção à saúde e qualidade de vida no trabalho.
	Criar mecanismos para reconhecimento do servidor considerando o seu desempenho laboral e sua atuação junto aos diferentes desafios Institucionais.
	Promover a Cultura da Inovação nos processos de gestão de pessoas.

As Diretrizes apontadas no quadro acima atendem diretamente aos objetivos estratégicos da UFPA para a Gestão de Pessoas e alinham-se para proporcionar resultados com maior efetividade. Vejamos na figura abaixo, as diretrizes como parte dos insumos para os processos da gestão de pessoas e como elas levam ao resultado finalístico da instituição.

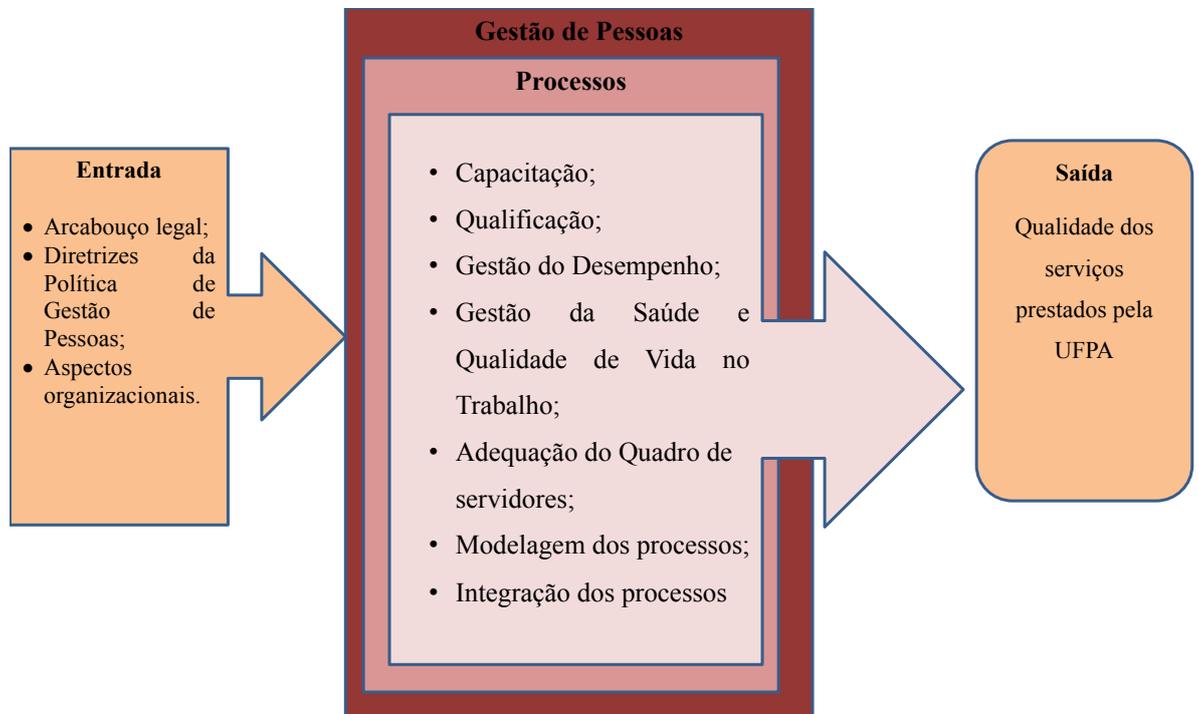


Figura 8 - Visão Sistêmica da Gestão de Pessoas na UFPA

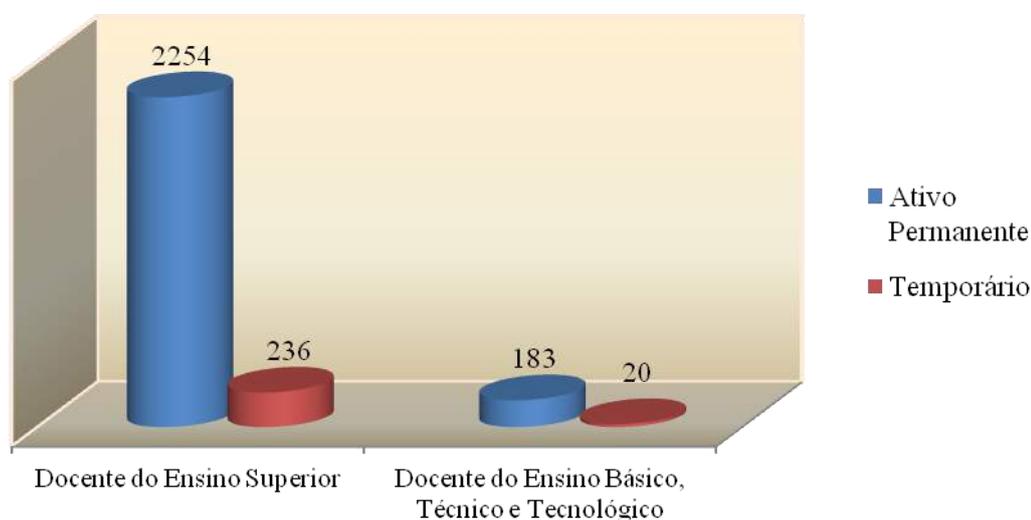
Esse Processo todo sinaliza o cuidado que a UFPA tem em alinhar suas políticas a prestação de serviços públicos de qualidade, associado ao cuidado com as pessoas e com o

trabalho que desenvolvem na instituição proporcionando crescimento, valorização, reconhecimento e bem-estar a todos.

## 5.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE

A Universidade Federal do Pará (UFPA) conta, em seu quadro de pessoal, com 2.693 docentes, sendo que 2.254 pertencem ao cargo efetivo de Professor do Ensino Superior, 183 do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 256 Professores Temporários, conforme descrito no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Docentes por Carreira e Situação Funcional - 2015



**Fonte:** Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) / Dez. 2015.

A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e disciplina outras providências. Com base nessa legislação federal, estabeleceu-se que a partir de 1º de março de 2013 o plano de carreira foi reestruturado e composto pelos seguintes cargos: a) Professor do Magistério Superior; b) Professor Titular-Livre do Magistério Superior; c) Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e d) Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

A seguir, são apresentados os itens relacionados com a titulação, regime de trabalho, experiência profissional, plano de carreira, seleção e contratação e cronograma de expansão do corpo docente.

### 5.3 REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Os requisitos de titulação para a carreira docente são definidos pelas seguintes legislações federais: Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013 e Portaria MEC nº 982, de 03 de outubro de 2013. Além dessas legislações, a UFPA instituiu a Resolução nº 4.559 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que prevê orientações sobre os critérios para ingresso de acordo com o nível da carreira docente.

De acordo com os artigos 8º e 9º da Lei nº 12.772/2012 são requisitos para a carreira de Magistério Superior:

Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

§ 1º O concurso público de que trata o caput tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso.

(...)

§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.

(...)

Art. 9º O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos:

I - título de doutor; e

II - 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE.

A Lei nº 12.772/2012 também faz referência sobre a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. A respeito dos requisitos de titulação, os artigos 10 e 11 dispõem que:

Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º No concurso público de que trata o caput, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação.

Art. 11. O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos:

I - título de doutor; e

II - 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE.

Para o alcance da missão e visão institucionais, a UFPA definiu que o ingresso de docentes da Carreira do Magistério Superior, para o quadro permanente da instituição, dar-se-

á preferencialmente na Classe de Adjunto A, ou seja, com titulação de doutor. Entretanto, considerando haver oferta reduzida ou desinteresse de profissionais doutores em se estabelecerem em determinadas áreas do Estado do Pará, o ingresso poderá ser flexibilizado.

#### **5.4 REGIME DE TRABALHO**

De acordo com o artigo 20 da Lei nº 12.772/2012 os integrantes da Carreira do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico estão sujeitos aos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou,

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Sobre os regimes de trabalho da carreira docente constam nos parágrafos 1º ao 4º do artigo 20 da Lei nº 12.772, de 2012 as orientações relacionadas a seguir:

§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou,

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.

§ 4º O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:

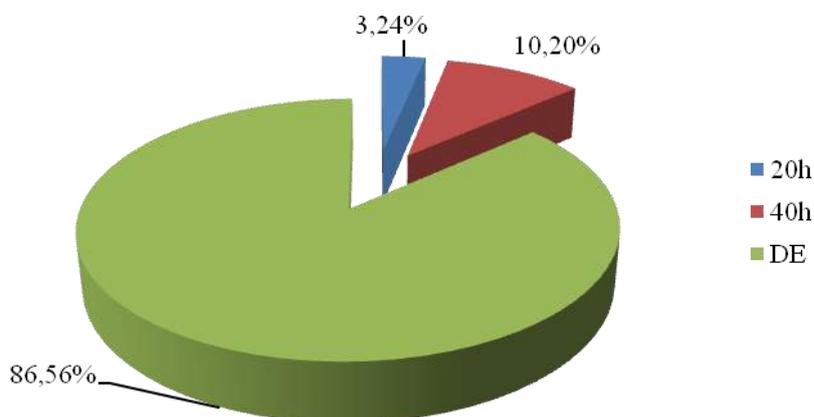
I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio; e

II - ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, mediante deliberação do Conselho Superior da IFE.

O regime de trabalho em Dedicação Exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade pública e/ou privada remunerada, ressalvado o disposto no § 1º, alíneas "a", "b", "c" e "d", do Art. 14, II, do Decreto n. 94.664/87.

Apresenta-se no Gráfico 3 o percentual de docentes efetivos do Ensino Superior por regime de trabalho.

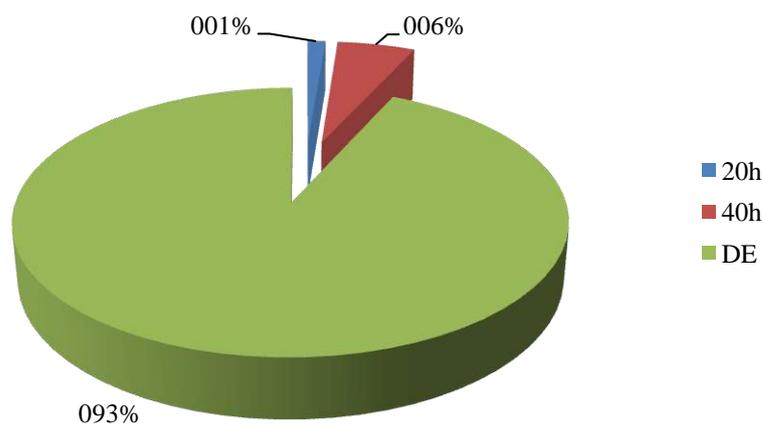
Gráfico 3 - Percentual de Docentes efetivos do Ensino Superior por Regime de Trabalho - 2015



**Fonte:** Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) / Dez. 2015.

A seguir, demonstra-se no Gráfico 4 o percentual de docentes efetivos do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, considerando o regime de trabalho.

Gráfico 4 - Percentual de Docentes efetivos do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por Regime de Trabalho - 2015



**Fonte:** Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)/ Dez. 2015.

## 5.5 EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO FEDERAL (ENSINO SUPERIOR E ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO).

Demonstra-se, a seguir, nas Tabelas 2 e 3 a distribuição do quadro de docentes da UFPA quanto à experiência acadêmica no ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico.

Na Tabela 2 destacam-se o percentual de docentes do ensino superior que possuem até cinco anos de experiência acadêmica (35,04%), com 6 a 10 anos (21,42%) e de 11 a 45 anos de tempo de serviço que representa a maioria dos docentes (43,54%).

Tabela 2 - Experiência do Corpo Docente do Ensino Superior - 2015

Situação	Tempo de Serviço (anos)	Titulação/Escolaridade				Total
		Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
<b>Total Ativo Permanente</b>		<b>41</b>	<b>86</b>	<b>696</b>	<b>1.431</b>	<b>2.254</b>
Ativo Permanente	00 a 05	16	21	257	377	671
	06 a 10	5	13	183	321	522
	11 a 15	2	2	25	133	162
	16 a 20	9	17	97	281	404
	21 a 25	3	8	53	131	195
	26 a 30	2	4	28	67	101
	31 a 35	2	3	14	47	66
	36 a 40	1	17	38	65	121
	41 a 45	1	1	1	9	12
<b>Total Temporário</b>		<b>38</b>	<b>36</b>	<b>97</b>	<b>12</b>	<b>183</b>
Substituto	00 a 05	36	36	97	9	178
Temporário	00 a 05	2	0	0	0	2
Visitante	00 a 05	0	0	0	3	3
<b>Total Geral</b>		<b>79</b>	<b>122</b>	<b>793</b>	<b>1.443</b>	<b>2.437</b>

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) / Dez. 2015.

Quanto aos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico, observam-se os seguintes percentuais: de 0 a 5 anos de experiência acadêmica (27,73%), de 6 a 10 anos (13,28%) e de 11 a 40 anos, o que corresponde a maioria do corpo docente, com 58,99%.

Tabela 3 - Experiência do Corpo Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 2015

Situação	Tempo de Serviço (anos)	Escolaridade/Titulação					Total
		Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
<b>Total Ativo Permanente</b>		<b>2</b>	<b>20</b>	<b>57</b>	<b>100</b>	<b>57</b>	<b>236</b>
Ativo Permanente	0-5	0	7	8	30	6	51
	6-10	0	3	4	20	7	34
	11-15	0	1	0	7	1	9
	16-20	0	3	19	14	18	54
	21-25	1	3	12	21	20	57
	26-30	0	1	5	4	3	13
	31-35	1	0	6	1	2	10
	36-40	0	2	3	3	0	8
<b>Total Temporário</b>		<b>0</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>20</b>
Professor Substituto	0-5	0	17	1	2	0	20
<b>Total Geral</b>		<b>2</b>	<b>37</b>	<b>58</b>	<b>102</b>	<b>0</b>	<b>256</b>

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)/ Dez. 2015

## 5.6 PLANO DE CARREIRA

Atualmente a UFPA vem adotando um modelo de gestão e acompanhamento da carreira associado às políticas de qualificação e capacitação contínua do corpo docente. Os docentes recebem incentivos para a sua qualificação, de acordo com a legislação vigente e as políticas de gestão de pessoas, visando à qualidade das atividades acadêmicas e à melhoria do desempenho do papel do docente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que propicia oportunidades para o desenvolvimento na carreira.

A carreira do Magistério Superior é estruturada em cinco Classes, conforme descrito no Quadro 18.

Quadro 18 - Estrutura do Plano de Carreira do Magistério Superior

CARGO	CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
Professor de Magistério Superior	E	TITULAR	ÚNICO
	D	Associado	4
			3
			2
			1
	C	Adjunto	4
			3
			2
			1
	B	Assistente	2
			1
	A	Adjunto A - se Doutor Assistente A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2
			1

Fonte: PROGEP/ Dez. 2015.

O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorre mediante progressão funcional e promoção. Sendo que a Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

Os requisitos para a progressão na carreira de Magistério Superior são: a) O cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível. b) Aprovação em avaliação de desempenho.

Quanto aos requisitos da promoção na carreira dos docentes do Ensino Superior, além de observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, relaciona-se as seguintes condições que são exigidas para cada classe:

- a) Para a Classe B, com denominação de Professor Assistente: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho.
- b) Para a Classe C, com denominação de Professor Adjunto: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho.
- c) Para a Classe D, com denominação de Professor Associado: possuir o título de doutor e ser aprovado em processo de avaliação de desempenho.
- d) Para a Classe E, com denominação de Professor Titular: possuir o título de doutor, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho e lograr aprovação de memorial

que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

Os docentes do ensino superior aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

- a) Para o nível inicial da Classe B, com denominação de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de mestre.
- b) Para o nível inicial da Classe C, com denominação de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de doutor.

O Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é estruturado em cinco Classes, conforme descrito no Quadro 19.

Quadro 19 - Estrutura do Plano de Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico

CARGO	CLASSE	NÍVEL
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Titular	1
	D IV	4
		3
		2
		1
		4
	D III	3
		2
		1
		4
	D II	2
		1
	D I	2
		1

Fonte: PROGEP/ Dez. 2015.

O desenvolvimento na Carreira de Magistério do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante progressão funcional e promoção. Progressão é a

passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

Considera-se como requisitos para a Progressão na Carreira dos Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológicos: a) O cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível. b) Aprovação em avaliação de desempenho.

Para os docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico além de observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, são exigidas as seguintes condições para cada classe descritas a seguir:

- a) Para a Classe D II, D III e DIV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho.
- b) Para a Classe Titular: possuir o título de doutor, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho e lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

Os docentes do ensino básico, técnico e tecnológico aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

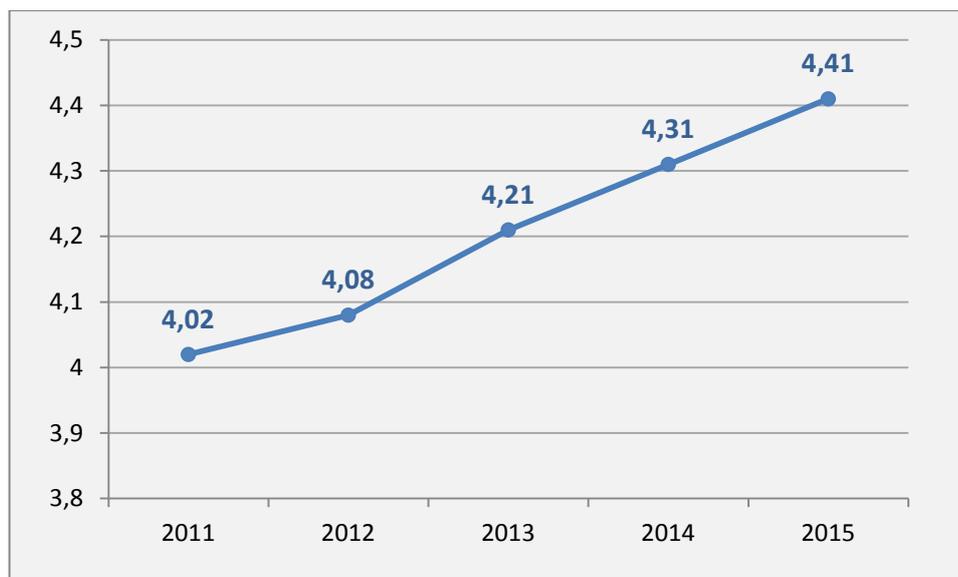
- a) De qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista.
- b) De qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Os servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico que ingressaram até 1º de março de 2013 podem concorrer ao processo de aceleração da promoção ainda que se encontre em estágio probatório no cargo.

A Retribuição por Titulação (RT) é devida ao docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal em conformidade com a Carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada, nos valores e vigência estabelecidos no Anexo IV da Lei nº 12.772/2012.

No que tange a qualificação do corpo docente, a seguir, verifica-se a evolução do Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) nos últimos cinco anos:

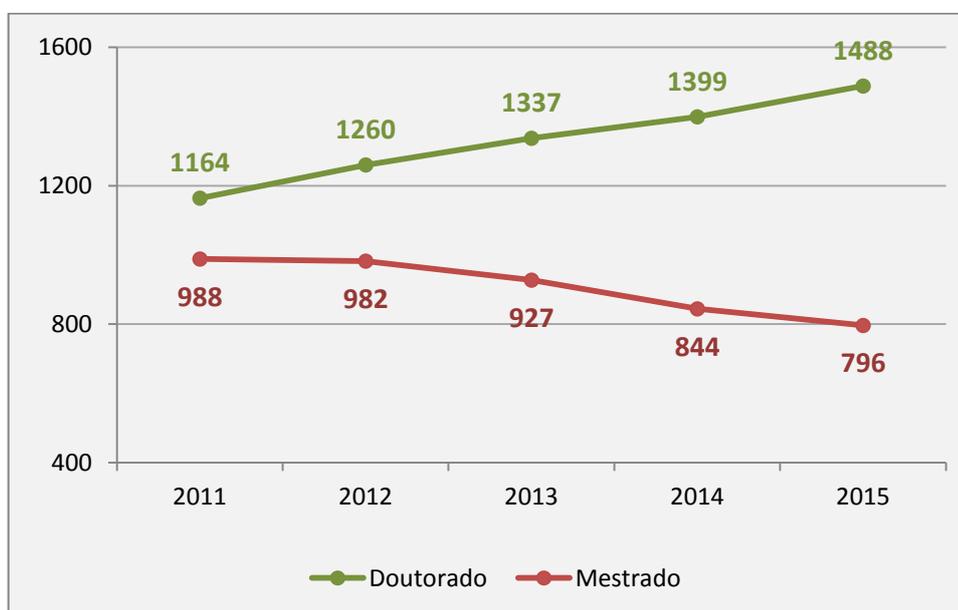
Gráfico 5 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) 2011 - 2015



Fonte: Anuários Estatísticos de 2012 a 2015 e SIGRH/ Dez. 2015.

Apresenta-se no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a evolução dos últimos cinco anos do quantitativo de docentes com mestrado e doutorado na instituição:

Gráfico 6 - Evolução do Número de Docentes com Mestrado e Doutorado 2011 - 2015



Fonte: Anuários Estatísticos de 2012 a 2015 e SIGRH/ Dez. 2015.

## 5.7 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os critérios de seleção dos docentes do quadro permanente da UFPA obedecem ao que dispõe a Lei nº 8.112/1990 através da promoção de concurso público de provas e títulos e

quanto à contratação dos docentes temporários que é realizada mediante processo seletivo simplificado, conforme previsto na Lei nº 8.745/1993 que dispõe da contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

O recrutamento dos professores temporários (professor substituto; professor visitante, admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro e de professor temporários para atender aos programas de expansão) a serem contratados ocorre mediante processo seletivo simplificado, com a ampla divulgação, inclusive, pelo Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público. O prazo máximo para contratação dos professores substitutos são dois anos. Finalizado esse período, os professores devem aguardar dois anos para uma nova contratação.

Esses professores temporários atendem a necessidade temporária de excepcional interesse da instituição, por tempo determinado, nas condições e prazos previstos em Lei. Após a realização do contrato, não será permitido ao professor substituto obter Progressão Funcional.

A contratação do Professor Visitante tem como objetivos:

- Apoiar a execução e o desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado);
- Oferecer condições para que professores de competência comprovada, provenientes de outros centros de ensino e pesquisa do País ou do exterior, contribuam para o aprimoramento de programas de ensino, pós-graduação e pesquisa;
- Viabilizar a participação de cientistas de alto nível nas equipes docentes e discentes da instituição.

O Professor Visitante deve ser portador do título de doutor e ter produção científica relevante nos últimos cinco anos. O processo de admissão de Professor Visitante ocorre por meio de seleção pública, inclusive com divulgação no Diário Oficial da União.

O prazo máximo de contratação dos Professores Visitantes estrangeiros são quatro anos, sendo dois anos, prorrogável por igual período, e o dos visitantes brasileiros, de dois anos, um ano, prorrogável por mais um.

## **5.8 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO FUNCIONAL**

A necessidade de substituição eventual de professor do quadro gera a contratação de professor substituto, o que ocorre exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira,

conforme postula a Lei nº 8.745/93 e o Decreto nº 7.485/2011, nos quais estão definidas as situações em que são previstas a contratação de professores substitutos.

Com a criação do banco de professores equivalentes, a UFPA tem efetuado a substituição definitiva dos cargos vagos de professores do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico com a abertura de concurso público imediatamente à ocorrência das vacâncias.

## 5.9 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

Com relação a planos de expansão do corpo docente, esta IFES, bem como todas as demais, segue a política de recursos humanos do governo federal, banco de professor equivalente (Decreto nº 7485/2011, atualizada pela Portaria Interministerial nº 313/2015), quanto à autorização para a realização de novos concursos e, por conseguinte, novas contratações. Por conseguinte, trata-se de uma especulação que combina a projeção de criação de novos cursos, especialmente fora de sede, a necessidade de acréscimo no corpo docente para o atendimento a essas demandas e, finalmente, da política de liberação de vagas docentes pelo governo federal, conformando um cronograma de expansão expresso na tabela abaixo. A referida expansão do quadro de docentes exclui a reposição de vagas provenientes de vacância (aposentadoria, falecimentos e desligamentos).

Tabela 4 - Cronograma de expansão do corpo docente da carreira do Magistério Superior– 2016 a 2025

Titulação	Regime trabalho	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Doutor	DE	-	115*	2	4	8	4	4	5	5	5	152
Mestre	DE	-	-	2	4	4	2	2	5	5	5	29
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>115</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>181</b>

\*Vagas pactuadas com o MEC

Fonte: PROEG/PROPLAN

## 6 PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O marco histórico na carreira dos servidores das Instituições Federais de Ensino foi a promulgação do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, que aprovou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE). Esta foi a primeira carreira

formal dos servidores técnico-administrativos em nível federal, entretanto ainda não apresentava vinculação com o planejamento estratégico e o desenvolvimento institucional.

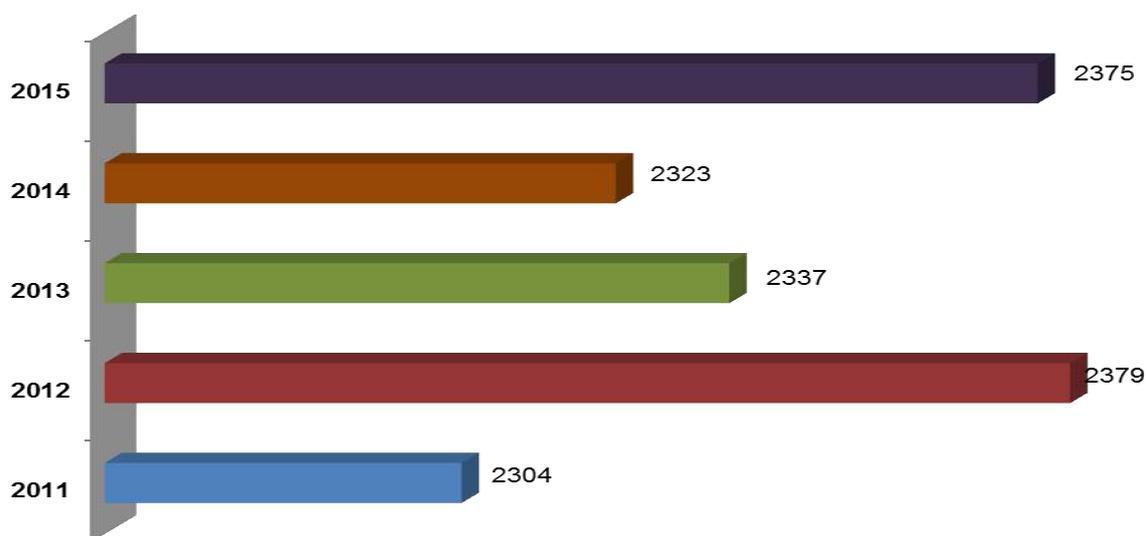
A estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das IFES, veio a concretizar-se em 12 de janeiro de 2005, com a Lei nº 11.091, que teve como arcabouço jurídico a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Em 2008, o Plano de Carreira sofreu alterações pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro.

O Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos (PCCTAE) trouxe em sua essência a valorização do servidor da educação, aliando o crescimento profissional e pessoal às necessidades institucionais, renovando a relação servidor-instituição.

Assim, o PCCTAE ratifica o comprometimento institucional de resgate da valorização dos servidores em consonância com os princípios e objetivos que embasam a construção deste PDI.

Apresenta-se no Gráfico 7 a evolução do número de servidores técnico-administrativos no período de 2011 a 2015. A partir dele, observa-se que houve um aumento 2,23% de técnicos administrativos no período de 2014 a 2015.

Gráfico 7 - Evolução do nº de técnico-administrativos no período de 2011 a 2015



**Fonte:** Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)/ Dez. 2015.

A seguir, são apresentados os principais aspectos relacionados ao perfil do corpo técnico-administrativo.

## **6.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO**

A seleção dos servidores técnico-administrativos é realizada por meio de concurso público provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e experiência conforme dispõem as legislações Lei nº 8.112/1990, Lei nº 11.091, de 2005 e Decreto nº 6.944/2009.

## **6.2 PLANO DE CARREIRA**

O Plano de Carreira foi estruturado com a Lei nº 11.091, de 12.01.2005 e sofreu alterações com a Lei nº 11.784, de 22.09.2008 e se encontra associado ao Plano de Capacitação e Qualificação do servidor.

Os cargos do Plano de Carreira são organizados em 5 (cinco) níveis de classificação, A, B, C, D e E, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada e de 16 padrões de vencimento para cada Nível de Capacitação.

O desenvolvimento na carreira do servidor técnico-administrativo é garantido por meio da Progressão por Capacitação e Progressão por Mérito Profissional.

A Progressão por Capacitação é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de Capacitação (que não seja de educação formal), compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses entre uma progressão e outra, nos termos do Anexo III da Lei nº 11.091/2005.

Com relação à Progressão por Mérito Profissional, possibilita que o servidor mude para o padrão de vencimento imediatamente subsequente ao que ocupa, no mesmo nível de capacitação, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado satisfatório na avaliação de desempenho.

Além das progressões existentes para os cargos de técnico-administrativos, o plano de carreira ainda possibilita o Incentivo à Qualificação, que é um percentual concedido aos servidores que possuem curso de educação formal superior ao exigido para o ingresso no cargo que ocupam, sendo fixado sobre o seu salário base e proveniente da relação direta ou indireta dos cursos com o ambiente organizacional do servidor.

Os concursos públicos para a carreira de Técnico-Administrativo em Educação são autorizados por meio de portarias emitidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Educação.

A UFPA, em cumprimento ao objetivo de valorizar o servidor e incentivar sua ascensão na carreira, mantém uma política de capacitação e qualificação, a partir de Planos de Capacitação e Qualificação com foco na aquisição e desenvolvimento de competências, conforme a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, estabelecida no Decreto nº 5.707 de fevereiro de 2006 e o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do PCCTAE previsto na Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2014.

A Tabela 5 apresenta o quantitativo e percentual de técnico-administrativos por nível de classificação no ano de 2015. Nela, verifica-se que a UFPA possui 2.375 técnico-administrativos no seu quadro efetivo. Desse total, 1.027 (43,25%) ocupam cargos de nível de classificação “D” (escolaridade mínima exigida: Ens. Médio), 860 (36,21%) cargos de classificação “E” (escolaridade mínima exigida: Graduação), 442 (18,61%) cargos de nível de classificação “C” (escolaridade mínima exigida: Ensino Médio e/ou Ensino Fundamental), 30 (1,26%) cargos de classificação “B” (escolaridade mínima exigida: Ensino Fundamental incompleto) e 16 (0,67%) cargos de nível de classificação “A” (escolaridade mínima exigida: Ens. Fund. Incompleto e ou alfabetizado).

Tabela 5 - Quantitativo e percentual de técnico-administrativos por nível de classificação (2015).

Nível de Classificação	Quantitativo	Percentual
A	16	0,67
B	30	1,26
C	442	18,61
D	1.027	43,25
E	860	36,21
<b>Total</b>	<b>2.375</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)/ Dez. 2015.

### 6.3 TITULAÇÃO

A Tabela 6 mostra o quantitativo de técnico-administrativos por nível de classificação no ano de 2015. Observa-se que 1.148 (48,33%) do total de técnico-administrativos da UFPA possuem titulação acadêmica, 798 têm especialização ou aperfeiçoamento, 307 possuem mestrado e 43 doutorado, sendo que destes 37 ocupam cargos de nível de classificação “E”.

Tabela 6 - Quantitativo de técnico-administrativos por nível de classificação (2015).

Nível de Classificação	Espec./Aper.	Mestrado	Doutorado	Total
A	4	0	0	4
B	0	1	0	1
C	88	9	2	99
D	269	59	4	332
E	437	239	37	713
<b>Total</b>	<b>798</b>	<b>307</b>	<b>43</b>	<b>1.148</b>

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)/ Dez. 2015.

#### 6.4 REGIME DE TRABALHO

A jornada de trabalho para os cargos de Técnico-Administrativo em Educação é de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o art. 19 da Lei nº 8.112/1990, redação dada pela Lei nº 8.270/1991, salvo quando houver legislação que estabeleça jornada diversa em virtude de especificação do cargo, podendo ser cumprida nos turnos diurno ou noturno, de acordo com as necessidades institucionais e o interesse público.

O Decreto 1.590/1995 também disciplina a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

#### 6.5 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

Tabela 7 - Cronograma de expansão do corpo técnico/administrativo – 2016 a 2025

Nível de Classificação	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Classe D	54										54
Classe E	35										35
<b>Total</b>	89										89

Fonte: PROPLAN

#### 6.6 RELAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/DOCENTE E RELAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/ALUNO

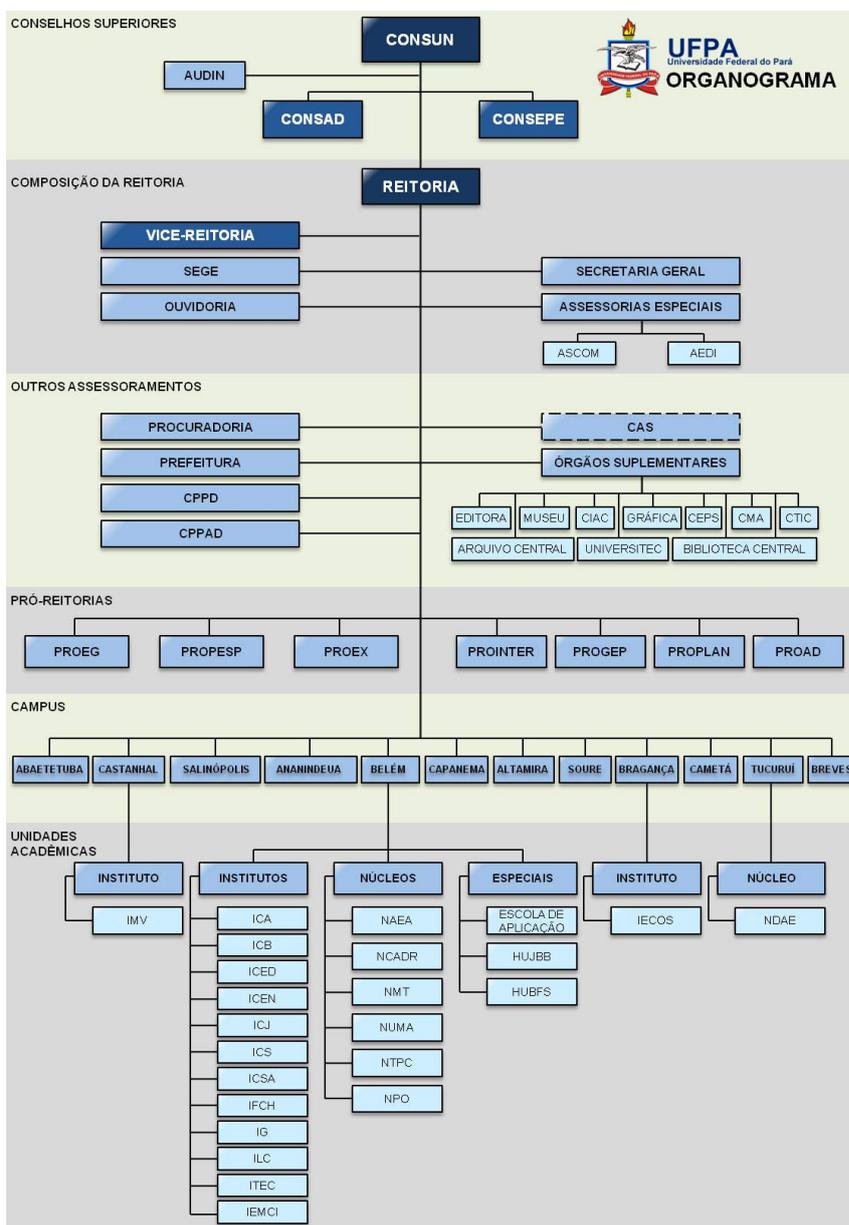
Sabendo que a UFPA conta com 2.693 docentes, incluindo efetivos do ensino superior, efetivos do ensino básico, técnico e tecnológico, substitutos e visitantes, 2.375 técnico-administrativos ativos e 67.521 alunos de graduação, alunos de pós-graduação, dos

cursos técnicos e livres e da educação básica, verifica-se que a relação de técnico-administrativo por docente é de aproximadamente 1 para 1 e de técnico-administrativo, é de aproximadamente 1 para cada 28 alunos.

## 7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFPA

No ano de 2014 a Universidade Federal do Pará atualizou o seu Organograma Institucional, remodelando a representação gráfica de sua estrutura organizacional de acordo com sua configuração *multicampi* que é sustentada em seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento dos Órgãos Executivos da Administração Superior, refletindo ainda as substanciais mudanças ocorridas, como criação de novas unidades e de *Campi* que se emanciparam tornando-se Universidades, como a UNIFESSPA e UFOPA. O Organograma Institucional da Universidade Federal do Pará é organizado em seis graduações: Conselhos Superiores, Composição da Reitoria, Outros Assessoramentos, Pró-Reitorias, *Campus* e Unidades Acadêmicas.

Figura 9 - Organograma da UFPA



## 7.1 CONSELHOS SUPERIORES, DEMAIS ÓRGÃOS COLEGIADOS E INSTÂNCIAS DECISÓRIAS

Consoante estatuto e regimento geral vigente, a Universidade Federal do Pará é constituída de órgãos colegiados em instância superior, instância intermediária e em primeira instância.

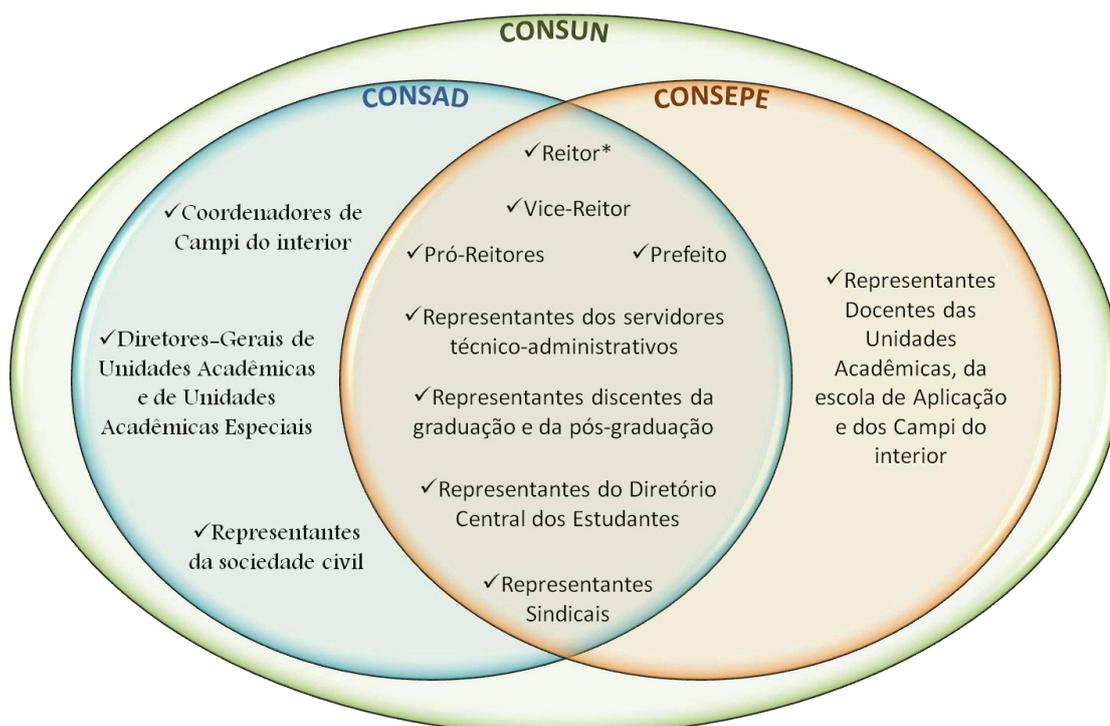
### 7.1.1 EM INSTÂNCIA SUPERIOR (CONSELHOS SUPERIORES)

Os órgãos colegiados em instância superior são expostos no estatuto como Conselhos Superiores atuando como órgãos de consulta, de deliberação e de recurso no âmbito da UFPA. Os Conselhos Superiores são:

- a) o Conselho Universitário – CONSUN é o órgão máximo de consulta e deliberação da UFPA e, sua última instância recursal;
- b) o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE é o órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matéria acadêmica;
- c) o Conselho Superior de Administração – CONSAD é órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial e financeira.

Os Conselhos Superiores têm em sua composição os seguintes membros:

Figura 10 - Membros que compõe os Conselhos Superiores (\*Presidente do CONSUN, CONSAD e CONSEPE)



### 7.1.2 EM INSTÂNCIA INTERMEDIÁRIA

São órgãos colegiados em instância intermediária e seus respectivos membros:

Quadro 20 - Órgãos colegiados

<b>Órgão Colegiado</b>	<b>Membros (Composição)</b>
Conselhos dos <i>Campi</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Coordenador e Vice-Coordenador;</li> <li>✓ Diretores e Coordenadores de Unidades e Subunidades Acadêmicas;</li> <li>✓ Representantes dos Docentes, dos Discentes e dos Técnico-Administrativos pertencentes ao <i>Campus</i>.</li> </ul>
Congregações dos Institutos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diretor-Geral e Diretor Adjunto;</li> <li>✓ Diretores e Coordenadores de Subunidades Acadêmicas;</li> <li>✓ Representantes dos Docentes, dos Discentes e dos Técnico-Administrativos pertencentes à Unidade Acadêmica.</li> </ul>
Congregações dos Núcleos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diretor-Geral e Diretor Adjunto;</li> <li>✓ Diretores e Coordenadores de Subunidades Acadêmicas;</li> <li>✓ Representantes dos Docentes, dos Discentes e dos Técnico-Administrativos pertencentes à Unidade Acadêmica.</li> </ul>
Conselho da Escola de Aplicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diretor e Vice-Diretor;</li> <li>✓ Coordenadores de Ensino;</li> <li>✓ Representantes das Unidades Acadêmicas que aí mantenham atividades de ensino, pesquisa e extensão, representantes dos docentes, discentes, técnico-administrativos pertencentes à Escola;</li> <li>✓ Representantes da Associação de Pais e Mestres.</li> </ul>
Conselhos dos Hospitais	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diretor e Vice-Diretor;</li> <li>✓ Demais membros previstos em seus regimentos internos.</li> </ul>

### 7.1.3 EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Quadro 21 - Órgãos colegiados em primeira instância

<b>Órgão Colegiado</b>	<b>Membros (Composição)</b>
Conselhos das Faculdades e das Escolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diretor e Vice-Diretor;</li> <li>✓ Por todos os Docentes ou seus Representantes;</li> <li>✓ Pelos representantes dos Discentes e Técnico-Administrativos que atuam na respectiva Subunidade, em conformidade com o Regimento Interno.</li> </ul>

<p>Colegiados de Pós-Graduação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Coordenador e o Vice-Coordenador;</li> <li>✓ Todos os Docentes;</li> <li>✓ Os Representantes dos Discentes e Técnico-Administrativos que atuam no Programa, em conformidade com o Regimento da Reitoria.</li> </ul>
------------------------------------	--

## 7.2 COMPOSIÇÃO DA REITORIA

A Reitoria é integrada pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pela Secretaria Geral, pela Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores, pela Ouvidoria-Geral e pelas Assessorias Especiais.

Figura 11 - Composição da Reitoria



### 7.2.1 REITORIA E VICE-REITORIA

A Reitoria será exercida pelo Reitor e, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-reitor, que, dentre suas competências, deverá representar a Universidade em juízo ou fora dele.

### 7.2.2 SECRETARIA GERAL E SECRETARIA-GERAL DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Secretaria Geral é um órgão de apoio administrativo diretamente subordinado ao Reitor.

A Secretaria-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior – SEGE, entre suas competências, é responsável por realizar serviços de apoio às reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos Superiores, das respectivas Câmaras e Comissões Especiais, elaborando as atas e registrando a frequência dos membros dos Conselhos.

### **7.2.3 OUVIDORIA GERAL**

A Ouvidoria é uma unidade da Universidade Federal do Pará responsável por receber manifestações, como reclamações, usuários de outras instituições, entidades, agentes público, quanto aos serviços e atendimentos prestados pela instituição.

### **7.2.4 ASSESSORIAS ESPECIAIS**

A Reitoria é integrada pelas seguintes Assessorias Especiais: Assessoria de Comunicação Institucional – ASCOM e Assessoria de Educação a Distância – AEDI.

A ASCOM, órgão da Reitoria, é responsável por planejar e coordenar as políticas e ações de comunicação e marketing da UFPA, interna e externamente.

A AEDI é responsável pela coordenação das ações decorrentes da política institucional para Educação a Distância na UFPA.

Importante frisar que a Universidade prevê a criação de uma Assessoria de Assistência Estudantil e Inclusão Social (AESIS), vinculada diretamente a Reitoria, que ficará responsável em formular políticas de assistencialismo aos discentes e executar ações viáveis de acesso, permanência e de sucesso acadêmico para os estudantes da UFPA advindos, principalmente, de ambientes de exclusão social, visando viabilizar a uniformidade de oportunidades entre todos os estudantes, combatendo fatos de repetência e evasão.

## **7.3 OUTROS ASSESSORAMENTOS**

Além das Assessorias Especiais, o Reitor conta ainda com a assessoria da Procuradoria Geral, da Coordenação da Administração Superior – CAS, da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, dos Órgãos Suplementares e da Prefeitura da UFPA.

### **7.3.1 COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR – CAS**

A CAS é um órgão consultivo e de assessoramento do Reitor, sem função deliberativa, presidido pelo mesmo e constituído pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores, pelo Secretário-Geral, pelo Prefeito, pelo Procurador-Geral e pelos Assessores, a critério do Reitor.

### **7.3.2 PROCURADORIA GERAL E PREFEITURA**

A Procuradoria Geral da UFPA é órgão de assessoria direta do reitor, responsável, nos termos do art. 17 da Lei complementar 73/93, pela representação judicial e extrajudicial da UFPA. Como setor jurídico de órgão da Administração Pública Federal indireta que é, a Procuradoria Geral encontra-se vinculada à Advocacia Geral da União, por meio da Coordenadoria de órgãos vinculados a AGU.

A Prefeitura é responsável pelo planejamento, coordenação, regulação, operação e controle das atividades relacionadas à gestão da infraestrutura física, natural e construída e de apoio e pela segurança patrimonial e comunitária.

### **7.3.3 COMISSÕES PERMANENTES**

A Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD é órgão de assessoramento do Reitor e do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP), no que concerne à formulação de Política de Pessoal Docente da UFPA e de acompanhar sua execução com a observância das normas estatuídas neste instrumento.

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD tem a finalidade de acompanhar as Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares em tramitação no âmbito da UFPA, fazendo com além do controle e registro, elaboração de portarias constituindo as comissões e orientação aos servidores que atuam na condução desses procedimentos, além de participar de processos administrativos de maior complexidade.

### **7.3.4 ÓRGÃOS SUPLEMENTARES**

Os Órgãos Suplementares da UFPA são unidades de natureza técnica, voltadas ao desenvolvimento de serviços especiais, com estrutura administrativa própria, podendo colaborar em programas de pesquisa, de extensão e de qualificação profissional das unidades acadêmicas. Na estrutura universitária, os órgãos suplementares existem também como

instrumentos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão e atuam dando suporte às atividades acadêmicas regulares. São eles:

Quadro 22 - Órgãos suplementares e suas finalidades

<b>Órgão Suplementar</b>	<b>Finalidade</b>
Agência de Inovação Tecnológica – UNIVERSITEC	É um órgão suplementar que tem a função precípua de gerir a política de inovação tecnológica da UFPA;
Arquivo Central	É o órgão central do Sistema de Arquivos, que tem como finalidade avaliar, selecionar e organizar o patrimônio documental produzido pela Instituição;
Biblioteca da UFPA	É o órgão responsável em prover e disseminar informação à comunidade universitária de modo presencial e em meio à rede, contribuir para a formação profissional e para o espírito de cidadania, coordenando tecnicamente as bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFPA – SIBI.
Centro de Memória da Amazônia – CMA	É o órgão suplementar cujo principal objetivo é preservar a memória social, favorecer pesquisas, além de aproximar esses conhecimentos às redes de ensino fundamental, médio e superior;
Centro de Processos Seletivos – CEPS	É um órgão suplementar que é voltado ao planejamento, execução e avaliação de processos seletivos para ingresso nos cursos superiores ofertados na capital e no interior do Estado, no corpo docente e no corpo técnico-administrativo da UFPA;
Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos – CIAC	É o órgão suplementar responsável pelo registro dos cursos da UFPA, em nível de Graduação, Pós-Graduação, Educação Básica e Profissional;
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC	É o órgão responsável em prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para a comunidade universitária;
Editora Universitária – EDUFPA	É o órgão suplementar responsável em divulgar a produção científica e cultural da UFPA;
Gráfica da UFPA	É o órgão suplementar que objetiva garantir a publicação de obras de professores e estudantes da UFPA com menor custo pela Editora da Universidade, bem como a melhoria da competitividade junto às empresas do setor para a impressão de outras publicações;
Museu da UFPA – MUFPA	É um órgão suplementar responsável pela conservação, manutenção e difusão dos acervos de arte da UFPA, ficando a cargo desta unidade as realizações de eventos culturais de exposições e disponibilização de material de pesquisa em artes visuais e fotografia que se encontra à disposição na biblioteca e no laboratório de fotografia.

## 7.4 PRÓ-REITORIAS

As Pró-Reitorias são unidades executivas da Administração Superior da UFPA diretamente subordinadas ao Reitor e encarregadas dos seguintes assuntos: Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão, Relações Internacionais, Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Administração e Desenvolvimento e Gestão de Pessoal:

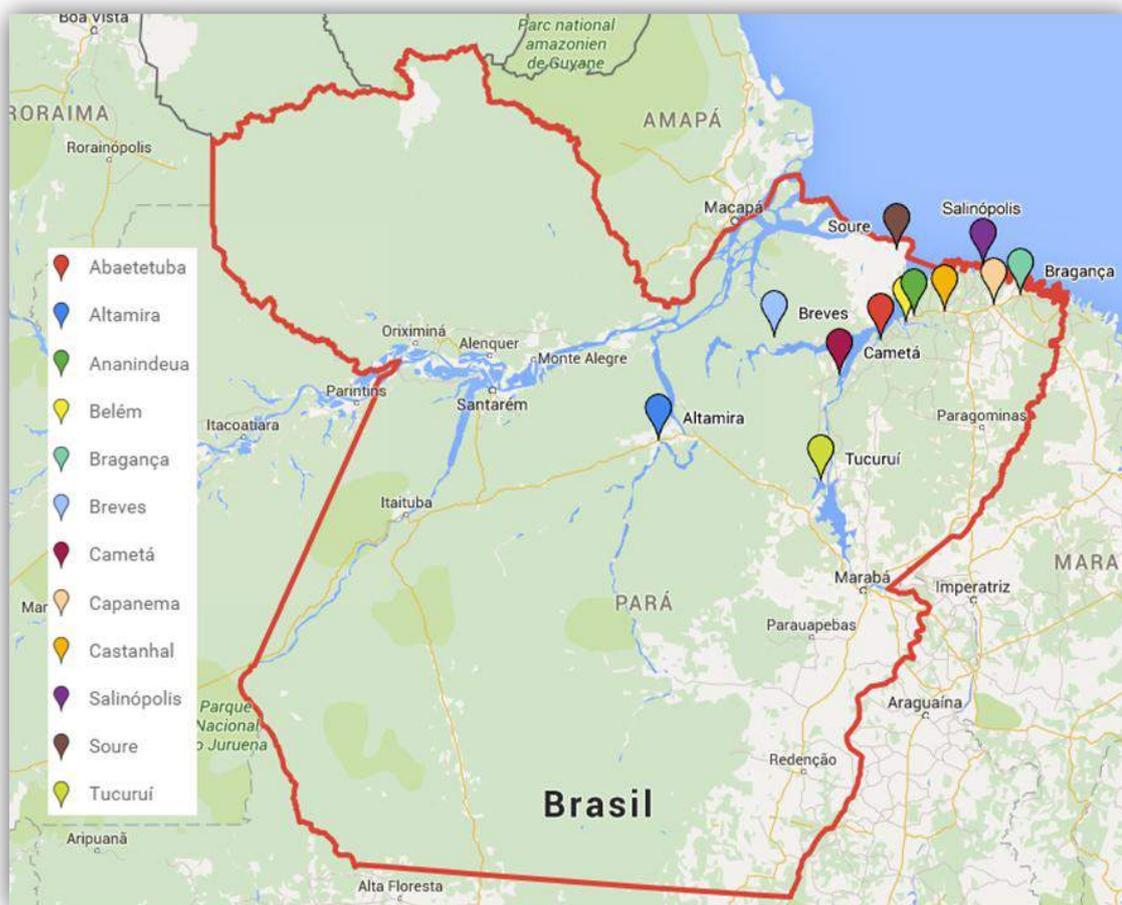
Quadro 23 - Atribuições das Pró-Reitorias

<b>Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG</b>	É responsável pela proposição, coordenação e avaliação das políticas de ensino de graduação, tecnológico e níveis equivalentes, assim como da educação básica e do ensino técnico e profissional, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, em cooperação com as unidades acadêmicas e administrativas da UFPA.
<b>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP</b>	É responsável pela definição de políticas e elaboração de metas para a pesquisa e a pós-graduação na UFPA, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, cabendo-lhe a coordenação, a indução e o acompanhamento das atividades pertinentes a essa área de atuação.
<b>Pró-Reitoria de Extensão – PROEX</b>	É responsável pela definição das políticas e elaboração de metas para a extensão, em consonância com as diretrizes nacionais e com os fóruns de extensão, cabendo-lhe a coordenação, o acompanhamento e a avaliação das atividades extensionistas obrigatórias à integralização curricular, presentes nos projetos pedagógicos, em articulação com as unidades acadêmicas, além das ações referentes às políticas de Assistência e Integração do estudante tendo em vista sua permanência com sucesso na UFPA.
<b>Pró-Reitoria de Relações Internacionais – PROINTER</b>	É o órgão responsável pela definição da política de cooperação internacional da Universidade Federal do Pará, cabendo-lhe intensificar a inserção e ampliação das parcerias com a comunidade acadêmica em todo o mundo.
<b>Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLAN</b>	É responsável pela proposição da política de planejamento e desenvolvimento institucional da UFPA, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional.
<b>Pró-Reitoria de Administração – PROAD</b>	É responsável pela proposição, pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das políticas de gestão administrativa, financeira, contábil e patrimonial da UFPA, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional.
<b>Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal – PROGEP</b>	É responsável pela valorização e desenvolvimento do servidor, mediante a proposição de políticas e diretrizes de pessoal articuladas com a missão e os objetivos institucionais, cabendo-lhe, ainda, propor, coordenar, acompanhar e avaliar, em articulação com as unidades da UFPA, políticas e diretrizes relativas ao recrutamento e seleção, à capacitação, à avaliação de desempenho, saúde e qualidade de vida dos servidores.

## 7.5 CAMPUS

O *Campus* é uma unidade regional da UFPA instalada em determinada área geográfica, com autonomia administrativa e acadêmica. Os *Campi* devem atuar em inter-relação mútua e em interação com a Administração Superior da UFPA na elaboração e consecução de projetos, planos e programas de interesse institucional. São *Campus* da UFPA os polos de Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

Figura 12 - Mapa dos *campi* da UFPA



## **7.6 UNIDADES ACADÊMICAS E UNIDADES ACADÊMICAS ESPECIAIS**

### **7.6.1 UNIDADES ACADÊMICAS**

A Unidade Acadêmica é órgão interdisciplinar que realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo cursos regulares de graduação e/ou de pós-graduação que resultem na concessão de diplomas ou certificados acadêmicos. São Unidades Acadêmicas: Institutos e Núcleos.

Os Institutos são unidades acadêmicas de formação profissional em graduação e pós-graduação, em determinada área do conhecimento, de caráter interdisciplinar, com autonomia acadêmica e administrativa. A UFPA apresenta em sua estrutura 14 (quatorze) Institutos:

- a) Instituto de Ciências Biológicas – ICB;
- b) Instituto de Ciências da Arte – ICA;
- c) Instituto de Ciências da Educação – ICED;
- d) Instituto de Ciências da Saúde – ICS;
- e) Instituto de Ciências Exatas e Naturais – ICEN;
- f) Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ;
- g) Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA;
- h) Instituto de Educação Matemática e Científica – IEMCI;
- i) Instituto de Estudos Costeiros – IECOS;
- j) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH;
- k) Instituto de Geociências – IG;
- l) Instituto de Letras e Comunicação – ILC;
- m) Instituto de Medicina Veterinária – IMV;
- n) Instituto de Tecnologia – ITEC.

Os Núcleos são unidades acadêmicas dedicadas a programa regular de pós-graduação, de caráter transdisciplinar, preferencialmente em questões regionais, com autonomia acadêmica e administrativa. A UFPA apresenta em sua estrutura 7 (sete) Núcleos:

- a) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA;
- b) Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR;
- c) Núcleo de Medicina Tropical – NMT;
- d) Núcleo de Meio Ambiente – NUMA;
- e) Núcleo de Pesquisas em Oncologia – NPO;
- f) Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento – NTPC;
- g) Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia – NDAE.

As unidades acadêmicas dispõem de subunidades acadêmicas. As subunidades acadêmicas são dedicadas a curso de formação num campo específico do conhecimento. São subunidades acadêmicas:

Quadro 24 - Unidades e subunidades acadêmicas

Unidades Acadêmicas	Subunidades Acadêmicas
Nos Institutos	A Faculdade – subunidade acadêmica integrada por curso de graduação.
	A Escola – subunidade acadêmica integrada por curso de graduação e por curso técnico.
	O Programa de Pós-Graduação – subunidade acadêmica integrada por curso regular de pós-graduação.
Nos Núcleos	O Programa de Pós-Graduação, preferencialmente transdisciplinar.

**7.6.2 UNIDADES ACADÊMICAS ESPECIAIS**

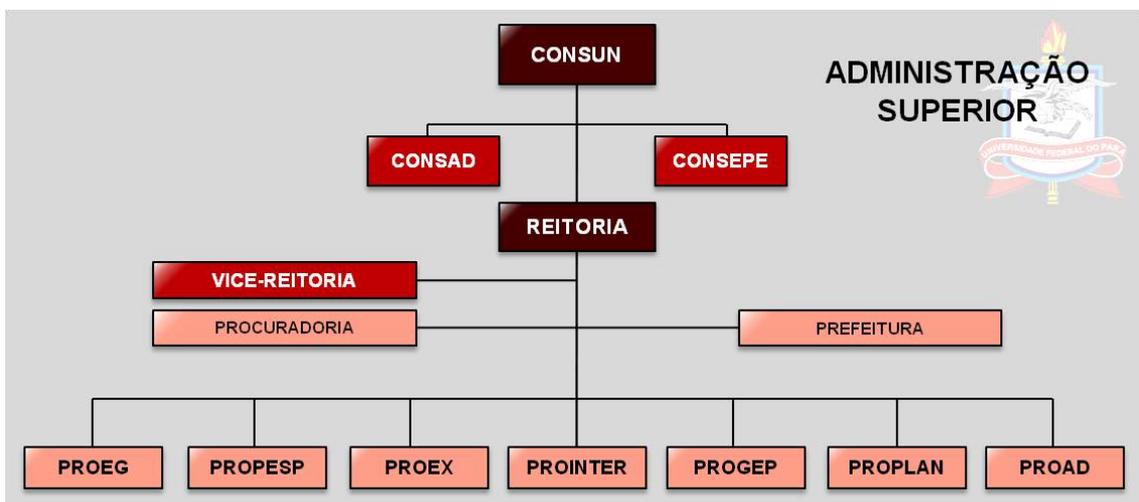
A Unidade Acadêmica Especial é órgão de ensino, que também realiza atividades de pesquisa e extensão, e cuja natureza é a de experimentação, estágio e complemento da formação profissional em interação com as unidades acadêmicas pertinentes. São unidades acadêmicas especiais: a Escola de Aplicação e os Hospitais Universitários Bettina Ferro de Souza e João de Barros Barreto.

**7.7 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

Os órgãos de administração superior são aqueles diretamente responsáveis pela superintendência e definição de políticas gerais da Universidade, referentes às matérias acadêmicas e à administração, em estreita interação com os demais órgãos universitários.

São órgãos de administração superior da Universidade Federal do Pará: os Conselhos Superiores, a Reitoria, a Vice-Reitoria, as Pró-Reitorias, a Prefeitura e a Procuradoria-Geral.

Figura 13 - Organograma da Administração Superior da UFPA



## **8 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES**

### **8.1 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)**

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para democratizar as condições de permanência de alunos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Na perspectiva da inclusão social com diminuição das desigualdades sociais e regionais; formação ampliada e produção do conhecimento; melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de retenção e evasão, decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica.

A Assistência Estudantil nas IFES brasileiras deve ser entendida como uma política essencial no contexto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isto porque a perspectiva de inclusão social possibilita aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica a participação nas atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, na medida em que o atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte são oferecidos enquanto assistência básica na dimensão dos direitos sociais.

Contudo, diante da complexidade das necessidades do ser humano, a Política de Assistência Estudantil no contexto do Ensino Superior não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Tendo como prioridade o estudante em vulnerabilidade socioeconômica, para o objetivo de uma formação ampla dos graduandos o desenvolvimento de outras ações deve ser realizado, a partir de um caráter universal através de programas e projetos de Atenção à Saúde (física e mental); Incentivo à Formação de Cidadania e Cultura; Esporte e Lazer, Acessibilidade, Inclusão digital, Ensino de Línguas Estrangeiras e Apoio Pedagógico visando o bem-estar, a redução das retenções e de evasão escolar, e o aumento de desempenho acadêmico. Todas essas ações devem fazer parte da Assistência Estudantil no contexto universitário, a fim de colaborar com a formação ampliada dos estudantes, para além da sua formação acadêmica-profissional.

#### **8.1.1 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL (PROAIS)**

O Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil (PROAIS) se configura por meio de um conjunto de ações que embasam o desenvolvimento de programas e projetos que favorecem ao processo de democratização das condições de permanência e de formação acadêmica aos estudantes como um direito social. O PROAIS visa buscar não apenas a

inclusão daqueles que apresentem vulnerabilidade socioeconômica, mas garante a conclusão exitosa dos cursos, reduzindo a retenção e a evasão de forma a contribuir com uma formação integral. Essa expansão de condições de acesso e de permanência com sucesso aos estudantes, tem em vista, todos os condicionantes sociais, históricos, culturais e econômicos que se interpõe à realidade dos estudantes, sejam eles oriundos de nossa região, de outros estados ou de outros países.

Para a gestão 2016 a 2025, a política de Assistência da UFPA será coordenada pela Assessoria de Assistência e Inclusão Social (AESIS), vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Duas são as suas dimensões: assistência e integração estudantil. No que concerne à assistência estudantil, o objetivo é criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica para os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de subsídios diretos (financeiros), denominados de auxílios, quais sejam: permanência, moradia, intervalar, kit acadêmico, PcD, kit PcD, acesso às línguas estrangeiras, casa do estudante, estudante estrangeiro, creche, instruir, de taxa zero e Bolsa Permanência/MEC. Esses auxílios têm como contrapartida a melhoria do desempenho acadêmico do discente assistido, com vistas a garantir a constância desse público nos estudos e a promoção do desenvolvimento humano, apoio à formação acadêmica e à garantia de permanência nos cursos regulares presenciais da UFPA, favoráveis ao êxito no percurso formativo e à inserção socioprofissional.

No que tange à integração estudantil, essa dimensão objetiva conceder subsídios indiretos (serviços) para acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica para os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de parcerias, via projetos de extensão, voltados para atenção à saúde biopsicossocial (serviços: médico-laboratorial, psicossocial e odontológico) e esporte e lazer; ao apoio pedagógico como: nivelamento da aprendizagem, inclusão e autonomia digital, cursos de línguas estrangeiras, viagens acadêmicas (políticas, esportivas e culturais), realização de eventos acadêmicos; moradia estudantil e acompanhamento psicopedagógico; e o acompanhamento do desempenho acadêmico de cada aluno assistido, culminando com as ações bolsa de apoio à atividade acadêmica e ônibus universitário.

Esses dois eixos são implementados por meio dos seguintes programas: Permanência (PP), Bolsa Permanência do MEC (PBP), Casa de Estudantes Universitários (PROCEUS), Apoio Pedagógico (PROAP), Bolsas Acadêmicas de Ação Afirmativa (PROAF) e Discente Saudável (PES).

Em consonância à estratégia de gestão implementada pela UFPA, o PROAIS aponta a seguir o conjunto de iniciativas estratégicas (programas, projetos e/ou ações) já existentes e/ou potenciais para o decênio 2016 a 2025, de forma mais detalhada.

#### **8.1.1.1 EIXO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

O eixo Assistência Estudantil é constituído por 3 programas: Permanência (PPermanência); Apoio às Bolsas Acadêmicas de Extensão, Pesquisa e Técnicas e Bolsa Permanência (PBP/MEC), subsidiando os discentes com auxílios (financeiros) diretos.

##### **8.1.1.1.1 PROGRAMA PERMANÊNCIA (PPERMANÊNCIA)**

Destina-se a apoiar o discente de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica com a concessão de auxílios financeiros. Sua operacionalização ocorre por meio de processo seletivo para custear despesas de necessidades básicas de modo parcial ou integral, na perspectiva de contribuir com sua permanência com qualidade e sucesso no curso de graduação, até a integralização total do curso de graduação na IFES.

O PPermanência compõe-se de um conjunto de 13 auxílios financeiros como: **a. Auxílio Permanência** – assiste o estudante no custeio de despesas com necessidades básicas (alimentação, moradia, transporte e material didático); **b. Auxílio Moradia** – assiste o estudante que não possui condições de arcar com custeio de aluguel; **c. Auxílio Intervalar** – assiste ao estudante de graduação na modalidade intensiva no custeio de despesas de necessidades básicas; **d. Kit Acadêmico** - assiste ao estudante no custeio com aquisição de materiais/equipamentos básicos de instrução, como suporte para melhoria do desempenho acadêmico; **e. Auxílio Acesso às Línguas Estrangeiras** – assiste ao estudante com vagas e material didático gratuitos em cursos de línguas estrangeiras, como suporte para melhoria do desempenho acadêmico; **f. Auxílio Creche** - assiste aos estudantes que são pais, na contratação de serviços de creches para seus filhos, buscando alcançar a finalidade de manutenção das atividades acadêmicas; **g. Auxílio Emergencial** - assiste ao estudante, em caráter de excepcionalidade e/ou risco social, no custeio de despesas com necessidades básicas; **h. Auxílio Casa de Estudante** - assiste ao estudante já residentes das moradias estudantis, no custeio de despesas com necessidades básicas; **i. Auxílio Estudante Estrangeiro** - assiste ao estudante estrangeiro, no custeio de despesas com necessidades básicas; **j. Auxílio PcD** - assiste ao estudante PcD (pessoas com deficiência, segundo o

Código de Identificação de Doenças – CID – do Ministério da Saúde) que possui deficiência física, motora, sensorial ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, no custeio de despesas com necessidades básicas; **k. Kit PcD** - assiste ao estudante PcD (pessoas com deficiência), no custeio com aquisição de materiais/equipamentos básicos de instrução pedagógicos e inclusivos; **l. Taxa Zero**, que assiste ao estudante em alta vulnerabilidade socioeconômica com a gratuidade nas refeições (almoço e jantar), balanceadas e de qualidade, no Restaurante Universitário (RU), *campus* Belém; **m. Instruir** - assiste ao estudante do Curso de Odontologia, no custeio com aquisição de materiais/equipamentos básicos de instrução de uso individual, necessário ao processo de ensino e aprendizagem.

#### **8.1.1.1.2 PROGRAMA DE APOIO ÀS BOLSAS ACADÊMICAS DE PESQUISA, EXTENSÃO E TÉCNICAS (PROBPET)**

Programa voltado para assistir ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica na concessão de bolsas acadêmicas, em caráter de ação afirmativa, visando a estimulá-lo a sua inclusão social e articulação para produção e difusão do conhecimento, por meio da extensão universitária, pesquisa, monitoria e outras ações similares. Esse programa se materializa com a concessão de **a. Bolsa PIBIC**(Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), com repasse de recursos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP); **b. Bolsa PIBEX** (Programa Institucional de Bolsa de Extensão), Navega Saberes, Conexão de Saberes e Eixo Transversal, com repasse de recursos para a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX); **c. Bolsa Monitoria**, com repasse de recursos para a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG); **d. Bolsa Línguas Estrangeiras**; **e. Bolsa PROMISAES**; e **f. Bolsa Estágio**.

#### **8.1.1.1.3 PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (PBP/MEC)**

O programa é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a discentes matriculados em IFES em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para discentes indígenas e quilombolas com finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para sua permanência e diplomação. Seu objetivo é viabilizar a permanência de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão

estudantil; promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

### **8.1.1.2 EIXO INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL**

O eixo da Integração Estudantil é composto pelos programas: Apoio Pedagógico (PROAP), Casa de Estudantes Universitários (PROCEUS) e Estudante Saudável, subsidiando os discentes com auxílios (serviços) indiretos.

#### **8.1.1.2.1 PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO (PROAP)**

Este programa agrega projetos que assistem o discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica no decorrer do percurso acadêmico do curso de graduação, colaborando para a equidade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas e culturais, partindo de um apoio pedagógico que desenvolva ações que permitam ampliar as atividades acadêmicas desse discente, ao mesmo tempo reduzir o índice de retenção e evasão na Universidade. O PROAP objetiva proporcionar a esses estudantes o acesso amplo e irrestrito às ações de apoio pedagógico, em caráter de assistência e integração estudantil, com vistas à inclusão social e democratização do ensino.

Busca-se nesse programa que a operacionalidade seja em uma prática que reflita coletivamente as propostas pedagógicas dos cursos, na perspectiva do planejamento de atividades educativas, estratégias e recursos que venham ao encontro das necessidades dos discentes nos estudos do ensino superior, ao mesmo tempo direcionado às necessidades de aprendizagens que por múltiplas razões, ao longo do percurso do Ensino Básico não foi possível adquirir. Por serem “necessidades e/ou dificuldades”, os aspectos a serem trabalhados serão por meio de atividades sistemáticas e organizadas em ações em períodos curtos, uma vez que todos, independentes de suas condições, possuem capacidades de aprender, respeitadas as diferentes formas e tempos de assimilação de cada um. Considerando a diversidade de discentes na Universidade, não é possível descartar a necessidade de sistemático acompanhamento de discentes no decorrer de seus estudos.

Muitos dos jovens que adentram ao ensino superior trazem em algumas áreas lacunas de conteúdos e aprendizagem, o que pode comprometer não apenas o rendimento nas atividades curriculares ou uma formação deficitária, comprometendo a sua futura vida profissional, mas pode condená-los a uma evasão do curso, daí a relevância do apoio

pedagógico que busque a possibilidade didático-pedagógica como mediação de suas necessidades curriculares.

As ações do PROAP são realizadas com base em 6 projetos e 2 ações. Os projetos são de: cursos de nivelamento da aprendizagem (PCNA), cursos livres de línguas estrangeiras (PROLÍNGUAS), inclusão e autonomia digital (PRODIGITAL), realização de eventos estudantis e acompanhamento pedagógico e psico-educacional. As ações são: Bolsa de Apoio à Atividade Acadêmica e Ônibus Universitário.

#### **8.1.1.2.1 PROJETOS PROAP**

**a. Cursos de Nivelamento da Aprendizagem (PCNA):** que assiste aos estudantes que se encontram com lacunas de aprendizagem e dificuldades referentes aos conteúdos básicos nas áreas de Matemática, Química, Física, Língua Portuguesa e Redação;

**b. PROLINGUAS:** acesso às línguas estrangeiras, que assiste aos estudantes no desenvolvimento de habilidades de leitura, compreensão e escrita em língua estrangeira moderna como complemento aos estudos universitários;

**c. PRODIGITAL:** inclusão e autonomia digital que assiste aos discente na promoção de inclusão e autonomia digital, acadêmica e social, utilizando as tecnologias de informação;

**d. Realização de Eventos Acadêmicos:** que assiste às entidades estudantes, incentivando a participação de estudantes dos cursos de graduação em eventos acadêmicos e/ou político-acadêmico;

**e. Acompanhamento Acadêmico (ROTINAS DE ESTUDO):** que assiste no redirecionamento do tempo de estudo para o alcance das metas desejadas e estabelecidas pelo próprio discentes, no âmbito da sua formação universitária, na busca constante da melhoria do desempenho acadêmico; e,

**f. Viagem Acadêmica (AVA):** assiste ao estudante para participar de eventos de abrangência nacional, regional e estadual de cunhos científicos e políticos;

#### **8.1.1.2.2 AÇÕES PROAP**

**a. Bolsa de Apoio à Atividade Acadêmica:** que possibilita ao estudantes, mediante atuação em projetos apoiados pela AESIS, desde que pertinentes à essência de sua formação nas unidades da Instituição, uma bolsa acadêmica;

**b. Ônibus da Assistência Estudantil:** que assiste ao estudante, com condições de transporte, para que o tenham acesso à eventos científicos, culturais, esportivos e político-acadêmico, locais, regionais e nacionais de interesse individual e coletivo, que contribuam para formação acadêmica de graduação.

#### **8.1.1.2.2 PROGRAMA CASA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS (PROCEUS)**

Programa destinado a apoiar o estudante da UFPA, com vagas gratuitas de habitação nas Casas de Estudantes Universitários (CEUS), desde que residam em cidades ou locais distantes do *campus* ao qual seu curso de graduação é vinculado. Possibilita a esses discentes um ambiente favorável até a sua diplomação. Seu objetivo principal é o de acolher os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em condições habitacionais adequadas à sua permanência e desempenho acadêmico.

##### **8.1.1.2.2.1 PROJETOS PROCEUS**

**a. CEUS:** que assiste aos estudantes com vagas de habitação, oriundos de outras cidades, países ou de localidades distantes do *campus* ao qual o curso de graduação é vinculado, disponibilizando um ambiente favorável durante o tempo regular do seu curso até sua diplomação;

**b. Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial e Educacional de Discentes Residentes em CEUS da UFPA:** que assiste aos estudantes com apoio psicossocial e pedagógico, no sentido de superação de conflitos/sofrimentos de ordem pessoal, emocional acadêmica.

##### **8.1.1.2.2.2 AÇÕES PROCEUS**

Reforma e manutenção das residências estudantis (CEUS) através de melhorias estruturais, ou ainda, na construção de novas residências destinadas aos acolhimentos dos alunos, dentro ou o mais próximo dos *campi* da UFPA.

#### **8.1.1.2.3 PROGRAMA ESTUDANTE SAUDÁVEL (PES)**

Este programa agrega projetos que assistem ao estudante, com especial atenção aos em vulnerabilidade socioeconômica, em âmbito individual e coletivo, em serviços de assistência e

atendimento à saúde; prevenção de agravos; diagnóstico e o tratamento de baixa complexidade, visando o bem-estar e a qualidade de vida, contribuindo para sua permanência até a diplomação. Assim como os outros programas de integração estudantil, o PES é imprescindível, em razão da atenção à saúde do discente de graduação, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois há uma demanda expressiva que busca junto à AESIS apoio para ser assistida pelas Unidades Acadêmicas parceiras em atendimentos e procedimentos de clínica: médica, laboratorial, odontológica, psiquiátrica e psicológica.

Nesse sentido, o PES reveste-se de grande relevância institucional, tornando-se uma ação estratégica de apoio aos discentes para sua permanência e formação acadêmica com sucesso. Seu principal objetivo é prestar assistência médica, odontológica, psicológica e laboratorial aos discentes de graduação da UFPA, materializando-se por meio de oito projetos desenvolvidos por unidades acadêmicas.

#### **8.1.1.2.3.1 PROJETOS PES**

**a. Ações Integradas de Extensão à Saúde Estudantil**, que assiste ao estudante, com assistência à saúde básica, de forma a contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico;

**b. Assistência Odontológica e Preventiva aos Discentes de Graduação da UFPA em Atenção Socioeconômica**, que presta serviços de assistência odontológica e prevenção à saúde bucal, bem como cuidados de urgência e emergência em várias especialidades;

**c. Odontologia Integrada para Comunidade Universitária**, que presta serviços de assistência odontológica, no intuito de promover o autocuidado em saúde bucal, prevenir doenças bucais, agravos o autoexame de boca como rotina;

**d. Clínica de Psicologia: um olhar em atenção à saúde do discente da UFPA**, que presta serviços voltados à prevenção, manutenção e recuperação da saúde psicológica dos estudantes;

**e. Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes (SAPS)**, que presta serviços de atendimento social, psicológico e médico psiquiátrico aos discentes da UFPA e seus familiares de 1º grau, com vista à promoção da saúde mental;

**f. Ações Preventivas Contra o Câncer em Discentes Universitárias (PCCU)**, que presta serviços de prevenção de doenças infecciosas sexualmente transmissíveis e de câncer em estudantes universitárias;

**g. Esporte, lazer e práticas físicas institucionalizadas da UFPA *multicampi*: cidadania, produção de conhecimento e qualidade de vida**, que oferta práticas esportivas e de lazer aos estudantes e à comunidade universitária para promoção da saúde e manifestação cultural, contribuindo para um melhor desempenho acadêmico;

**h. Fisioterapia e Terapia Ocupacional na Atenção à Saúde do Discente Universitário da UFPA**, que presta serviços especializados e qualificados aos estudantes de fisioterapia e terapia ocupacional para atenção à saúde.

### **8.1.2 AVALIAÇÃO DO PROAIS**

A ação de avaliação do PROAIS realizado pela AESIS visa implementar ações e estratégias para melhor compreender o seu desenvolvimento e no princípio de que deverá estar presente em todo o processo.

Ressalta-se que a concepção de avaliação que norteia o PROAIS, assume uma função eminentemente formativa e reguladora. Sob essa prerrogativa, a avaliação deverá ser um processo permanente de ação-reflexão-ação, pressupondo uma prática diagnóstica das ações vivenciadas, estimulando os sujeitos a buscarem possibilidades de mudanças e de regulação das práticas a partir das necessidades identificadas.

Nesse sentido, os Programas/projetos que compõem PROAIS deverão ser monitorados e avaliados pela AESIS e Núcleos de Assistência Estudantil nos *campi*, constituídos por equipes interdisciplinares. Para tanto, a AESIS deverá instalar um fórum permanente, com o objetivo de fomentar e fortalecer o diálogo e as reflexões acerca das questões que abrangem a Assistência e Integração Estudantil.

Dessa forma, o processo de avaliação do PROAIS concorre, para que ela se firme como uma política efetiva da Instituição, em consonância com as necessidades dos discentes e com as demandas do tripé: ensino, pesquisa e extensão da UFPA.

#### **8.1.2.1 AESIS E AS AÇÕES POTENCIAIS**

Para o decênio 2016-2025, a AESIS se compromete a continuar apoiando os programas, projetos e ações de Assistência e Integração Estudantil, que atualmente estão sendo desenvolvidos, bem como a articular novas metas de expansão do quantitativo de estudantes a serem assistidos. Para além do exposto acima, há o compromisso de criação de

novas iniciativas, sempre com o objetivo de ampliar à assistência aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Abaixo são pontuadas as novas iniciativas estratégicas a serem realizadas pela AESIS no decênio 2016-2025:

#### **8.1.2.1.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

**a. Programa de Alimentação Estudantil (PRORU)** referente a ampliação das ações do Restaurante Universitário (RU) aos *campi* do interior, por meio de outras modalidades de oferta de alimentação equilibrada e de baixo custo à comunidade universitária.

#### **8.1.2.1.2 INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL**

**a. Programa de Apoio às Entidades Estudantis (PROENT)** referente às ações para entidades estudantis para reforma de espaços físicos, subsídios financeiros (diretos e/ou indiretos) para a aquisição de materiais de consumo, equipamentos, mobiliário, impressão de periódicos.

**b. Programa de Apoio às Ações Culturais Universitárias (PROCULT)** visa ampliar a atuação da AESIS na área cultural através de apoio financeiro para à produção e distribuição gratuita de produtos culturais, com o selo AESIS-UFPA aos estudantes, publicação de livros e revistas e realização de eventos culturais em parceria com a PROEX, permitindo a inclusão ou acesso dos estudantes em vulnerabilidade social à cultura.

**c. Programa de Esporte e Lazer Universitário (PROEL)** tem como objetivo o apoio à realização de eventos esportivos universitários na UFPA, assim como incentivo à realização de atividades de lazer dos estudantes universitários; apoio também à participação estudantil nos eventos esportivos locais, estaduais, regionais e nacionais, como os Jogos Universitários Paraenses (JUP'S), a Liga Norte-Nordeste e os Jogos Universitários Brasileiros (JUBS).

**d. Programa de Comunicação, Informação e Divulgação das Ações de Assistência Estudantil (PROCOMUNICA)** relacionado à informação e técnicas em ambiente computacional, acesso ao ambiente online, assim como treinamento em áreas correlatas à informática. O PROCOMUNICA apoiará e incentivará diversas ações, inclusive, ampliando as já implantadas na AESIS, dentre elas: a construção e manutenção de sites, plataformas on-line, aplicativos e sistemas web/line; a ampliação do uso das redes sociais e de correios

eletrônicos dos estudantes assistidos pela Assistência e Integração Estudantil, promovendo maior interatividade com a instituição; a produção e divulgação de vídeos, e também de mídias externas; a produção e à divulgação de materiais informativos impressos; divulgação e socialização de editais e instruções normativas online e presencial.

Por fim, o incentivo à criação de **Núcleos de Assistência e Integração Estudantil (NAIS)** nos demais *campi* da UFPA, estruturado com equipe técnica composta de: assistente social, pedagogo e psicólogo, de forma a construir uma rede de apoio descentralizada, sob a coordenação da AESIS e do próprio *Campus*, mais próximas dos estudantes, em especial aos de situação de vulnerabilidade econômica.

## **8.2 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)**

A Universidade Federal do Pará, visando propiciar melhor convivência para a comunidade acadêmica, tem destinado alguns espaços específicos, tanto na capital, quanto interior, nos quais são desenvolvidas ações de cultura e lazer. Destacam-se, dentre esses espaços, o Vadião, muito utilizado para integração, cultura e lazer, a Capela Universitária, o Centro de Convenções com capacidade para mil pessoas, o ginásio de esporte, o complexo esportivo, os museus, os auditórios distribuídos nos prédios dos Institutos e nos *campi*, a livraria, as bibliotecas, os bosques, os espaços de contemplação potencializando as paisagens naturais locais, visto que grande parte do campus Belém está situada às margens do Rio Guamá, os restaurantes além de lanchonetes espalhadas nos vários prédios da Instituição em Belém e nos *campi*.

## **8.3 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS**

A política de acompanhamento de egressos implica a necessidade de abandonar a confortável e tradicional posição de que a missão social e o compromisso institucional com a formação universitária dos cidadãos terminam no ato da diplomação. Este confortável e mal construído convencionalismo afasta muito cedo da academia os jovens profissionais e os condena a um divórcio da convivência com a melhoria e a maturação das ideias e das reflexões. Sem contar que a ausência de uma ação sistemática de acompanhamento de egressos distancia a Universidade de seus importantes atores, dificultando identificar a inserção desses no mercado e na sociedade.

Resulta imperioso introduzir, nos diferentes espaços da graduação na Academia, conteúdos e discussões que possibilitem estudar, compreender e dar resposta às profundas e severas transformações técnico-científicas e socioculturais que estão dinamicamente sendo operadas no mundo contemporâneo, para tanto, o acompanhamento de egressos torna-se uma importante fonte de informações.

A política de acompanhamento dos egressos deve necessariamente estar vinculada à missão e aos objetivos finais da instituição, cujas ações, programas e projetos devem buscar referenciais de melhoria junto aos egressos, tendo em vista os compromissos com a qualidade do ensino da graduação, a luta constante pelo crescimento da pós-graduação e a expansão da pesquisa, assim como o maior envolvimento com a sociedade.

Na UFPA, essa política está em discussão no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e contará com a participação das Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação, e visa estabelecer, inicialmente, maior proximidade com os Órgãos de Classe e Instituições públicas e privadas como agentes de absorção de profissionais qualificados.

## 9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

### 9.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A UFPA possui uma das maiores e melhores áreas em termos de universidade, contando com uma boa infraestrutura física. Porém requer uma manutenção constante em seus espaços físicos bem como adequações necessárias de toda a estrutura antiga onde prédios precisam ser adequados às normas vigentes no país, já que a maioria dos mesmos foi construída nas décadas de 70/80. Toda essa infraestrutura, para se manter, necessita recursos financeiros que devem ser disponibilizados a fim de se manter um padrão de suficiência em sua infraestrutura física para o bom cumprimento de sua missão.

A Instituição vem promovendo o levantamento das condições dos ambientes acadêmicos, instalações das salas de aulas, mobiliário, climatização; laboratórios e seus equipamentos de grande, médio e pequeno porte; instalações para o acesso à internet e banda larga nas dependências de todos os campi; acervo bibliográfico; multimídias e instrumentos/equipamentos de radiodifusão; laboratórios e equipamentos para o aprendizado de línguas estrangeiras, equipamentos para transmissão online, videoconferências etc.

A qualificação dos ambientes acadêmicos tem relação direta e imprescindível com o desenvolvimento de estudos, pesquisas e produção científica em todas as áreas. A provisão dessas condições está intimamente ligada ao desempenho dos alunos e à elevação da taxa de sucesso no curso de sua escolha.

A previsão de melhorias na infraestrutura para os anos 2016 e 2017, realizada com base no que já há projetado e em licitação segue apresentada na Tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Infraestrutura física (Projeção acumulada em %)

Ambientes Acadêmicos	Ano de 2015		Projeção acumulada 2016		Projeção acumulada 2017	
	Qtd. (Unid)	Área (M <sup>2</sup> )	Qtd. (Unid)	Área (M <sup>2</sup> )	Qtd. (Unid)	Área (M <sup>2</sup> )
Área de Lazer	60	29.402,66	73	31.944	79	32.531
Auditório	89	8.457,05	93	8.929	100	9.967
Banheiros	1.287	10.456,47	1.450	11.861	1636	13.645
Biblioteca	185	11.349,22	186	11.378	199	12.253
Instal. Administrativas	1.386	28.877,30	1.464	30.667	1571	32.942
Laboratórios	1.456	49.483,60	1.571	52.358	1649	55.351
Salas de aula	967	40.940,55	1.123	48.632	1271	55.153
Salas Coordenação	501	9.321,07	528	9.774	554	10.154
Salas de Docentes	808	12.065,48	845	12.847	906	13.892
Cantinas/Restaurantes	83	4.268,75	105	4.732	117	5.277
Outros	3.822	150.914,02	4.137	164.674	4589	176.329

Fonte: Prefeitura da UFPA

## **9.2 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA E SUSTENTABILIDADE**

A Prefeitura da UFPA executou nos últimos anos diversas obras tanto no campus de Belém como nos campi do interior do estado, aumentando consideravelmente a área construída desta IFES. Por outro lado, a infraestrutura da universidade tem sido, recorrentemente, mal avaliada por órgãos reguladores em relação à acessibilidade e a sustentabilidade.

Como ação objetiva a Diretoria de Espaço Físico – DIESF tem concebido suas obras implantando mecanismos e equipamentos que tornem acessíveis e sustentáveis os novos prédios construídos, porém há um grande desafio que é a adequação de todos os espaços que foram construídos desde a implantação até o surgimento de decretos que visam a acessibilidade e sustentabilidade. E em obediência aos Decretos de nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, a UFPA vem implementando, várias obras de reformas e adaptações no seu espaço físico, visando à eliminação das barreiras arquitetônicas para tornar os recursos e edificações cada vez mais acessíveis para garantir acessibilidade das pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

A implementação do plano de acessibilidade e sustentabilidade na infraestrutura física dos espaços e prédios antigos é um trabalho gradativo e deve ser executado por etapas, pois requer um levantamento e planejamento de todos os itens que requerem estas ações para posteriormente serem executados à medida que se tenha recursos orçamentários e surgimento das necessidades.

A acessibilidade engloba projetos e execução de serviços como:

- Projeto de sinalização das rotas acessíveis e secundárias com indicações das direções, obstáculos arquitetônicos e distâncias, por meio de mapa tátil.
- Realizar política de conscientização do respeito às vagas de estacionamento;
- A expansão do setor saúde, que diante do crescimento da UFPA necessita de área para construção de novos prédios e conseqüentemente a urbanização da mesma;
- Identificação e implementação de reformas e adaptações em banheiros para se tornarem sustentáveis e acessíveis aos usuários.

A sustentabilidade depende de ações integradas para promoção de agentes multiplicadores da educação ambiental, tais como:

- Desenvolver e aplicar projetos ambientalmente sustentáveis estimulando a inserção da comunidade acadêmica nas ações, como por exemplo um coletor de ideias;
- Utilizar métodos ambientalmente sustentáveis nas obras e reformas, ou substituir materiais existentes por modelos mais funcionais e econômicos;
- Promover uma política de conscientização para redução dos gastos, qualidade de vida e educação ambiental dentro espaço universitário;

Em consequência dessas ações devem ser alocados recursos no orçamento anual da instituição para que sejam executados todos esses projetos a fim de que a universidade se torne ainda mais acessível e sustentável.

### **9.3 BIBLIOTECA**

A Biblioteca Central da UFPA por ser uma biblioteca universitária deve estar comprometida com os objetivos da universidade. Para isso, a biblioteca atua como mediadora no processo de ensino-aprendizagem, com a finalidade de prover serviços de informação presenciais e virtuais e produtos impressos, eletrônicos e em outras mídias, contribuindo para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão, que atendam à comunidade universitária e à sociedade em geral. Desse modo, a Biblioteca Central é estimuladora e facilitadora do acesso ao conhecimento, e pode ser entendida como a instância que possibilita à universidade atender às necessidades da comunidade acadêmica, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação.

A Biblioteca Central pertence à categoria de órgão suplementar subordinado à Reitoria, de acordo com o disposto no Art. 51 do Estatuto e ainda no Art. 100, Seção IV, Cap. II do Regimento Geral da UFPA. Conforme estes dispositivos, trata-se de um órgão de natureza técnica voltada para o desenvolvimento de atividades a fim de colaborar com programas de ensino, pesquisa, extensão e qualificação profissional das unidades acadêmicas. Integra e coordena tecnicamente um conjunto de 35 bibliotecas em Belém e nos *campi* dos interiores

que juntas compõem o Sistema de Bibliotecas (SIBI/UFPA), estabelecido com um modelo de funcionamento sistêmico em rede.

O SIBI/UFPA armazena e disponibiliza um rico material bibliográfico juntamente com outros meios de informação destinados a servir de suporte para o ensino, pesquisa e extensão, conforme rezam as políticas, programas e objetivos da UFPA. Neste contexto, o papel do SIBI dentro da Universidade é satisfazer os estudantes, professores, pesquisadores e a comunidade em geral, em suas demandas por informações técnicas, científicas e literárias. Desta forma a Biblioteca Central, bem como todo o Sistema de Bibliotecas da UFPA, ao cumprir com eficácia sua missão de promover o acesso e a recuperação da informação está contribuindo para a execução dos objetivos da universidade e para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade em geral.

No *campus* Belém integram o SIBI, as Bibliotecas dos Institutos (11), dos Núcleos (5), dos Programas de Pós Graduação (3) e das Unidades Acadêmicas Especiais (6). Nos dez (10) *campi* dos municípios encontram-se as bibliotecas de: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Soure, Tucuruí, Salinópolis e Ananindeua. Esses dois últimos *campi* foram implantados em consequência da expansão da UFPA em nossa região, visando, assim, formar cidadãos e profissionais de qualidade nos interiores do Estado do Pará.

Quadro 25 - Bibliotecas da UFPA

<b>Localização</b>	<b>Unidade</b>	<b>Nomenclatura</b>
Capital	Instituto de Educação	Biblioteca do ICED
Capital	Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Biblioteca do ICEN
Capital	Instituto de Ciências Jurídicas	Biblioteca do ICJ
Capital	Instituto de Ciências da Saúde	Biblioteca do ICS
Capital	Instituto de Educação Matemática e Científica	Biblioteca do IEMCI
Capital	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Biblioteca do IFCH
Capital	Instituto de Geociências	Biblioteca do IG
Capital	Instituto de Letras e Comunicação	Biblioteca do ILC
Capital	Instituto de Tecnologia	Biblioteca do ITEC
Capital	Instituto de Ciências Biológicas	Biblioteca do ICB
Capital	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Biblioteca do ICSA
Capital	Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural	Biblioteca do NCADR
Capital	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	Biblioteca do NAEA
Capital	Núcleo de Medicina Tropical	Biblioteca do NMT
Capital	Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento	Biblioteca do NTPC
Capital	Núcleo de Meio Ambiente	Biblioteca do NUMA

<b>Localização</b>	<b>Unidade</b>	<b>Nomenclatura</b>
Capital	Programa de pós-graduação em Artes	Biblioteca de Artes
Capital	Programa de pós-graduação em Física	Biblioteca de Física
Capital	Programa de pós-graduação em Odontologia	Biblioteca da Faculdade de Odontologia
Capital	Escola de Aplicação	Biblioteca da Escola de Aplicação
Capital	Escola de Música	Biblioteca da Escola de Música
Capital	Escola de Teatro e Dança	Biblioteca de Teatro e Dança
Capital	Hospital Universitário João de Barros Barreto	Biblioteca do Barros Barreto
Capital	Hospital Universitário Bettina Ferro de Sousa	Biblioteca do Bettina
Capital	Museu da UFPA	Biblioteca do Museu da UFPA
Interior	<i>Campus</i> de Abaetetuba	Biblioteca do <i>Campus</i> de Abaetetuba
Interior	<i>Campus</i> de Altamira	Biblioteca do <i>Campus</i> de Altamira
Interior	<i>Campus</i> de Bragança	Biblioteca do <i>Campus</i> de Bragança
Interior	<i>Campus</i> de Castanhal	Biblioteca do <i>Campus</i> de Castanhal
Interior	<i>Campus</i> de Marajó – Breves	Biblioteca do <i>Campus</i> de Breves
Interior	<i>Campus</i> de Marajó – Soure	Biblioteca do <i>Campus</i> de Soure
Interior	<i>Campus</i> de Tocantins – Cametá	Biblioteca do <i>Campus</i> de Cametá
Interior	<i>Campus</i> de Tucuruí	Biblioteca do <i>Campus</i> de Tucuruí
Interior	<i>Campus</i> de Salinópolis	Biblioteca do <i>Campus</i> de Salinópolis
Interior	<i>Campus</i> de Ananindeua	Biblioteca do <i>Campus</i> de Ananindeua

Fonte: Biblioteca Central da UFPA

O SIBI/UFPA utiliza o software Pergamum para gerenciamento dos serviços técnicos e bibliográficos do seu acervo. Os principais procedimentos executados pelo software são: catalogação de livros, periódicos e multimeios; aquisição de materiais; empréstimo, devolução e reserva de materiais; pesquisa e recuperação de acervo e emissão de relatórios. O Pergamum é uma tecnologia de ponta, adotado para gerenciar as atividades do SIBI/UFPA, por contemplar as principais funções de uma biblioteca ou centro de informação, sendo reconhecido como um dos mais completos sistemas de informatização de bibliotecas existentes no mercado, seja pela facilidade de uso, clareza, suporte rápido, além de funcionar de forma integrada, isto é, em rede, o que faz como que todas as bibliotecas que adquirirem o sistema possam compartilhar informações de seus acervos entre si, promovendo a cooperação

no tratamento da informação. O SIBI/UFPA foi o primeiro sistema de bibliotecas da região Norte a adotar a Rede Pergamum.

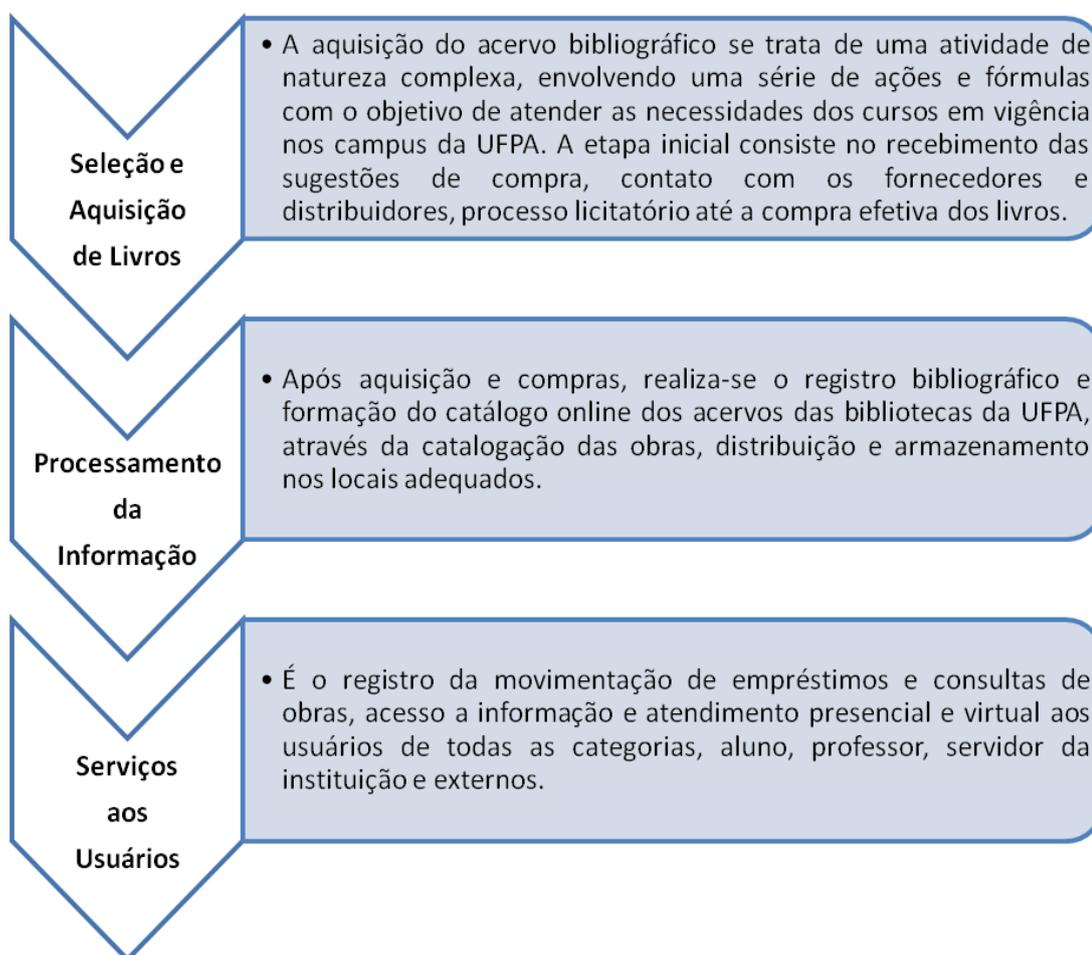
### 9.3.1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A Biblioteca Central mantém o horário de funcionamento das 8h às 20h, de segunda a sexta, e das 8h às 12h, aos sábados. Porém, visando maior frequência dos usuários no ambiente da biblioteca, pretende-se estender o horário de funcionamento até às 22 horas de segunda a sexta e aos sábados de 8 as 14 h.

### 9.3.2 ATIVIDADES TÉCNICAS

As atividades técnicas desenvolvidas pela Biblioteca Central referem-se basicamente à gestão do sistema de bibliotecas, conforme abaixo:

Figura 14- Atividades técnicas desenvolvidas pela Biblioteca Central



É importante destacar que a BC objetiva incluir neste processo a compra de livros eletrônicos, o que ainda não foi possibilitado em razão do valor para aquisição e questões tecnológicas necessárias. Outra fonte de ampliação do acervo advém das diversas doações de coleções particulares que passam por um trabalho minucioso de seleção.

### 9.3.3 ESPAÇO FÍSICO PARA ESTUDOS

Na Biblioteca Central da UFPA, localizada no *Campus* Belém, a área física para estudos é de 1.386,60 m<sup>2</sup> distribuída em 3 grandes salões de leitura: dois no andar térreo e um no andar superior. A capacidade da biblioteca é para 500 usuários.

Há uma estação de pesquisa para acesso à Internet com 20 lugares; 7 cabines individuais para estudo; 7 cabines para grupos de dois e um auditório com capacidade para 50 pessoas.

Conforme a Lei 10.098, de 23 de março de 1994, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a Biblioteca Central objetiva modernizar a sua infraestrutura e das demais bibliotecas do SIBI, visando melhorias quanto à acessibilidade, e assim para ofertar possibilidade aos usuários portadores de deficiência ou mobilidade reduzida de frequentar o espaço da biblioteca e ter acesso aos serviços, produtos e informação, e ainda, efetiva a inclusão desses usuários e maximização do uso dos serviços da biblioteca.

### 9.3.4 RECURSOS HUMANOS

Atualmente, o quadro de pessoal da Biblioteca é formado por três categorias:

- 1) Técnicos de nível superior – bibliotecários e analistas de sistemas;
- 2) Assistentes administrativos de nível médio;
- 3) Bolsistas dos cursos de graduação da UFPA.

Quadro 26 - Quadro administrativo da Biblioteca Central

Cargo	Qtde.	%
Bibliotecários	45	46%
Analistas de Tecnologia da Informação	1	1%
Técnico em Instrumentação	1	1%
Assistentes em Administração	12	12%
Assistente de Aluno	1	1%
Bolsistas	38	39%

Nos últimos cinco anos, houve a necessidade de adequar o quadro pessoal do SIBI às suas demandas, para isso, foram ofertadas vagas para bibliotecário e ingressados novos profissionais por meio de concurso. Apesar da atualização do quadro pessoal, a quantidade de bibliotecários ainda não é o suficiente para suprir as demandas institucionais, pois há necessidade de dimensionamento de recursos humanos do SIBI e criação de novas vagas para as bibliotecas. Para sanar tal lacuna do quadro pessoal, já foi providenciado processo formal para atender a demanda, como o *campus* de Castanhal que solicitou a criação de 1 vaga de bibliotecário-documentalista para a Biblioteca do Instituto de Medicina Veterinária, e a Casa de Estudos Germânicos – CEG que também solicitou a criação de 1 vaga de bibliotecário-documentalista.

A valorização do servidor é um pilar da qualidade, portanto incentivar o servidor na formação continuada, participação de cursos, treinamentos, aperfeiçoamento, pós-graduação, é fundamental para capacitar e qualificar o quadro de profissionais, o que reflete no desempenho das atividades laborais.

### 9.3.5 ACERVO DA UFPA (QUANTITATIVO, METODOLOGIA DE ATUALIZAÇÃO E CRONOGRAMA DE EXPANSÃO)

Tabela 9 - Acervo atual e previsão de expansão

Acervo da UFPA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Livros – Títulos	96.369	106.000	116.597	128.253	141.074	155.173	170.689	187.754	206.525	227.172	249.975
Livros – Exemplares	218.326	241.255	265.345	291.408	321.094	353.199	388.514	427.360	470.092	517.106	568.800
Periódicos – Títulos	5.912	6.498	7.142	7.851	8.632	9.490	10.430	11.468	12.610	13.866	15.248
Periódicos - Exemplares	117.355	129.086	141.991	156.187	171.801	188.977	207.870	228.715	251.582	276.736	304.404
Teses, dissertações e monografias de pós-graduação - Títulos	8.528	9.376	10.309	11.335	12.466	13.709	15.076	16.580	18.233	20.053	22.052
Teses, dissertações e monografias de pós-graduação - Exemplares	9.097	10.003	10.999	12.094	13.299	14.627	16.084	17.688	19.452	21.392	23.526
Recursos Eletrônicos - Títulos	230	254	281	309	340	373	409	448	491	537	588
Recursos Eletrônicos - Exemplares	648	714	786	865	951	1045	1148	1260	1383	1518	1667
Obras em Braille - Títulos	59	70	81	92	103	115	127	139	153	167	181
Obras em Braille - Exemplares	187	208	231	256	283	312	343	376	412	452	494
Folhetos – Títulos	883	968	1063	1166	1280	1404	1539	1691	1857	2038	2236
Folhetos - Exemplares	1.521	1.671	1.836	2.017	2.186	2.434	2.674	2.939	3.086	3.548	3.899
Obras de referência - Títulos	1.023	1.123	1.232	1.352	1.483	1.628	1.787	1.962	2.155	2.365	2.598
Obras de referência - Exemplares	2.019	2.218	2.438	2.679	2.945	3.236	3.556	3.908	4.295	4.721	4.733
<b>TOTAL</b>	<b>462.157</b>	<b>509.444</b>	<b>560.331</b>	<b>615.864</b>	<b>677.937</b>	<b>745.722</b>	<b>820.246</b>	<b>902.288</b>	<b>992.326</b>	<b>1.091.671</b>	<b>1.200.401</b>

Fonte: Biblioteca Central

### 9.3.6 SERVIÇOS OFERTADOS

A Biblioteca Central participa da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU, dos serviços cooperativos da BIREME (LILACS, Scad, BVs), IBICT (COMUT, BDTD, CCN, Repositório Institucional), REBAP (Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia), Rede da BVS Enfermagem, FBN (Consórcio Eletrônico de Bibliotecas da Fundação Biblioteca Nacional), Plano Nacional de Obras Raras da Biblioteca Nacional, IBGE - Biblioteca Depositária do IBGE e o help desk do Portal de Periódicos da CAPES desde 2010.

Disponibiliza acesso ao catálogo online do acervo das bibliotecas da UFPA e mantém a Estação de Pesquisas Acadêmicas – EPAC, com acesso gratuito à internet e um espaço próprio para o Portal de Periódicos da CAPES.

A Biblioteca Central oferta os principais serviços abaixo:

- Catálogo online - Terminais de computadores disponibilizados no hall da BC para consulta aos catálogos dos acervos das bibliotecas do SIBI/UFPA, e através do endereço eletrônico:  
<http://bibcentral.UFPA.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>.
- Consulta local - As coleções da BC estão à disposição da comunidade universitária e da sociedade em geral para consulta local e são de livre acesso. Enfatiza-se que a maior parte do acervo encontra-se disponibilizado no andar térreo do prédio, pois no andar superior estão os periódicos e obras raras.
- Empréstimo e devolução de obras (renovação online) - A Renovação online do empréstimo domiciliar realizado através do catálogo online do sistema Pergamum.
- Braille - Serviço especial de auxílio aos alunos com deficiência visual mediante o uso dos Programas Open Book, Jaws, Zoom Text, TGD Poro, winvox para a transliteração de textos para o Braille, leitura de documentos em negro (dicionários e outros), gravação de textos e acesso à Internet.
- Capacitação de usuários, palestras e visitas orientadas - Treinamento para a utilização dos recursos disponíveis da Biblioteca Central, especialmente do Portal de Periódicos da CAPES.
- Bases de dados e Portais - Na Estação de Pesquisa no andar térreo e no Setor de Periódicos no andar superior da Biblioteca Central está disponível o serviço de

acesso a Internet para fins exclusivos de pesquisa e/ou estudo e administração de e-mail.

- Help desk do Portal Capes - Serviço online recomendado pela Capes para divulgar as atualizações do Portal, esclarecer dúvidas, receber sugestões dos usuários e realizar treinamento.
- Ficha Catalográfica - Elaboração de ficha catalográfica para fins de apresentação em Teses e Dissertações.
- Apresentação de Trabalhos Acadêmicos - O Serviço de Referência e Circulação da BC coloca à disposição dos usuários o Manual para Normalização de Trabalhos Acadêmicos que contém as normas de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em formato eletrônico, com orientações quanto à estrutura de um trabalho acadêmico (TCC, Dissertação, Tese etc.) bem como à formatação.
- Comutação Bibliográfica - Atendimento às solicitações de artigos de periódicos, capítulos de livros, dissertações, teses e anais de congressos que não pertencem ao acervo do Sistema de Bibliotecas da UFPA, localizados nas principais bibliotecas do País.

### **9.3.7 PERSPECTIVAS DE GESTÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL**

Nos últimos cinco anos, a Biblioteca Central realizou ações e obteve conquistas significativas para a universidade, as quais estão relacionadas à efetivação de assinatura de novos convênios, parcerias, atualização do acervo, novos produtos e serviços, capacitação, melhorias tecnológicas, participação e realização de eventos e ações de infraestrutura. Algumas conquistas, como admissão de novos profissionais para o SIBI por meio de concurso público para bibliotecário realizado para preenchimento dos códigos de vagas tanto do *campus* da capital como também dos *campi* dos interiores; o avanço nos serviços do Repositório Institucional em âmbito nacional e internacional promovendo o desenvolvimento da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD; a consolidação das relações com as instituições locais mediante assessorias técnicas para a implantação de seus repositórios; o crescimento do acervo de forma expressiva com materiais adquiridos por compra, assim como as doações consideradas relevantes; as parcerias firmadas com órgãos internos da UFPA; ações da PROEX e PROEG - Comissão para Plano de Ação Intersetorial para Inclusão e

Acessibilidade; a criação de novas bibliotecas nos *campi* do interior; realização e participação em eventos locais e nacionais; dentre outras ações e conquistas importantes para o fortalecimento do Sistema de Bibliotecas da UFPA.

Diante do que foi conquistado nos últimos cinco anos e do atual cenário da Biblioteca Central e do SIBI, pretende-se aprimorar os serviços e produtos que são oferecidos para a comunidade universitária e criar novos serviços, prezar pela qualidade visando maior interação do usuário no ambiente da biblioteca. Para os usuários usufruírem melhor dos serviços da biblioteca, a Biblioteca Central pretende expandir o horário de funcionamento a partir de 2017, que será das 8h às 22h, de segunda a sexta, e de 8 às 14h, aos sábados. Além de disponibilizar um terminal de autoatendimento de empréstimo e devolução de livros, proporcionando autonomia e praticidade aos usuários minimizando o tempo de espera nas filas de atendimento; estruturar e modernizar o espaço da biblioteca, ampliando a acessibilidade externa e interna, a fim de eliminar barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação e investir na capacitação dos profissionais para atender o público PcD, uma vez que esses usuários necessitam de atendimento diferenciado devido suas limitações; realizar projetos de extensão no ambiente da biblioteca com os discentes da Faculdade de Biblioteconomia.

Outro ponto importante é a concretização da integração do SIBI, onde se almeja sanar as lacunas, falhas de comunicação que ocasionam a percepção de um sistema fragmentado na seja no suporte técnico ou administrativo, dar prioridade à intensificação dos esforços para a melhoria do SIBI por completo, de tal modo que o trabalho abranja as bibliotecas dos *campi* dos interiores e demais bibliotecas do *campus* Belém, objetivando a integralização do sistema. Para isso, almeja-se proporcionar às bibliotecas suporte técnico e administrativo efetivo e constante, além de realizar eventos como fóruns, a fim de se criar oportunidade e espaço para reunir profissionais atuantes no sistema de bibliotecas, e discutir assuntos, apontar problemas e prováveis soluções para o sistema; outros investimentos que se pretende realizar para efetivar a integralização do SIBI são as visitas técnicas semestrais, empréstimo e devolução via intercâmbio entre as bibliotecas dos *campi*, dentre outros.

Nesse sentido, a Biblioteca Central pretende solucionar os problemas encontrados presentemente em vários campos do Sistema de Bibliotecas da UFPA, que dão origem a constantes reclamações por parte dos usuários, principalmente no que concerne à infraestrutura, para que enfim possa ser reconhecida como uma biblioteca universitária imprescindível para a pesquisa, o acesso e a produção do conhecimento científico, técnico ou cultural da comunidade acadêmica da UFPA, bem como para a sociedade em geral.

São muitos os desafios a serem enfrentados, mas sem medir esforços, a Biblioteca Central se orgulha de ser da maior instituição de ensino, pesquisa e extensão do Norte do País, que é a UFPA, compromete-se em se fazer cumprir com excelência a missão estabelecida no Regimento desta unidade, isto é “prover informação à comunidade universitária, presencial e em meio à rede, contribuir para a formação profissional e criação do espírito de cidadania”, além de tornar a Biblioteca uma referência em gestão da informação e disseminação do conhecimento na região amazônica.

#### **9.4 LABORATÓRIOS**

O parque de laboratórios e equipamentos de pesquisa da UFPA é, hoje, notável, no geral, comparável aos laboratórios das melhores universidades brasileiras e, em algumas áreas, do mesmo nível das melhores universidades do mundo. Ele tem sido constituído principalmente com recursos de parcerias, sobretudo com a FINEP, com o CNPQ e a CAPES. Como o custo para a aquisição e manutenção dessa estrutura é hoje muito elevado, precisamos incrementar a cultura do uso do compartilhado, otimizando recursos e esforços dos pesquisadores e da instituição. Já os laboratórios de ensino superior deixam a desejar e isso está, parcialmente, relacionado com o fato de que temos um sistema de formação que privilegia a sala de aula.

Precisamos fazer um movimento em que, ao mesmo tempo, ocorra maior investimento na construção/atualização de laboratórios de ensino e mudanças dos currículos de nossos cursos de graduação, para conferir maior espaço e valor às atividades de formação desenvolvidas nesses ambientes. Além de uma produção científica crescente e de elevado nível, os laboratórios da UFPA, hoje, prestam inúmeros serviços à sociedade- aos governos, a organizações sociais e a empresas que buscam a inovação. A visibilidade dessas iniciativas é ainda reduzida e pode melhorar dentro e fora da instituição.

Tabela 10 - Laboratórios de ensino e pesquisa - 2015

<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Campus de Abaetetuba	7
Campus de Altamira	27
Campus de Bragança	8
Campus de Breves	3
Campus de Cametá	5
Campus de Capanema	2
Campus de Castanhal	30
Campus de Soure	10
Campus de Tucuruí	15
Instituto de Ciências Biológicas – ICB	69
Instituto de Ciências da Arte – ICA	62
Instituto de Ciências da Educação – ICED	8
Instituto de Ciências da Saúde – ICS	41
Instituto de Ciências Exatas e Naturais – ICEN	21
Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ	1
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA	10
Instituto de Educação Matemática e Científica – IEMCI	9
Instituto de Estudos Costeiros – IECOS	39
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH	11
Instituto de Geociências – IG	44
Instituto de Letras e Comunicação – ILC	28
Instituto de Tecnologia – ITEC	86
Núcleo de Meio Ambiente – NUMA	5
Núcleo de Pesquisas em Oncologia – NPO	7
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento - NTPC	14

Fonte: Anuário Estatístico 2016

## 9.5 RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE AUDIOVISUAL

A UFPA, apesar da atual crise, deve manter seus esforços no sentido de aumentar sua participação em programas e projetos, objetivando modernizar a infraestrutura em programas de pesquisa e adquirir novos espaços e aquisição de equipamentos modernos para a expansão dos seus recursos tecnológicos, contemplando o atendimento do campus de Belém como também nos *campi* do interior.

Atualmente, a UFPA conta com alguns laboratórios de ponta (como o Laboratório Multiusuário de Biologia Estrutural, Laboratório de Sistemas de Energia e Instrumentação e Laboratório de Pesquisa em Processamento de Sinais) e um Parque de Ciência e Tecnologia, localizado na Cidade Universitária em Belém, que foca, principalmente, o desenvolvimento

de negócios em Biotecnologia, Cadeias de Produção de Alumínio, Energia e tecnologias e Sistemas de Informação e Comunicação.

Para o atendimento da comunidade acadêmica no que diz respeito ao ensino, a disponibilidade dos recursos tecnológicos e de audiovisuais é de extrema importância, isso porque as aulas expositivas tornam-se mais dinâmicas, obtendo, assim, uma maior explanação do conhecimento e desenvolvendo o raciocínio e o senso crítico do aluno, ou seja, melhoria na metodologia do ensino. Assim, a UFPA tem investido cada vez mais em tecnologias modernas, inovando seus recursos de áudio e vídeo, visando alcançar não somente a população universitária, como também a comunidade amazônica. A divulgação científica acadêmica foi alcançada ainda mais a partir da modernização da Editora da UFPA (EDUFPA) e da Gráfica da Universidade, da Rádio Web e da Revista Científica, entre outros.

Devido a esses aspectos, torna-se um desafio para a UFPA *Multicampi* alcançar nos próximos anos:

- Desenvolver programas que privilegiam descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, visando sempre ao aperfeiçoamento do trabalho acadêmico;
- Expandir o conhecimento da produção científica acadêmica para os *campi*;
- Capitar recursos e parcerias que viabilizem a aquisição dos recursos tecnológicos (computadores, projetores, televisores, aparelho micro system, caixa de som, impressoras etc.), para melhor atender professores e alunos da comunidade acadêmica;
- Ampliar a quantidade de recursos audiovisuais, atendendo a demanda oriunda da inclusão de novos cursos de graduação e pós-graduação e alinhada aos projetos pedagógicos de cada curso;
- Promover a modernização da infraestrutura física e tecnológica para uma maior área de abrangência da Rádio Web, EDUFPA, Revista Científica e dos demais recursos audiovisuais que a instituição oferece, atendendo a produção literária e científica dos *campi*.

## **9.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **9.6.1 O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – PDTI**

Deve ser revisado anualmente, e sua organização segue a orientação da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de forma a garantir o alinhamento às estratégias institucionais da instituição, em se tratando da UFPA, ao PDI, bem como à Estratégia de Governança Digital (EGD) do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal (SISP). Após o diagnóstico contendo as necessidades de informações e serviços de TI, são traçadas estratégias institucionais, com metas, ações e prazos, que, com o auxílio dos recursos humanos, materiais e financeiros, objetivam satisfazer as demandas das unidades da UFPA.

### **9.6.2 DESAFIOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

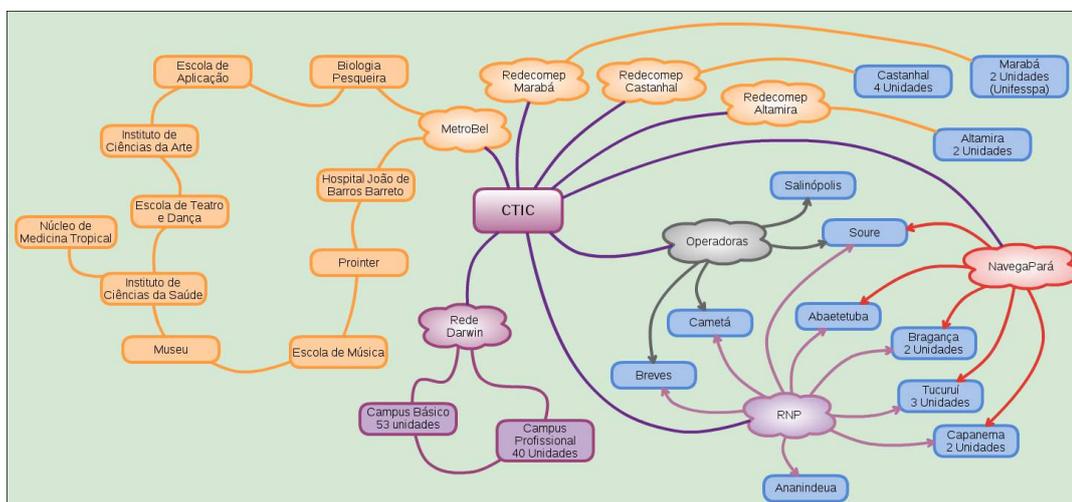
A Tecnologia da Informação (TI) tem papel fundamental no planejamento e na implantação das estratégias organizacionais da UFPA. Portanto, fazer o melhor uso da TI e ampliar a efetividade desses recursos e serviços é o desafio atual da UFPA. Para enfrentá-lo, os objetivos estratégicos de TI devem ser alinhados aos objetivos e às diretrizes estratégicas definidas no PDI da UFPA, que se sintetizam no conjunto de desafios da área de TIC listados abaixo para os próximos dez anos, 2016 a 2025:

- 4) Expandir e consolidar as INFOVIAS de dados públicas de alta velocidade até os campi da UFPA;  
Consolidar os Sistemas de Informação por meio do SIG-UFPA (convênio com a UFRN), que já estão sendo implantados;
- 5) Estender, atualizar e consolidar o Datacenter do CTIC com recursos de segurança, alta disponibilidade e redundância;
- 6) Ampliar a infraestrutura de redes, implantando redes sem fio com cobertura em todos os campi;
- 7) Aprimorar a Governança Corporativa de TI na UFPA;
- 8) Ampliar a oferta de serviços de infraestrutura de TI, tais como videoconferência, plataformas virtuais de ensino, objetos de aprendizagem, laboratórios virtuais;
- 9) Aperfeiçoar a gestão da segurança da informação e comunicação e a auditabilidade dos sistemas de informação institucional.

### 9.6.3 INFOVIAS PÚBLICAS DE ALTA VELOCIDADE

Nos próximos 10 anos o primeiro grande desafio é consolidar uma comunicação abundante (de banda larga) com todas as unidades da UFPA. Para alcançar esta meta devemos consolidar a comunicação de dados com os Campi. Junto com este desafio surgem várias ações menores como criar redes sem fio robustas e rápidas, manter a infraestrutura de pontos lógicos atualizada, integrar a telefonia com a rede lógica e estender a parceria com a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) e NavegaPará buscando melhorar os links hoje ofertados. Buscar nestas parcerias alternativas de manter os serviços ofertados com mais qualidade, criando uma infovia estável e redundante em todo o estado.

Figura 15 - Redes Metrobel x Darwin x Campi



### 9.6.4 CONSOLIDAÇÃO DO SIG-UFPA

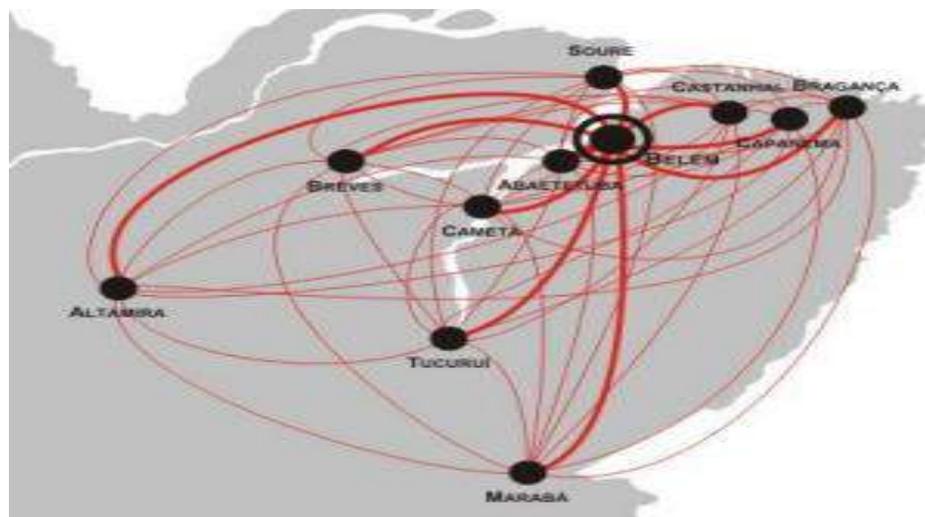
O segundo grande desafio é consolidar a implantação do Sistema de Informação de Gestão por meio do SIG-UFPA (convênio com a UFRN), que já está sendo implantado. Para isto, o SIG deve ser implantado com todos seus módulos, SIG-RH, SIGAA, SIPAC, SIG-ELEIÇÕES, etc. como o único sistema administrativo da UFPA. Assim, aos poucos estes módulos oferecerão todas as funcionalidades dos sistemas legados SIE, PIBIC, UFPA-2005, que ainda são usados na UFPA. Além disso, o SIG-UFPA ainda deve ser estendido em alguns sentidos:

- 1) Atender novas demandas da área acadêmica e administrativa;
- 2) Ter uma equipe de desenvolvimento em constante capacitação para mantê-lo tecnologicamente atualizado, evitando sua obsolescência;
- 3) Disponibilizar o SIG em um datacenter distribuído, redundante e com recursos de segurança e alta disponibilidade;
- 4) Permanecer em funcionamento acima de 99% do tempo;
- 5) Ter um sistema de backup e segurança a prova de falhas;
- 6) Ter um setor de atendimento ao usuário com variados canais de atendimento e apoiado pelo Sistema de Atendimento da UFPA, o Sagitta, com gestão de qualidade de serviço.

### 9.6.5 INFOVIA PARA OS CAMPI

Da região metropolitana de Belém até Ananindeua, já foi implantada uma INFOVIA chamada Rede Metrobel, com aproximadamente 50 km de fibra ótica, que interliga 13 instituições. O desafio para os próximos 10 anos é consolidar uma INFOVIA de alta velocidade criando uma rede redundante que interliga todos os campi. Essas iniciativas são baseada em duas parcerias, a primeira com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e a segunda com o governo do Estado, via programa NavegaPará, que utiliza a infraestrutura de fibra ótica da Eletronorte. Hoje a RNP tem como meta a ligação de todos os campi a 100Mbps.

Figura 16 - Infovia com os *Campi*



Caminhos redundantes. O grande desafio é criar anéis com vias redundantes de modo que se houver problema em uma via, o anel permite o fluxo de dados pelas outras vias. Estas soluções já são aplicadas na rede interna da UFPA, rede Darwin e na rede Metrobel, onde as unidades, mesmo com um incidente que inviabiliza uma via, permanecem 100% do tempo conectadas na rede.

Figura 17 - Rede Metrobel



### 9.6.6 REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA (RNP)

A UFPA hospeda o Ponto de Presença (POP) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) no Pará (POP – Pará) como principal provedor de serviços de internet das instituições federais de ensino e pesquisa de Belém e demais municípios paraenses. Rede acadêmica de acesso à internet no Brasil, a RNP integra cerca de 600 instituições de ensino e pesquisa no País, beneficiando a mais de um milhão de usuários. Baseada em tecnologia de transmissão óptica, está entre as mais avançadas do mundo e possui conexão com redes acadêmicas estrangeiras da América Latina, Estados Unidos e Europa. Hoje este POP, hospedado no CTIC, opera com vias redundantes de 6 Gigabits por segundo (Gbps). Este backbone está preparado para aplicações e serviços inovadores nas áreas de telemedicina, biodiversidade, astronomia, entre outras. Com esta banda, pode-se promover a inclusão social e difusão cultural interativa e em grande escala.

### 9.6.7 REDE DARWIN – REDE INTERNA

O projeto Rede Darwin interliga todos os prédios da Cidade Universitária José da Silveria Netto com o CTIC. É uma rede com tecnologia de 1Gbps (gigabits/s), com 46 anéis e

cada anel conecta, em média, 4 prédios. Nos próximos 10 anos, a meta é interligar todos os prédios até 10 Gbps. Todos os anéis são conectados em um switch central (também com dois componentes controladores redundantes) onde ocorre a troca do tráfego.

#### **9.6.8 GOVERNANÇA CORPORATIVA DE TI NA UFPA**

Com o uso intensivo da TI para suporte aos processos organizacionais, a TI passou a desempenhar papel significativo na realização dos objetivos institucionais da universidade. A gestão da TI abrange o processo de planejamento e alinhamento estratégico de TI, a organização e estruturação da área de TI, as políticas, padrões e programas de capacitação continuada, os serviços de atendimento e suporte aos usuários e a infraestrutura tecnológica. Com base neste cenário e em virtude da dimensão da UFPA, observamos que a gestão da TI não é uma atividade simples de ser conduzida, pois abrange aspectos complexos de natureza técnica e humana, e pode representar um fator crítico de sucesso para geração de valor e de benefícios para a instituição. Este cenário requer que a UFPA mantenha estruturas organizacionais e pessoas capacitadas para liderar e governar esse ambiente complexo por meio do uso de modelos de referência de mercado adotados como boas práticas para a gestão de TI. Esta gestão corporativa da TI tem sido chamada de Governança de TI ou Governança Corporativa de TI, pois há o entendimento que esta governança é de responsabilidade da alta administração na liderança, nas estruturas organizacionais e nos processos.

## **10 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

A autoavaliação institucional possui caráter pedagógico em busca de melhorias e de autoconhecimento, de compreensão da cultura e da vida da e na Instituição em sua pluralidade acadêmica e administrativa, sustentada na participação dos agentes universitários – alunos, e servidores (professores e técnicos) – e na comunidade externa. É um processo social e coletivo de reflexão, produção e socialização de conhecimentos sobre a Instituição.

A ênfase no processo de autoavaliação se dá na busca de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, definida em seu PPI e voltada para a formação, a responsabilidade social e a transformação institucional.

O processo de autoavaliação da UFPA visa constituir-se pelo diálogo permanente entre a CPA – Comissão Própria de Avaliação e as diferentes instâncias institucionais, estudo permanente do PDI e debates sobre temas relacionados a avaliação institucional, realização de entrevistas, análise documental, acompanhamento das avaliações externas in loco, discussão com os dirigentes de cursos a cerca do relatório emitido após cada avaliação e possibilidades de melhorias, aplicação de instrumentos quantitativos e qualitativos e a reflexão sobre os indicadores obtidos numa perspectiva formativa, dialética, propositiva e transformadora.

Tendo como objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, a CPA elaborou um programa de autoavaliação em 2004, atendendo às diretrizes da Lei do SINAES, o qual foi redefinido em 2006, sendo denominado Programa de Autoavaliação – “AVALIA” e atualizado em 2011, sendo disponibilizado à comunidade acadêmica como Programa de Autoavaliação “MINHA OPINIÃO”, forma encontrada de buscar com a colaboração da comunidade acadêmica, assim como sua participação no processo de autoconhecimento, através dos questionários de autoavaliação. A metodologia utilizada tem como foco a avaliação das diferentes dimensões institucionais propostas pelo roteiro, em conformidade com o que dispõe o SINAES- lei nº 10.861, de 14 de abril 2004.

As dimensões consideradas no processo de avaliação institucional da UFPA estão separadas em eixos estruturantes, estabelecidos pelo “INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA” - Ministério da Educação, agosto de 2014:

- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e

externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

- Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
- Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.
- Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
- Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

Seguindo as recomendações da lei do SINAES, tanto os dados coletados quanto o tratamento destes possuem caráter quantitativo e qualitativo. Os instrumentos de coleta de dados utilizados se baseiam em questionários com perguntas fechadas, direcionada à comunidade acadêmica, com uma abordagem interativa entre os sujeitos do processo avaliativo.

O comprometimento e a motivação com as ações da autoavaliação institucional na UFPA vêm apresentando um significado singular, quando o envolvimento e a vontade de conhecer a sua própria realidade passam a tornar-se parte de uma cultura de avaliação. A CPA, como comissão, nunca esteve tão presente e disponível na prestação de assessoria na condução da avaliação externa, junto às unidades acadêmicas.

Assim, o clima organizacional para o desenvolvimento do processo da autoavaliação na UFPA, caracterizado antes como insípido, tem se mostrado muito bom, resultante de um trabalho de sensibilização gradativa, presencial e de chancela institucional.

Os resultados alcançados pela CPA durante a vigência do último PDI tem sido inspiradores, tanto no que diz respeito às avaliações externas de cursos (Tabela 1), quanto à avaliação institucional, onde os conceitos obtidos têm aumentado percentualmente, decorrentes da institucionalização da CPA.

Tabela 11- Evolução dos Conceitos das Avaliações *in loco* dos Cursos de Graduação

Cursos de graduação avaliados		Percentuais das notas	
Ano	Total	Conceito 3	Conceito 4
2011	19	73%	21%
2012	23	65%	30%
2013	25	56%	40%
2014	23	43%	47%
2015	8	25%	75%

Da mesma forma, houve um incremento no conceito institucional, de subiu do Conceito 3, em 2009, para o conceito 4, em 2014.

A avaliação trouxe consigo o desafio do aprendizado, da inovação e da prática de algo novo e desafiador para os agentes envolvidos no planejamento, no desenvolvimento, na interpretação e na finalização do processo de autoavaliação na Instituição.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem conduzido, de forma cuidadosa e meticulosa, o processo de autoavaliação na UFPA, procurando conscientizar a comunidade acadêmica da importância da autocrítica e do autoconhecimento. O processo vem gerando informações essenciais, que serão confrontadas com a missão precípua de contribuir para a qualidade dos serviços educacionais prestados pela IES.

Nesse sentido, os resultados da autoavaliação são obtidos pela ação da comunidade acadêmica, frutos da mobilização, da sensibilização, de resultado das discussões e na formulação de indicadores para as melhorias da IES, sendo que os resultados identificados por esta e outras comissões anteriores contribuem para o planejamento e as decisões estratégicas da UFPA.

A integração, participação, colaboração e articulação se constituem como conceitos fundamentais da construção deste sistema de avaliação, na direção de tornar evidentes os compromissos e responsabilidades sociais desta Instituição educativa e da promoção dos “valores democráticos, o respeito à diversidade, à busca da autonomia e à afirmação da sua identidade” (SINAES).

A avaliação institucional deve ser um momento fundamental de exposição pública da Instituição e de comunicação transparente com a comunidade interna e externa. Assim, podem-se divulgar publicamente os resultados da autoavaliação, por meio de diversas mídias, como seminários, reuniões, documentos informativos (impressos, eletrônicos e digitais) e outros.

O conhecimento da realidade institucional, adquirido com a autoavaliação, serve de base para analisar a necessidade e a capacidade da Instituição de planejar-se para o futuro, com maior qualidade acadêmica e pertinência social. Dessa forma, os resultados da avaliação institucional devem ser utilizados como subsídios para a gestão e o desenvolvimento da Educação Superior na UFPA, buscando atender às expectativas da comunidade interna e externa e possibilitar o cumprimento de sua missão institucional.

A orientação teórica acerca da autoavaliação institucional da UFPA está pautada nos fundamentos da avaliação e regulação da Educação Superior, dos conceitos, princípios e critérios definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, estando o processo de avaliação já incorporado ao planejamento institucional na UFPA.

Outras definições orientadoras da avaliação da educação superior também embasam os procedimentos avaliativos da Instituição, principalmente aquelas previstas no Plano Nacional de Educação e nos documentos emanados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” – INEP – e da Comissão Especial de Avaliação.

## OBJETIVO

Aperfeiçoar o processo avaliativo da UFPA.

## METAS

1. Consolidar a cultura avaliativa institucional e permanente na UFPA.
2. Monitorar e avaliar a implementação das ações e o alcance das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.
3. Auxiliar na condução e sensibilização dos discentes e dos docentes no processo de avaliação dos cursos de graduação
4. Contribuir para a implantação de sistema de avaliação dos egressos dos cursos Graduação da UFPA.
5. Contribuir, junto às coordenações de cursos, para o desenvolvimento de um contexto avaliativo, que leve em consideração os resultados do Enade e das avaliações in loco.

## AÇÕES

1. Fornecer subsídios para o acompanhamento e a atualização de análises sobre os processos avaliativos promovidos na UFPA, bem como para a instrumentalização do seu processo de planejamento.

2. Estimular experiências de autoavaliação institucional a serem desenvolvidas nas Unidades Acadêmicas e *campi* da UFPA.
3. Estimular a realização de estudos sobre egressos e evasão dos cursos de Graduação, juntamente com a PROEG e de Pós-Graduação da UFPA, com a PROPESP.
4. Contribuir na elaboração e implementação dos questionários de avaliação dos docentes e discentes dos cursos de graduação.
5. Apoiar as coordenações de cursos antes e após a avaliação externa in loco dos cursos de graduação.
6. Realizar campanhas de divulgação e de informação das ações implementadas pela CPA no âmbito da UFPA.

## **11 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

### **11.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A vinculação do orçamento à estratégia é condição sine qua non, para a sua implementação, ou seja, a estratégia precisa ser adequada a capacidade de recursos da instituição. A Universidade Federal do Pará (UFPA), por ser uma Autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem como sua principal fonte de financiamento e manutenção o Governo Federal, através do MEC.

Uma parte dos recursos disponibilizados para o financiamento do ensino superior no Brasil é distribuídos de acordo com os indicadores de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), através da Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC). Dos recursos que são distribuídos através da Matriz OCC, 80% referem-se ao indicador de aluno equivalente e 20% a indicadores de qualidade e produtividade.

O aluno equivalente é o principal indicador utilizado para análise dos custos de manutenção das IFES. Para calcular o aluno equivalente são utilizados 4 indicadores: graduação, mestrado, doutorado e residência médica. Através de uma fórmula matemática o número de estudantes de graduação é convertido em número equivalente de estudantes.

Para realizar esses cálculos são considerados o número de alunos equivalentes da graduação, número de diplomados, duração padrão do curso, coeficiente de retenção, número de ingressantes, bônus por turno noturno (15%), bônus por curso fora de sede (10%) e peso do grupo (relacionado a área do curso).

Para o cálculo do aluno equivalente de mestrado e doutorado, considera-se número de alunos equivalentes (mestrado ou doutorado), número de alunos matriculados efetivos do mestrado ou doutorado, fator de tempo dedicado a cursar as disciplinas e peso do grupo, já para o aluno equivalente da residência médica, considera-se número de alunos equivalentes (residência) e número de alunos matriculados efetivos na residência médica.

Estratégias para melhorar os indicadores acima expostos poderão resultar em aumento de recursos para a UFPA.

A outra parte dos recursos recebidos do Governo Federal é oriunda de Programas diversos como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Recebemos recursos também para manutenção do Ensino Médio e Técnico.

Os recursos são liberados através das fontes 0108 (Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde), 112 (recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do

ensino), 100 (recursos ordinários), 250 (Recursos Próprios Não-Financeiros ), 281 (recursos de convênios).

As fontes 250 e 281, referem-se a arrecadação própria da UFPA, que para acontecer depende, dos esforços de suas diversas unidades em desenvolverem projetos e celebrarem contratos e convênios com órgãos governamentais (nas três esferas) e empresas privadas.

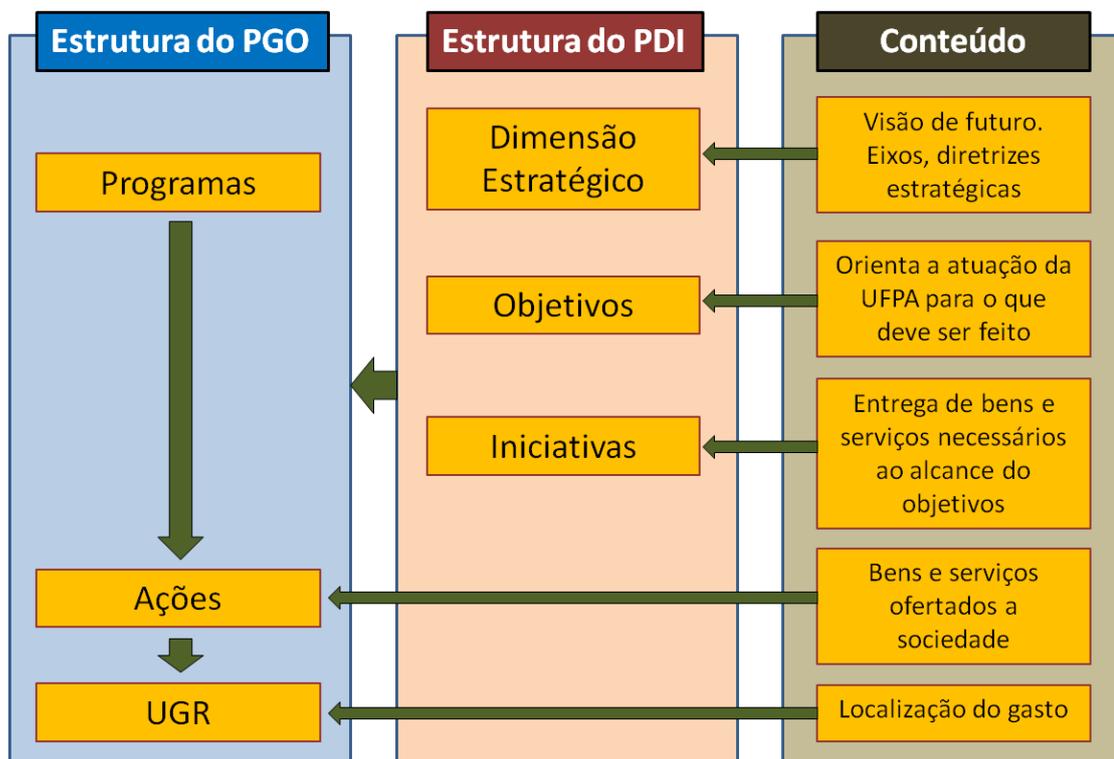
A proposta orçamentária anual da UFPA para o exercício seguinte é realizada com base no orçamento do exercício corrente e de forma descentralizada, onde cada Unidade recebe um limite, para elaborar a sua proposta de forma autônoma.

A partir das propostas das diversas Unidades, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, consolida o orçamento em uma única proposta, que é ajustada aos limites orçamentários liberados pelo Ministério da Educação (MEC) e em seguida encaminhada ao MEC, que após consolidar a proposta de todas as IFES encaminha ao Ministério do Planejamento (MP), que consolida o Orçamento da União e envia ao Congresso para tramitação e aprovação, de acordo com o que rege a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 165 a 169.

O orçamento consolidado da UFPA compõe o Plano de Gestão Orçamentária da UFPA (PGO), documento que detalha todas as despesas e os investimentos previstos, com as respectivas fontes de financiamento. Essa metodologia tem possibilitado a UFPA, otimizar a utilização dos seus recursos, uma vez que as receitas são aplicadas de acordo com a proposta de cada Unidade, de forma descentralizada, o que possibilita uma melhor mensuração das suas necessidades, favorecendo a aplicação adequada dos recursos.

O PGO concilia a aplicação dos recursos em consonância com o Plano Plurianual (PPA) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A integração do PGO com o PDI é demonstrado na figura a seguir:

Figura 18 - Processo de integração entre o PGO e o PDI.



Fonte: PROPLAN

O PGO é estruturado em programas e ações (projetos e atividades), que são planejadas, orçamentadas e executadas por cada Unidade. Já o PDI possui uma dimensão estratégica composta pela visão de futuro, eixos e diretrizes estratégicas, os objetivos estratégicos, que orientam a atuação da Instituição para o que deve ser feito e pelas iniciativas estratégicas, que estão relacionadas às entregas de bens e serviços ofertados a sociedade.

A partir do PDI 2016 a 2025, as liberações de recursos para novos investimentos e projetos que não constem do orçamento das Unidades, só serão efetivadas a partir da formalização das demandas com os respectivos projetos em consonância com o PDI. Os referidos projetos serão analisados em relação a sua pertinência, viabilidade e resultados. Os resultados deverão ser pactuados e monitorados através de cronograma e metas pré-definidas.

O orçamento da UFPA, no período de vigência do PDI anterior (2011-2015), teve um crescimento de 34,58%, saltando de R\$ 712.993.066,00 em 2011 para R\$ 1.089.814.341,00 em 2015.

Tabela 12 - Previsão orçamentária e cronograma de execução para os anos de 2016 a 2025.

<b>Exercício</b>	<b>RECEITAS</b>		
	<b>Recursos do tesouro</b>	<b>Recursos próprios</b>	<b>Total</b>
2016	1.069.129.734	25.191.390	1.094.321.124
2017	1.188.337.070	16.201.404	1.204.538.474
2018	1.247.753.924	17.011.474	1.264.765.398
2019	1.310.141.620	17.862.048	1.328.003.668
2020	1.375.648.701	18.755.150	1.394.403.851
2021	1.444.431.136	19.692.908	1.464.124.044
2022	1.516.652.692	20.677.553	1.537.330.246
2023	1.592.485.327	21.711.431	1.614.196.758
2024	1.672.109.593	22.797.002	1.694.906.596
2025	1.755.715.073	23.936.853	1.779.651.926

Fonte: PROPLAN

Para o período de 2016 a 2025, as projeções são demonstradas nas tabelas 12 e 13. Tendo uma previsão de crescimento no período, comparado com o exercício de 2015 de 62,62%, saindo de R\$ 1.094.321.124, para uma projeção de R\$ 1.779.651.926 para o exercício de 2025. O valor referente a 2016 é o orçamento liberado através da Lei Orçamentária Anual (LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016). Os valores de 2017 são referentes a proposta orçamentária da UFPA para o exercício de 2017. Para os exercícios de 2018 a 2025, foram realizadas projeções com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) projetado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os gastos com pessoal, conforme demonstrado no quadro XXX1, em 2016 foram de cerca de 74% do total do orçamento da UFPA e para os exercícios de 2017 a 2025, estão projetado em torno de 77%, dos respectivos orçamentos de cada exercício.

Em relação aos investimentos, para o exercício de 2016 ficou em 18% dos recursos de OCC (outras despesas de custeio e capital). Já para os demais exercícios de vigência do PDI ficou em torno de 13% dos recursos de OCC (outras despesas de custeio e capital).

Tabela 13 - Demonstrativo da previsão anual de despesas para os exercícios de 2016 a 2025.

Anos	Despesas				
	Pessoal	Benefícios	Custeio	Capital	Total
2016	813.562.982	28.470.768	206.773.531	45.513.843	1.094.321.124
2017	939.256.469	29.221.548	205.319.909	30.740.548	1.204.538.474
2018	986.219.292	30.682.625	215.585.904	32.277.575	1.264.765.398
2019	1.035.530.257	32.216.757	226.365.200	33.891.454	1.328.003.668
2020	1.087.306.770	33.827.595	237.683.460	35.586.027	1.394.403.851
2021	1.141.672.108	35.518.974	249.567.633	37.365.328	1.464.124.044
2022	1.198.755.714	37.294.923	262.046.014	39.233.595	1.537.330.246
2023	1.258.693.500	39.159.669	275.148.315	41.195.274	1.614.196.758
2024	1.321.628.175	41.117.653	288.905.731	43.255.038	1.694.906.596
2025	1.387.709.583	43.173.535	303.351.017	45.417.790	1.779.651.926

Fonte: PROPLAN

A Unidade Básica de Custo (UBC), que representa os principais custos de manutenção da UFPA, como vigilância, energia, serviços terceirizados especializados, limpeza e conservação, manutenção predial, manutenção de equipamentos, água e esgoto, serviços de telecomunicações, combustível, diárias e passagens, processamento de dados, entre outras, comprometeram em 2016, 47% dos recursos de custeio da instituição e a projeção para os demais anos de vigência do PDI é que essas despesas comprometam valores próximos ao patamar de 2016.

Os próximos 10 anos para a Administração Pública, e para a UFPA em particular, são de grandes desafios, pois precisamos consolidar a expansão que sofremos, onde os custos se ampliaram consideravelmente, diante de um quadro de restrições orçamentárias e financeiras, que obriga a instituição a adotar estratégias para que continue prestando os mesmos serviços só que com menos recursos.

## REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. O que é Mídia Educação? 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Decreto nº 42.427, de 12 de outubro de 1957. Aprova o Estatuto da Universidade do Pará. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 12 set. 1957. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42427-12-outubro-1957-381155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.773, de 9 de Maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>>. Acesso em: 22 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6944.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6944.htm)>. Acesso em: 22 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011. Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 19 maio 2011. Seção 1, p. 6.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 65.880, de 16 de Dezembro de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1969. Seção 1, p. 10823.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 24 jul. 1987. Seção 1, p. 11768.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatuizada-pl.pdf>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-normaatuizada-pl.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 12 dez. 1990. Seção 1, p. 23935.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991. Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 19 dez. 1991. Seção 1, p. 29541.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 10 dez. 1993. Seção 1, p. 18937.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 23 de março de 1994. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)>. Acesso em: 06 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 13 jan. 2005. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.712, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/uploads/CPPD/Lei-12772-28-dezembro-20121.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13255htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13255htm)>. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em : <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2014- 2024. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> . Acesso em: 22 de junho de 2016.

CERQUEIRA, Rosana. Crise econômica afeta severamente as micros e pequenas empresas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/11/crise-economica-afeta-severamente-micro-e-pequenas-empresas.html>>. Acesso em 05 de março de 2016.

COSTA, Eduardo. Perspectivas para a economia paraense em 2016. Seminário perspectivas para a economia brasileira em 2016 e os impactos no estado do Pará. 2016

FAPESPA (2015). Nota técnica mercado de trabalho 2015. Disponível em: <[www.fapespa.gov.br](http://www.fapespa.gov.br)>. Acesso em 23 de março de 2016.

FAPESPA (2016). Informe técnica da indústria janeiro de 2016. Disponível em: [www.fapespa.gov.br](http://www.fapespa.gov.br) >. Acesso em 23 de março de 2016.

HARGREAVES, Andy - O Ensino na Sociedade do Conhecimento: A educação na era da insegurança - (2004) Porto Alegre (RS): Artmed Editora.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LEMOS, A. Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Sulina, Porto Alegre, 2002.

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPOLDO, Ricardo. Aposta na volta do crescimento em 2016 divide economistas. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,aposta-na-volta-do-crescimento-em-2016-divide-economistas,10000014180>>. Acesso em 05/03/2016.

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2016-2019: desenvolvimento, produtividade e inclusão social. 2015.

NINIO, Marcelo. Recessão no Brasil derruba crescimento global, diz FMI. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1731015-recessao-no-brasil-derruba-crescimento-global-diz-fmi.shtml>>. Acesso em 03/03/2016.

NAIME, Laura; CAOLI, Cristiani. Taxa média de desemprego ficou em 8,5% em 2015, diz IBGE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/taxa-media-de-desemprego-ficou-em-85-em-2015-diz-ibge.html>>. Acesso em 03/03/2016.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. O ensino superior no mundo e no Brasil- condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025. 2003.

SEICOM. Plano de mineração do Estado do Pará: 2014-2030. Disponível em: < <http://sedeme.com.br/portal/download/pem-2030.pdf> >. Acesso em: 01 de abril de 2016.

SILVA, Fábio. Perspectivas para a economia brasileira em 2016. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró- Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2011-2015.

\_\_\_\_\_. Plano de Gestão de Logística Sustentável. Disponível em: <http://ascom.ufpa.br/links/eventos/Minuta%20Final%20PLS.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Anuário Estatístico 2016- Ano Base 2015 / UFPA. Belém, 2016. Disponível em: <[http://www.proplan.ufpa.br/doc/Anu%C3%A1rio\\_2016\\_AB2015\\_versaofinal14092016.pdf](http://www.proplan.ufpa.br/doc/Anu%C3%A1rio_2016_AB2015_versaofinal14092016.pdf) >. Acesso em: 06 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. UFPA em números 2016- Base 2015. Belém, 2016. Disponível em: < [http://www.ufpanumeros.ufpa.br/doc/UFPAemNumeros2016\\_AB2015\\_final.pdf](http://www.ufpanumeros.ufpa.br/doc/UFPAemNumeros2016_AB2015_final.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2011.